

SUMÁRIO

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL E DA ANÁLISE DE CUSTOS EM SEMI-CONFINAMENTOS: UM ESTUDO DE CASO Renata Porto Rodrigues & Jailson da Conceição Teixeira & Jamile Viana Calazans Salim & Amauri Gonçalves de Oliveira & Kênio Batista Nogueira & Zique de Souza Dib	03
A ARTE COMO FORMA DE APRENDIZAGEM NA CIDADE DE JACIARA/MT Vagner Haubricht Pinheiro & Mônica Santana Cardoso & Francisco Bandeira Amaral & Fabricio Carlos Lenzi	16
A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE NA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES NA ESCOLA Patrícia Gonçalves Cardoso & Magno Rafael Miranda Santos & Antonio Francisco Gomes da Silva	22
A IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA PARA A TOMADA DE DECISÃO EM UMA COOPERATIVA DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA – MT Gislaine Lima Vieira da Silva & Amauri Gonçalves de Oliveira & Jailson da Conceição Teixeira & Jamile Viana Calazans Salim & Evaldo Rezende Duarte & Diego Campos Pereira & Zique de Souza Dib	32
O RACISMO ENTRE PROFESSORES Terezinha Félix Silva Cruz de Deus & Regina Suzi Soares & Rafael Sebastião Cicero Vagner Haubricht Pinheiro & Mônica Santana Cardoso & Francisco Bandeira Amaral & Fabricio Carlos Lenzi	46
RACISMO E ANTI RACISMO NO VALE DE SÃO LOURENÇO: NOTAS BIBLIOGRÁFICAS Terezinha Félix Silva Cruz de Deus & Regina Suzi Soares & Rafael Sebastião Cicero & Vagner Haubricht Pinheiro & Mônica Santana Cardoso & Francisco Bandeira Amaral & Fabricio Carlos Lenzi	56
IMPORTÂNCIA DE ATIVIDADES FÍSICAS NA TERCEIRA IDADE Vanessa Araujo Freire & Magno Rafael Miranda Santos & Anyellen Mendanha Leite & Ideylson da Silva Vieira dos Anjos & Antonio Francisco Gomes da Silva	67

ANÁLISE, REFLEXÃO E AÇÃO DO ENSINO E APRENDISAGEM DO ESPAÇO GEOGRAFICO: TERRITÓRIO, PAISAGEM E LUGAR Antonio Francisco Gomes da Silva &Terezinha Félix Silva Cruz de Deus &Regina Suzi Soares & Rafael Sebastião Cícero & Marcelino Felício Marques &Elaine Simões Guerra Lopes	79
UMA ANALISE DO ENSINO FUNDAMENTAL EM CICLOS Antonio Francisco Gomes da Silva & Terezinha Félix Silva Cruz de Deus & Regina Suzi Soares & Rafael Sebastião Cicero	90
A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O BULLYING RACIAL NAS SERIES INICIAIS Dayane Aparecida do Nascimento & Bruno do Padro Alexandre & Terezinha Félix Silva Cruz de Deus	100
INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES/PALESTRANTES Anyellen Mendanha Leite & Bruno Alexandre do Prado	118
A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL Michelle Barbosa da S. Dos Santos & Antutérpio Dias Pereira & Anyellen Mendanha Leite & Antonio Francisco Gomes da Silva	129
UMA ANÁLISE DO SURGIMENTO DAS REDES DE COMPUTADORES Renato Arnaut Amadio & Júlio César Gavilan & Maico Luis Rheinheimer & Emanuel José do Santos	144
CONFIGURAÇÕES E SEGURANÇAS DAS REDES SEM FIO Renato Arnaut Amadio & Júlio César Gavilan & Maico Luis Rheinheimer & Emanuel José do Santos	160

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL E DA ANÁLISE DE CUSTOS EM SEMI-CONFINAMENTOS: UM ESTUDO DE CASO

Renata Porto Rodrigues ¹

Jailson da Conceição Teixeira ²

Jamile Viana Calazans Salim ³

Amauri Gonçalves de Oliveira ⁴

Kênio Batista Nogueira ⁵

Zique de Souza Dib ⁶

RESUMO

O Brasil em sua grande extensão é basicamente um país agrícola e pecuário, principalmente na região Centro-Oeste do país, abrindo oportunidades de grandes investimentos internos e externos. Com uma parcela significativa, o agronegócio brasileiro é o carro chefe de nossa economia. A contabilidade é utilizada no auxílio da administração e como referência para as tomadas de decisões. Ter uma boa base sobre Contabilidade Rural e Contabilidade de Custos é imprescindível, pois tendo as informações necessárias há grande influência nos lucros ou prejuízos empresariais. Tendo em mente esse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo a análise dos custos envolvidos nos processos de confinamento de bovinos, sendo possível verificar a viabilidade do mesmo. A metodologia aplicada foi uma pesquisa com levantamento bibliográfico e estudo de caso, sendo o mesmo aplicado na fazenda Triângulo que tem o semi-confinamento bovino como a principal atividade praticada na propriedade. Após a aplicação desse estudo e a análise de custos do semi-confinamento do pecuarista foi possível observar que mesmo na crise que está tendo na pecuária brasileira com a queda constante do preço da arroba, o aumento dos custos operacionais e de suplementação, o mesmo teve um retorno viável dentro do período de três meses que durou o semi-confinamento.

Palavras-chave: Confinamento bovino, Contabilidade Rural, Análise de custos.

1- INTRODUÇÃO

No processo de crescimento econômico do Brasil surge a grandeza do agronegócio e sua relevante participação na economia dentro e fora do país. Mas ainda assim, o agronegócio de modo geral enfrenta grandes dificuldades e problemas em sua estrutura na administração e contabilidade do mesmo.

O confinamento bovino, apesar de ser relativamente novo, está em constante expansão na pecuária de nosso país, mas ao mesmo tempo preocupa devido à falta de informação ou interesse de os produtores aplicarem estudos mais específicos sobre esse confinamento, através de uma parceria da contabilidade rural e a contabilidade de custos.

Os custos dessas propriedades feitos de maneira precipitada aonde não se utilizam a teoria para sustentar a prática muitas vezes faz com que esses produtores tenham prejuízo ao final de seu confinamento devido não levantar a totalidade de seus custos.

Com a existência desses problemas, nota-se a necessidade de implantar um sistema de custos aonde será possível avaliar a melhor forma de custeio do gado e de toda estrutura montada, sendo possível assim apurar o lucro dessas empresas rurais.

O presente trabalho vem da necessidade de produtores rurais, melhorarem o manejo e a rentabilidade de áreas de confinamentos e semi-confinamentos, verificando através de um estudo de caso os custos necessários para a realização desses projetos, analisando a viabilidade do mesmo, visando um melhor desempenho de suas movimentações financeiras, a rentabilidade, analisando o desenvolvimento do gado, o investimento do produtor e o retorno obtido.

Cujo objetivo tem de identificar a importância da Contabilidade rural nessas propriedades, verificar as perspectivas dos produtores em manter um confinamento ou semi-confinamento, encontrar possíveis falhas no planejamento de manejo dessas áreas e levantar a melhor avaliação referente a Contabilidade Rural nessas áreas.

Acredita-se que com a disponibilização desse tipo de informações esses produtores saberão como e quais de seus conhecimentos devem ser aprimorados, contribuindo, inclusive, para que eles possam corrigir as eventuais falhas identificadas.

A pesquisa foi feita com o proprietário da fazenda Triângulo, aonde participa ativamente dos trabalhos diários de manejo do gado em confinamento, executando e supervisionando as atividades. O instrumento desta pesquisa foi a entrevista feita com o pecuarista utilizando o método dedutivo, aonde partimos das teorias gerais para as específicas.

O proprietário teve um retorno considerável levando em conta a crise que passa o setor agropecuário em nosso país, o produtor teve um investimento no valor de R\$ 465.000,00, um custo que engloba os custos operacionais, de suplementação, sanidade, rastreabilidade, pastagem e impostos no valor de R\$ 137.769,00, e a venda rendeu R\$ 811.800,00, conseguindo assim um lucro líquido de R\$ 209.031,00.

2.1 Histórias da Contabilidade

Para SÁ, (1997) a Contabilidade existe desde os primórdios da humanidade e desde então vem se adaptando às inovações socioeconômicas e tecnológicas e às necessidades de seus usuários. A partir do momento que o homem começa a ter uma maior preocupação com a riqueza, valoriza mais seu patrimônio e quer aumentá-lo cada vez mais, ele teve que ir aperfeiçoando seu instrumento de avaliação patrimonial.

E ainda SÁ, (1997) o homem já registrava os fatos da riqueza em contas, de forma primitiva, há cerca de 20.000 anos. Posteriormente, na região da Suméria, por causa da sua prosperidade surgiu a necessidade de controlar melhor os patrimônios.

Bonfante (apud SÁ, 1997), afirma que na Mesopotâmia se iniciou o processo de escrita contábil em placas de argila, e dois mil anos antes de Cristo já utilizavam o Razão, demonstrações e sumários de fatos patrimoniais. Assim, o mundo antigo passou a conhecer e desenvolver seus próprios sistemas contábeis, de forma mais ou menos independente – o Egito, a Ilha de Creta, a China, o Império Romano.

Continua SÁ, (1997) embora o século XVII tenha sido o berço da era científica e Pascal já tivesse inventado a calculadora, a ciência da Contabilidade ainda se confundia com a ciência da Administração, e o patrimônio se definia como um direito, segundo postulados jurídicos. Nessa época, na Itália, a Contabilidade já chegara à universidade. A contabilidade começou a ser lecionada com a aula de comércio da corte, em 1809. Foi o início da fase científica da Contabilidade.

SÁ, (1997) diz que durante o período conhecido como pré-científico surgiram três escolas do pensamento contábil na Europa, especialmente na Itália: a Escola Lombarda, chefiada por Francisco Villa; a Toscana, chefiada por Giusepe Cerboni; e por último, a Veneziana, por Fábio Bésta.

Para SÁ, (1997) a necessidade de grandes capitais e muitos acionistas na criação de corporações multinacionais ou transnacionais foram à causa primeira do estabelecimento das teorias e práticas contábeis, que permitissem correta interpretação das informações, por qualquer acionista ou outro interessado, em qualquer parte do mundo. O poderio econômico americano contribuiu para o fortalecimento do mercado de capitais e o rápido ritmo de desenvolvimento que os Estados Unidos experimentaram e ainda experimenta, constitui um campo fértil para o avanço das teorias e práticas contábeis.

2.2 CONTABILIDADE RURAL

Existe um desconhecimento por parte dos empresários brasileiros referente a importância das informações contábeis coletadas, e temos como consequência a pouca utilização da Contabilidade Rural no Brasil. E ainda continua Crepaldi dizendo que quando bem utilizada, a Contabilidade Rural fornece aos produtores rurais, informações mais seguras e claras auxiliando assim a tomada de decisão. (Crepaldi, 2012).

Crepaldi (2016) define empresa rural como:

“Empresa rural é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explora econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo.” (CREPALDI, 2016 p. 3,4.).

Toda área rural, seja ela grande, média ou pequena necessita de um bom planejamento para que seja rentável, e que seu proprietário tire o máximo de proveito.

Apesar de ter várias vantagens e benefícios, para Crepaldi (2006, p. 19):

A Contabilidade Rural no Brasil é pouco utilizada, tanto pelos empresários quanto pelos contadores. Isso acontece devido ao desconhecimento por parte destes empresários, da importância das informações obtidas através da contabilidade, da maior segurança e clareza que estas informações proporcionam na tomada de decisões. Acontece também devido à mentalidade conservadora da maioria dos agropecuaristas, que persistem em manter controles baseados em sua experiência adquirida como passar dos anos. Desta forma abrem mão de dados reais que poderiam ser obtidos através da contabilidade.(CREPALDI, 2006, p. 19).

Infelizmente a área da contabilidade rural é pouco explorada em nosso país, seja por falta de conhecimento ou até mesmo pelos produtores acharem que não necessitam de tal ciência para ajudar na administração de suas propriedades, levados por esse pensamento ultrapassado muitos deles acabam não fazendo levantamentos e estudos necessários sobre os custos de suas empresas rurais, além de confundirem muito os custos com despesas.

Uma das ferramentas administrativas menos utilizadas pelos produtores brasileirosé, sem dúvida, a Contabilidade Rural, vista, geralmente, como uma técnica complexa em sua execução, com baixo retorno na prática. Além disso, quase sempreé conhecida apenas dentro de suas finalidades fiscais. A maioria dos produtoresé sujeitos à tributação do Imposto de Renda não mostra grande interesse por umaaplicação gerencial, relegando toda sua contabilidade profissionais da área contábil. (CREPALDI, 2012, p. 79).

Para Marion (2002, p. 24) “ empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas. ”

Atividade agrícola-produção vegetal, que se subdivide em dois grupos: Culturas hortícola e forrageira, como cereais, hortaliças, fibras, floricultura etc.; são culturas de curto prazo, tem sua vida útil em menos de um ano, estão situadas no ativo circulante. Arboricultura como florestamento, pomares, seringueiras etc. Culturas de longo prazo, pertencentes ao ativo não circulante, por produzirem por mais de um ano. Atividade zootécnica- produção animal, compreendendo:

Apicultura (criação de abelhas)

Avicultura (criação de aves)

Pecuária (criação de gado) etc.;

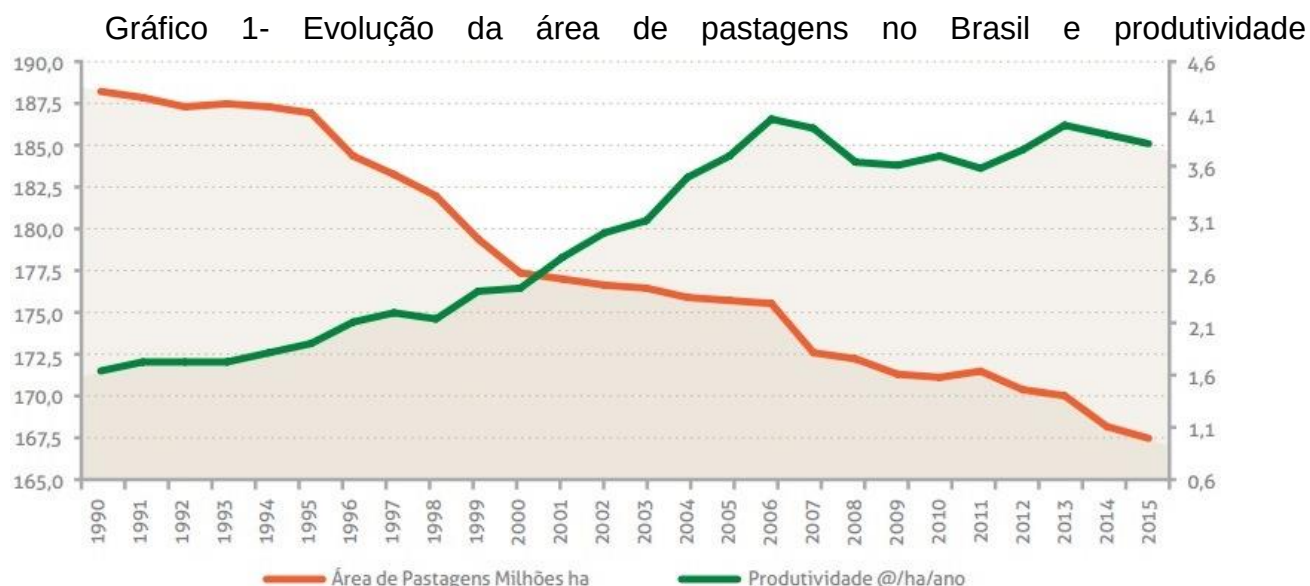
Atividade agroindustrial- são as indústrias rurais, desenvolvidas em unidades empresariais onde ocorrem as etapas de beneficiamento, processamento etransformação.

Beneficiamento do produto agrícola (arroz, café, milho);

Transformação de produtos zootécnicos (mel, laticínios, casulos de seda);
Transformação de produtos agrícolas (cana-de-açúcar em álcool e aguardente;
soja em óleo; uvas em vinho e vinagre; moagem de trigo e milho)(MARION, 2002,
p. 24).

Nas atividades acima, mencionadas por Marion, as mais comuns em nosso país e principalmente no Estado do Mato Grosso, é a pecuária e a agricultura, já que o nosso Estado possui uma grande extensão territorial, com grandes propriedades facilitando a produção de ambas. De acordo com o diretor-executivo da **Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato)**, Seneri Kernbeis Paludo em uma entrevista publicada na revista Globo Rural: "A **soja** e/ou **milho** tem mais viabilidade econômica. Mas não perderemos em quantidade de **rebanho**", sendo assim a pecuária tende a perder espaço para a lavoura. Mas isso não quer dizer que haverá diminuição no número de animais dos rebanhos, com essa perda de espaço os pecuaristas passaram a investir em semi-confinamentos e confinamentos pois podem aproveitar esse menor espaço e investir em uma estrutura mais moderna e com maior retorno financeiro, tendo uma produção mais técnica, já que as pastagens exigem constante manejo e não tem um melhor controle como no oferecido pelo confinamento, afinal é mais fácil controlar e administrar um local industrializado e menor.

Segundo a Agroconsult desde os anos 90 o Brasil tem perdido área de pastagem, mas a produtividade tem aumentado na mesma proporção, devido à perda de terreno os pecuaristas procuram compensar a falta de espaço com tecnologia, um exemplo são os confinamentos, como demonstra o gráfico abaixo.



Fonte: Agroconsult, IBGE – Elaboração ABIEC

A agricultura e a pecuária estão interligadas e em determinados momentos uma atividade depende da outra, como no caso da integração lavoura pecuária aonde visa diversas melhorias em ambas, como a recuperação do solo, diminuir a dependência de insumos externos, redução de custos e etc., também a produção de ração para vacas de corte ou

de leite que necessitam de capim cultivado, cana de açúcar, e até mesmo a utilização das fezes utilizados como adubo natural na produção de hortas orgânicas.

2.2.1 Agricultura

Segundo Crepaldi (2006, p. 19), “a agricultura representa toda atividade de exploração da terra, seja ela o cultivo de lavouras e florestas, ou a criação de animais, com vistas à obtenção de produtos que venham a satisfazer a necessidades humanas”.

A agricultura se divide em cultura temporária e cultura permanente. A temporária se dá pelo seu fim após a colheita exigindo um novo plantio, como culturas de soja, milho, sorgo e etc., já as culturas permanentes possuem duração acima de um ano, ou pode proporcionar mais de uma colheita, somente com cuidados básicos entre as colheitas como as lavouras de laranja, café e etc.

A agricultura é o setor primário da economia, consiste em utilizar o solo para produzir vegetais, grãos como nas lavouras de milho e soja, matérias primas como no cultivo de florestas para produção de madeiras e afins. É uma das práticas mais antigas realizadas pelo ser humano para garantir sua sobrevivência.

Para Marion (1996) este ciclo é composto de diversas etapas:

[...] preparo do solo, plantio, adubação, uma nova adubação, tratamento fitos sanitários, irrigação, cultivo manual (capina, roçada, limpeza entre outros), cultivo mecânico (aração, limpeza mecânica etc.) cultivo químico (aplicação de herbicidas), ralação e desbaste, poda, colheita e outras, dependendo da cultura em si, estes são os passos a serem desenvolvidos na maioria das vezes. (MARION, 1996, p.43)

Com a industrialização da agricultura, o solo deve ser preparado para receber o plantio, ele passa por um processo de adubação aonde o mesmo ajuda em um desenvolvimento melhor na produção. Mas não somente uma boa adubação faz a diferença, outros fatores influenciam e muito na produtividade como a chuva, o clima, o solo e etc.

2.2.2 Pecuária

Quando pensamos em pecuária vem primeiro a nossa cabeça boi, vaca e etc., mas não é só isso que a engloba, há diversos ramos dentro da mesma, além da pecuária de corte temos ainda a pecuária de lã, equinocultura, suinocultura, avicultura e outras diversas atividades.

Pecuária é a arte de criar e tratar gado que são animais geralmente criados no campo, para serviço de lavoura, para consumo doméstico ou para fins industriais e comerciais. São exemplos de gado: bovinos, suínos, caprinos, equinos, ovinos, muares entre outros. (MARION, 1996, p. 23).

A pecuária também pode ser dividida de acordo com a tecnologia aplicada em sua execução e produção, no qual existe a pecuária extensiva aonde o gado é criado basicamente a pasto, em grandes áreas, sem maiores cuidados e produtividade, e na pecuária intensiva aonde os animais são criados em áreas controladas, alimentados em cochos com rações balanceadas de acordo com sua especificação e necessidade, possuem maior produtividade além de receberem maiores cuidados.

Pecuária de acordo com Ferreira (1991, p.1053), caracteriza-se como a “arte e indústria do tratamento e criação de gado”. Em razão da nova ordem econômica, os negócios agropecuários atingiram um grau de complexidade semelhante aos demais setores da economia, exigindo do produtor uma nova visão da administração dos seus negócios (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2008). De acordo com as atividades na pecuária de corte, existem, de acordo com Marion (1985), três fases distintas nessa atividade, pelas quais passa o animal no processo de abate: a) Cria: a atividade básica é a produção de bezerros que só serão vendidos após o desmame. Normalmente, a matriz (de boa fertilidade) produz um bezerro por ano; b) recria: a partir do bezerro adquirido, a produção e a venda do novilho magro para a engorda e, c) engorda: a partir do novilho magro adquirido, a produção e a venda do novilho gordo.

2.2.3 Confinamento

O confinamento nada mais é que a engorda de animais, e essa engorda não é somente alimentar os animais, envolve toda uma estrutura planejada, levando em consideração diversos fatores como local a se implantar a estrutura, o clima, alimentos disponíveis na região, entre outros mais. É imprescindível que o alimento oferecido seja de qualidade, assim como o local seja limpo, arejado e com acompanhamento de um profissional especializado pois tudo isso influencia na qualidade da carne, sendo esses cuidados de extrema importância pois grande parte da carne produzida em nosso país em março é exportada para outros países segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC).

De acordo com Cardoso (2000), “o confinamento de gado é o sistema de criação de bovinos em que lotes de animais são encerrados em piquetes ou currais em áreas separadas. Em confinamento, os animais recebem os alimentos e água em cochos”.

CARDOSO (1996 p.9) diz que “no Brasil o confinamento é conduzido na época de seca, isto é, no período de entressafra, para alcançar preços melhores.” Já que nesse período o gado a pasto tende a ficar mais magro, consequentemente a arroba do boi gordo aumenta.

Os animais que estão em confinamento ficam em uma área limitada, sejam eles currais fechados ou pequenos piquetes, preferencialmente longe de grandes rodovias e em local estratégico aonde facilite a chegada de alimentos. Esses animais permanecem nesses locais por um tempo estipulado, em um curto período de tempo, recebendo uma alimentação balanceada, formulada especificamente para o objetivo do pecuarista, já que a engorda se dá em menos tempo devido a essa alimentação e os cuidados oferecidos aos animais, já que a demanda de carne vermelha em nosso país e no mercado externo é

extremamente grande. Além de todas as exigências que a exportação de carne requer, o confinamento oferece um ambiente monitorado aonde os produtores conseguem atender as mesmas.

As principais vantagens de confinar bovinos são apontadas por Peixoto et al (1989) como: alívio da pressão de pastejo, abates programados, liberação de áreas de pastagens para utilização de outras categorias, redução na idade de abate, elevada produção de adubo orgânico (esterco), aproveitamento de resíduos agroindustriais como alimento animal, rápido retorno de parte do capital investido, possibilidade de produção de carne de melhor qualidade, rendimento de carcaça mais elevado no abate e obtenção de preços melhores pela venda na entressafra.

3. METODOLOGIA

Com a intenção de responder os objetivos propostos neste trabalho, no que se refere à utilização da contabilidade rural na tomada de decisão dos produtores com a implantação de um melhor planejamento rural em suas propriedades, este tópico visa detalhar o método utilizado para chegar aos resultados esperados.

A pesquisa foi feita com o proprietário da fazenda Triângulo, aonde participa ativamente dos trabalhos diários de manejo do gado em confinamento, executando e supervisionando as atividades. O instrumento desta pesquisa foi a entrevista feita com o pecuarista utilizando o método dedutivo.

O método dedutivo parte das teorias e leis consideradas gerais e universais buscando explicar a ocorrência de fenômenos particulares. O exercício metódico da dedução parte de enunciados gerais (leis universais) que supostos constituem as premissas do pensamento racional e deduzidas chegam a conclusões. O exercício do pensamento pela razão cria uma operação na qual são formuladas premissas e as regras de conclusão que se denominam demonstração.(DINIZ, SILVA, 2008, p 6.).

Esta pesquisa teve como principal objetivo a coleta de dados sobre a fazenda estudada e as atividades que nela são executadas. Esta pesquisa é considerada exploratória, pois ela busca proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Tem como primeira fase a da bibliografia, e a fundamentação teórica, citações tanto diretas quanto indiretas, baseadas em livros, artigos, revistas, e outras referências para discutir todo o processo de implantação e manejo de confinamentos bovinos em áreas limitadas.

Em seguida, se iniciou a pesquisa de campo, durante a qual foi realizada um estudo de implantação de planejamento rural em uma área específica para analisarmos os custos de alimentação, manejo e etc. do confinamento estudado, após realizada essa etapa, analisamos os dados coletados na etapa anterior.

4. ANÁLISE DE DADOS

O senhor Aluir Dapper proprietário da fazenda Triângulo localizada no município de Jaciara-MT, pecuarista, residente nesta cidade há 13 anos e há 10 engorda gado bovino através do semi-confinamento, aonde possui em sua propriedade cerca de 700 cabeças ao total, sendo estudadas neste caso 300 cabeças tratadas com ração e pasto.

De acordo com relatos do proprietário ele ajuda na supervisão e execução do processo de engorda do seu gado. Em maio o pecuarista comprou um lote com 300 bezerros para confinar, pagando por cabeça R\$1550,00, feita uma média entre o preço pago e o peso desses garrotes, chegou-se ao preço de R\$ 114,81 por arroba aonde cada garrote pesou em média 13,50 arroba, como indica a tabela 01 a seguir. É considerado o peso de uma arroba equivalente a 15 kg de animal limpo, ou seja, sem a carcaça, sem a barrigada e o couro.

Tabela 1: Valor da aquisição do gado

Peso inicial em arroba	13,50
Preço por arroba	R\$114,81
Valor por cabeça	R\$ 1.550,00
Quantidade	300
Valor total da compra	R\$465.000,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Seu confinamento teve início em 01/06/2017 e teve duração de 3 meses, finalizando o mesmo dia 01/09/2017. O senhor Aluir preferiu a engorda no sistema extensivo, aonde se tem ração e pasto disponível para o gado. O mesmo utilizou ração com farelo de soja, milho e núcleo, com custo diário de R\$ 1,20/kg, disponibilizando para os animais pouco mais de 2 kg por cab/dia e com uma estimativa de ganho de peso diário de 0,600 kg.

Ao longo do confinamento, o pecuarista teve diversos custos, como de pastagem, rastreabilidade, suplementação, sanidade, e custos operacionais que engloba diversos custos, com trator para transportar a ração, combustível, energia para bater a ração, dentre outros. Os custos com pastagem, rastreabilidade, sanidade e operacional tem seus valores preestabelecidos para confinamentos, normalmente fornecidos por entidades ligadas a esse ramo, e também alguns bancos fornecem esses dados ao produtor. Já os custos com suplementação é calculado a partir dos insumos, da mão de obra e os custos indiretos ligados a fabricação dessa ração disponibilizada para os animais como mostra a tabela 02 a seguir.

Tabela 2: Custos do período

Custo com pastagem	R\$ 60,49
Custo com rastreabilidade	R\$ 6,40

Custo com suplementação	R\$ 238,80
Custo com sanidade	R\$3,78
Custos operacionais	R\$ 110,40
Total por cabeça/período	R\$419,86
Quantidade de cabeças	300
Total	R\$ 125.958,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Além dos custos mencionados acima para o abatimento e transporte desses animais é exigido o pagamento de impostos, são eles o FETHAB (Fundo Estadual de Transporte e Habitação), imposto esse utilizado para a manutenção de estradas, aeroportos, construção de rodovias e etc., o FESA-MT (Fundo Emergencial de Saúde Animal do Estado de Mato Grosso) que auxiliaem ações de defesa sanitária animal e outras, principalmente na erradicação da febre aftosa e outras doenças do meio animal, e a guia do INDEA (Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso) que dentre outras funções, exerce vigilância e defesa sanitária vegetal e animal, fiscalizar e inspecionar produtos e derivados de origem animal. Pago essa guia se é possível à emissão do GTA (Guia de Trânsito Animal) que é utilizada para a fiscalização no trânsito, essa guia deve conter as informações sobre o destino e condições sanitárias, e também a finalidade do transporte animal, se é cria, recria, abate e outros.

Na tabela 3 está discriminado cada imposto e seu devido valor, o mesmo independe de era ou sexo, e será o mesmo valor tanto para macho quanto para fêmea. Os valores são estabelecidos pela UPF/MT (Unidade Padrão Fiscal de Mato Grosso) que é uma lista responsável pela correção das taxas cobradas pelos estados.

Tabela 3: Impostos recolhidos para abate

FESA-MT/ cab.	R\$ 3,18
FETHAB/ cab.	R\$ 31,11
INDEA/ cab.	R\$ 5,08
Quantidade	300
Valor total dos impostos	R\$ 11.811,00

Esses custos influenciam no lucro líquido, já que eles devem ser abatidos do valor recebido. O custo total que o senhor Aluir teve no período foi de R\$459,23 por cabeça, somando a esse valor o custo da compra, temos um custo total de R\$ 2.009,23 por cabeça no período, totalizando R\$ 602.769,00 em custos.

Após 92 dias confinados, os bezerros atingiram uma média de 559 Kg, equivalentes a 20,5 arrobas, e foram vendidos a R\$ 132,00 a arroba no dia 20 de setembro de 2017, como mostra a tabela 4 a seguir.

Tabela 4: Valor da venda

Peso final em arroba	20,5
----------------------	------

Preço por arroba	R\$ 132,00
Valor total por cabeça	R\$ 2.706,00
Quantidade	300
Valor total da venda	R\$ 811.800,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Após o recebimento de sua venda, foram-se analisados todos os custos envolvidos no período e extraindo-os das contas o proprietário teve um lucro líquido no período de R\$ 209.031,00 como mostra a tabela 5.

Tabela 5: Lucro líquido do período

Preço total de venda	R\$ 811.800,00
Preço total de compra	R\$ 465.000,00
Custo total do período	R\$ 137.769,00
Lucro líquido do período	R\$209.031,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Com toda essa análise de dados, o produtor tem um real conhecimento de seus custos, e o real ganho de seu confinamento podendo analisar todos os números e poder concluir se todo o investimento está tendo um retorno viável e ver se esse confinamento está ou não sendo viável.

5. CONCLUSÃO

Quando se tem um bom planejamento, alcançar o sucesso e um reconhecimento é mais fácil, conhecer detalhadamente todos os gastos e custos envolvidos tanto direto quanto indireto, esse processo para uma empresa tem grande importância. Uma gestão de qualidade está ligado diretamente ao lucro ou prejuízo que a empresa pode apresentar em sua demonstração do resultado do exercício e a contabilidade de custos é capaz de exercer esse papel dentro de qualquer empresa, fornecendo informações objetivas e claras e auxilia a administração na tomada de decisão.

A fazenda analisada possuía uma estrutura de confinamento suficiente para atender a realidade da mesma. Entretanto, foi possível identificar a falta de alguns controles específicos indispensáveis para a realização do confinamento, e a falta desses controles eram bem nítidos, pois o produtor tinha dificuldades de analisar os custos e chegar ao valor real de seus lucros e custos.

Realizado a implantação do estudo de caso na propriedade e a análise da viabilidade econômica do semi-confinamento bovino que o mesmo tem em sua propriedade, foi possível identificar as eventuais falhas e resolve-las. O confinamento é muito conhecido

por acelerar o processo de engorda, contribuindo na qualidade dessa carne, e também por um controle maior na hora da venda, já que o preço varia de acordo com clima, época do ano e região.

Após a análise dos dados coletados e de todo o acompanhamento realizado na fazenda Triângulo conclui-se que os objetivos foram alcançados. O pecuarista estudado neste artigo teve um lucro com a venda de seus garrotes, mesmo com a atual crise vivida em nosso país. Quando o pecuarista colocou o lote para confinar com a estimativa levantada, teria um ganho de 3,37 arroba por cabeça, já que o ganho de peso diário estimado era de 600 gramas por dia, ao final para a surpresa do produtor, ele teve um rendimento de sete arrobas, 3,63 a mais que o esperado.

E ao analisarmos os valores finais, o lucro obtido pelo produtor foi de R\$ 209.031,00, então nota-se a importância de um bom planejamento e de uma boa base e conhecimento em contabilidade rural e contabilidade de custos, pois só assim é possível conhecer e contabilizar cada custo e gasto que teve em seu semi-confinamento.

Além do mais, o aumento dos confinamentos diminui o desmatamento, já que a pecuária hoje é responsável por 65% do desmatamento da Amazônia de acordo com o coordenador-geral de fiscalização ambiental do Ibama.

Então com o forte crescimento da agricultura, e a diminuição das áreas de pastagens em nosso país, também é possível utilizar a integração lavoura-pecuária para ajudar a diminuir esse desmatamento, e a recuperação de terras degradadas, sugestão para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALOE, A.; VALLE, F. **Contabilidade agrícola**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1972.

CARDOSO, E. G. **Curso EMBRAPA. Confinamento de bovinos**. Campo Grande – MS, 2000. Disponível em: <<http://www.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/naoseriadas/cursosuplementacao/confinamento/>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural, uma abordagem decisória**. 4. ed. revista, atualizada e ampliada - São Paulo: Atlas, 2006.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisória** / Silvio Aparecido Crepaldi. - 7. ed. revista, atualizada - São Paulo: Atlas, 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisória**/ Silvio Aparecido Crepaldi. - 8. Ed. - São Paulo: Atlas, 2016.

DINIZ, Célia Regina. **Metodologia científica** / Célia Regina Diniz; Iolanda Barbosa da Silva. – Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

FESA-MT, **Fundo Emergencial de Saúde Animal do Estado de Mato Grosso**, disponível em:

<<http://www.fesamt.com.br/site/>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

FETHAB, **Fundo Estadual de Transporte e Habitação**, disponível em:

<<https://www.sefaz.mt.gov.br/portal/AgendaVirtual/index.php?acao=openPage&codgConteudo=1284>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

INDEA, **Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso**, disponível em:

<<http://www.indea.mt.gov.br/institucional/apresentacao/>>. Acesso em: 23 nov. 2017

MARION, José Carlos 1949- **Contabilidade da pecuária: manejo do gado, teoria contábil na pecuária, custos e coleta de dados, contabilidade (plano de contas e manualização), imposto de renda na agropecuária, pessoa física e jurídica/** José Carlos Marion. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica** / José Carlos Marion. 7. ed.- São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. **Contabilidade da pecuária**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PEIXOTO, A. M. et al. **O confinamento de bois**. 4. ed. São Paulo: Globo, 1989.

REVISTA GLOBO RURAL, disponível em:
<<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI317943-18530,00-PECUARIA+TENDE+A+PERDER+ESPACO+PARA+A+AGRICULTURA+EM+MT.html>>.
Acesso em 13 out. 2017.

SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na pecuária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

A ARTE COMO FORMA DE APRENDIZAGEM NA CIDADE DE JACIARA/MT

Vagner Haubricht Pinheiro¹

Mônica Santana Cardoso²

Francisco Bandeira Amaral³

Fabricio Carlos Lenzi⁴

RESUMO

Este artigo pretende trazer a ideia de arte-educação como ferramenta pedagógica para o desenvolvimento da formação de ideias e expressão da criatividade, causando assim a promoção de uma aprendizagem significativa. Vem refletir acerca do real significado do aprendizado da arte no cotidiano escolar e sua relevância na formação do aluno. Consiste em reforçar a arte-educação como matéria escolar essencial para valorização do pensar no cotidiano educacional, sem tratá-la como aula de lazer ou para ser utilizada somente em datas comemorativas. O presente artigo busca contribuir para uma visão voltada à educação e a arte como intrínsecas no processo de ensino e aprendizagem, repensando no sistema educacional e na forma como a arte-educação tem sido desenvolvida em sala de aula. Para tal foi desenvolvido com base em uma revisão bibliográfica e pretende colaborar para reflexão acerca do ensino da arte e sua colaboração para o aprendizado e formação plena do aluno. qualitativa e quantitativa com coleta de dados primários e secundários na perspectiva dos alunos, da coordenadora da empresa particular responsável pela distribuição da merenda e uma nutricionista onde foi realizada entrevistas com perguntas direcionadas a cada um. Através dessa coleta de dados foi constatado que a merenda tem uma forte influencia na aprendizagem dos alunos. Porque quando os alunos estão em desnutrição o organismo não vai trabalhar direito ficando evidente o papel positivo da merenda para a vida desses alunos.

Palavras chave: Arte, Ensino, Estudantes.

Introdução

A sociedade contemporânea demanda certas atitudes para que se possa acompanhar suas atualidades constantes e mercado de trabalho, visto que o sistema atual é capitalista. O imediatismo e a praticidade são cada vez mais buscados nas ações cotidianas e dentro deste contexto observa-se que a arte acaba não ocupando o espaço necessário, por falta de conhecimento ou tempo hábil, tanto na

¹ É Tecnólogo em Gestão Ambiental e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

² Formada em Ciências Naturais e Biológicas e matemática e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

³ Formado em Ciências Matemática e Física Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

⁴ Formado em Ciências Econômicas e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

vida social quanto no âmbito escolar, fazendo com que ao longo dos anos a arte não seja tratada com a devida importância. Este artigo busca trazer a reflexão de arte-educação como ferramenta essencial para a formação do ser no processo de ensino e aprendizagem.

Vem colaborar para uma nova visão acerca das aulas de arte, buscando desfazer alguns conceitos de que são somente um passatempo, mas sim, têm um grande poder pedagógico quando bem utilizadas, sendo elas responsáveis por proporcionar ao indivíduo a oportunidade de expressar ideias e exercer sua criatividade.

Devemos lembrar que exigem de nós uma profunda ampliação e revisão contínua da razão. Ela alerta que não deve haver uma oposição ao racionalismo em detrimento da sensibilidade, pelo contrário, essas duas instâncias se complementam e colaboram para a apreensão da realidade por diferentes meios. Percebemos que o contato com a Arte proporciona um pensamento flexível e fluido com relação às outras áreas do conhecimento, bem como auxilia na percepção da dimensão social que as manifestações artísticas proporcionam. Dessa forma, é possível verificar a relevância da Arte na formação de crianças, jovens e adultos, pois ela propicia aos sujeitos um autoconhecimento que não pode ser adquirido apenas pela Ciência.

Breve histórico sobre ensino de Arte

O ensino de Arte esteve presente no currículo escolar desde o século XIX, com diferentes características de acordo com o contexto político e social de cada época. A Arte ganhou espaço na educação devido ao ensino de Desenho que era trabalhado nas escolas, destinadas especialmente às camadas populares, como forma de preparar mão de obra especializada para o exercício profissional.

A primeira lei que garante a obrigatoriedade do ensino de Arte, em suas diversas linguagens, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1º e 2º Grau 5.692/71, conhecida como a lei educacional da Ditadura Militar. Nos anos 1990, os Arte-Educadores tiveram que se mobilizar para garantir a permanência do ensino de Arte no Currículo escolar, pois, na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, a Arte não estava prevista para ser incluída como componente disciplinar no currículo da Educação Básica. Várias campanhas e movimentos foram feitos, sendo possível, graças à mobilização desses Arte-Educadores, a garantia da Arte como um componente curricular obrigatório em todos os níveis de ensino. Porém, o texto da referida lei não especificava as linguagens artísticas (Artes Visuais, Música, Teatro e Dança), apenas informava que a Arte é um componente curricular obrigatório. Como é possível conferir em: “§ 2º O

ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (BRASIL, 1996, s/p).

No momento da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os Arte-Educadores conseguiram garantir a participação nesse processo, o que possibilitou a construção de um livro próprio da área de Arte. Nesse documento, a Arte está representada como uma área de conhecimento humano, sendo explicitadas as linguagens artísticas que fazem parte dessa área, com conteúdos próprios, apresentando, também, algumas sugestões que ajudam a criar projetos educativos e a planejar as aulas de Arte, buscando proporcionar a reflexão sobre a prática educativa.

Em 23 de fevereiro de 2016, foi aprovada na Câmara do Senado o Substitutivo da Câmara dos Deputados que altera o parágrafo sexto do artigo 26 da LDB 9.394/96, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da Arte. Essa Ementa dispõe que as Artes Visuais, a Música, a Dança e o Teatro são as linguagens do componente curricular do ensino da Arte obrigatório nos diversos níveis da educação básica que trata o parágrafo do artigo 26 da referida Lei. Apesar dessa grande conquista da especificação das linguagens

Arroyo (2013) chama atenção para o fato de estarmos vivendo um período no qual há uma tentativa de “retomada conservadora”, que objetiva transformar os docentes em meros “repetidores”, ou seja, reduzidos à condição de aulistas, meros disseminadores de conteúdos do currículo.

No momento da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os Arte-Educadores conseguiram garantir a participação nesse processo, o que possibilitou a construção de um livro próprio da área de Arte. Nesse documento, a Arte está representada como uma área de conhecimento humano, sendo explicitadas as linguagens artísticas que fazem parte dessa área, com conteúdos próprios, apresentando, também, algumas sugestões que ajudam a criar projetos educativos e a planejar as aulas de Arte, buscando proporcionar a reflexão sobre a prática educativa.

Para o pedagogo alemão Friedrich Fröebel, considerado o “pai” do jardim de infância, que foi o primeiro educador a enfatizar a importância do brincar e da atividade lúdica e também disseminou o conceito de que as crianças deveriam criar as próprias expressões artísticas e apreciar a arte criada por outros.

Este pedido se justifica porque temos a real convicção que a Educação necessita de mais profissionais que entendam a arte em suas diversas modalidades e variações como o início da escolarização da criança de maneira lúdica, criativa e envolvente, mas, sobretudo, intencional. Quando trabalhada e estimulada desde a mais tenra idade, as crianças são capazes de na vida adulta tornar-se portadoras dos verdadeiros valores essenciais à vida. Assim, a arte tem a graça de

possibilitar o desenvolvimento de atitudes como o senso crítico, a sensibilidade e a criatividade; além, é claro, de proporcionar à criança uma leitura do mundo e de si própria. Para que isso aconteça precisamos de ampliar o número de professores de arte que estão trabalhando no Sistema Municipal de Ensino.

Obviamente, emoções fazem parte da nossa jornada de vida. O detalhe é que na infância tudo é novo! Não há, nessa fase, categorizações ou reações automáticas. Quando um bebê sente dor de barriga, chora. Quando ele se sente feliz, sorri. Simples assim. Ao longo do tempo, ele vai adquirindo outros meios de colocar para fora o que sente. E é aí que entram ações como cantarolar, desenhar, pintar, dançar e inventar personagens. Por meio da arte, a criança comunica sua interpretação da realidade que a cerca e também seu estado emocional.

Além da capacidade de comunicar sentimentos, a arte também serve como um verdadeiro trampolim para o desenvolvimento da criatividade. As iniciativas artísticas, quaisquer que sejam suas naturezas, têm um papel importante no desenvolvimento intelectual infantil. Isso porque a expressão artística tem a ver com imaginação, com a capacidade de enxergar o mundo além do óbvio, de pensar fora da caixa e elaborar alternativas para problemas.

Devemos como educadores lembrarmos que cada rabisco infantil é uma história, possui um contexto, é a demonstração de que o ser humano é predisposto a criar desde a mais tenra idade, com os instrumentos que estiverem à disposição.

A arte na infância também facilita o reconhecimento que a criança tem de si em relação aos outros. As escolhas de formatos, tamanhos e cores nos desenhos e nas modelagens de massinha, por exemplo, são indicativos de que as informações externas vêm sendo absorvidas e interpretadas de forma completa, por todos os 5 sentidos.

Enquanto cria um personagem com determinadas características, a criança aguça sua sensibilidade e sua capacidade de observação. Quando transpõe as características de alguém ou de algum personagem para o papel, por exemplo, é porque se identifica com outro indivíduo, reconhecendo nele tanto semelhanças como diferenças.

Por esses motivos é que solicitamos uma ampliação no número de professores e a inserção da Disciplina Artes nas escolas municipais. Haja vista que isso possibilitaria, de algum modo, o acesso a diferentes conteúdos programáticos de Arte, se pensados coerentemente a partir das demandas das culturas nacionais brasileiras existentes em sala de aula, aos quais conteúdos o alunado, na grande maioria, não tem acesso.

A demanda da Educação atual no Brasil é por conteúdos mais dinâmicos e circunstanciados aos diversos cotidianos dos alunos. Uma vez que como veio sendo imposto historicamente o currículo escolar, esse será o caminho que esta /secretaria percorrerá em conjunto com a execução efetiva da BNCC. Por que sabemos que atualmente está cada vez mais difícil conseguir, ao menos, manter os alunos dentro de sala de aula. Dirá oferecer aprendizado através de um monotipo de ensino! Por isso é que reiteramos a necessidade do nosso pedido de ampliação do numero de professore de artes em sala de aula e a sua inserção no currículo escolar como disciplina a ser ofertada em todos os anos do ensino infantil e fundamental.

Desde que o ser humano passou a pensar através da razão, buscando-a para todo e qualquer fenômeno que ocorre, a sociedade passou por modificação como o capitalismo, o consumismo, entre outros. Assim passa-se a trabalhar mais e ter menos tempo para o imaginário e utópico. Esta condição começa pelas escolas, em que a arte está cada vez mais dispersa e perdeu-se o sentido de expressão de ideias livre. Com isso, se desenvolve cada vez mais uma massa de pensamentos pré-produzidos na qual não se tem conhecimento o suficiente para o aperfeiçoamento de uma estrutura social crítica.

Referências

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Filosofia da Educação.- 2 ed - São Paulo: Moderna, 2002.

BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação no Brasil.-5.ed - São Paulo: Perspectiva, 2006.

BRASIL. Pârametros curriculares nacionais:arte/Secretaria de Educação Fundamental.-2.ed.-Rio de Janeiro: DP&A,2002.

BRASIL, MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA LEI 9394/96. Disponível em: Acesso em: 20 de Set. 2016 DUARTE JUNIOR, João Francisco. Por que arte-educação?.-6.ed.-Campinas,Sp:Papirus,2007.

A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE NA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES NA ESCOLA

Patrícia Gonçalves Cardoso⁵

Magno Rafael Miranda Santos⁶

Antonio Francisco Gomes da Silva⁷

RESUMO

Este resumo tem como objetivo geral identificar a importância do esporte na aula de educação física para a inclusão de alunos cadeirantes na escola. Apesar da existência de uma legislação que tem por finalidade garantir os direitos das Pessoas Com Deficiências (PCD), a inclusão de alunos cadeirantes nas escolas está cada vez mais difícil de se ver, pois as escolas não estão preparadas com profissionais aptos a lidarem com o seu público não há a existências de materiais com fácil acesso para se usar nas aulas. Uma forma de tentar minimizar essa falta de estrutura física seria a implementação das práticas esportivas e inclusivas no ambiente escolar o que tem se visto em várias modalidades esportivas das quais podemos citar como exemplos: Basquetebol em cadeiras de rodas, handebol em cadeiras de rodas, tênis de mesa e natação. Conforme Silva, (2013) a acessibilidade e os portadores de deficiência. O termo acessibilidade originou-se na década de 1940, para designar a condição de acesso das pessoas com incapacidades funcional atrelada ao surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional. De acordo com Lago e Amorim ,(2008) o basquetebol em cadeira de rodas foi a primeira modalidade a ser praticada no Brasil com necessidades especiais.

A metodologia utilizada para tal fim foi uma revisão bibliográfica, através de livros, artigos sobre a temática a importância do esporte na aula de educação física para a inclusão de alunos cadeirantes na escola. Espera-se com esse trabalho concluir que através dos esportes, as PCD tenham uma grande melhora durante as aulas de educação física, pois esta contribui para aperfeiçoar o condicionamento físico o que ira ajudar a desenvolver a autoconfiança transformando-os em pessoas mais positivas e seguras de si, para atingir as suas metas, colabora para fortalecer o equilíbrio, a força, a agilidade, melhorar a condição cardiovascular e ajudar na coordenação motora . Neste sentido se vê a relevância do conhecimento para que o educador físico possa desenvolver seu trabalho criando novas metodologias e elaborando seus materiais pedagógicos na escola assim como acolhendo estes alunos e ajudando os no seu desenvolvimento pessoal e na sua interação com seus colegas.

Palavra chave: Inclusão. Educação. Direitos iguais

⁵ Graduanda do curso de Educação Física pela Faculdade EDUVALE/Jaciara-MT

⁶ Professor Psicólogo Especialista em Psicopedagogia e professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicada no Vale do São Lourenço- EDUVALE/ Jaciara-MT

⁷ Educador Físico, professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicada no Vale do São Lourenço- EDUVALE/ Jaciara-MT

THE IMPORTANCE OF SPORTS IN THE PHYSICAL EDUCATION CLASS FOR THE INCLUSION OF CADEIRANT STUDENTS IN SCHOOL

Patrícia Gonçalves Cardoso¹

Magno Rafael Miranda Santos²

ABSTRACT

This abstract has the general objective of identifying the importance of sport in the physical education class for the inclusion of wheelchair students in school. Despite the existence of legislation aimed at guaranteeing the Rights of Persons with Disabilities (PCD), the inclusion of wheelchair students in schools is increasingly difficult to see, as schools are not prepared with professionals capable of dealing with your audience there is no stock of materials with easy access to use in class. One way to try to minimize this lack of physical structure would be to implement the sporting and inclusive practices in the school environment, which has been seen in several sports modalities, such as: Wheelchair basketball, handball in wheelchairs, tennis table and swimming. According to Silva, (2013) accessibility and the disabled. Accessibility originated in the 1940s to designate the condition of access for people with functional disabilities linked to the emergence of physical and professional rehabilitation services. According to Lago and Amorim, (2008) wheelchair basketball was the first modality to be practiced in Brazil with special needs.

The methodology used for this purpose was a bibliographical review, through books, articles on the theme the importance of sport in the physical education class for the inclusion of wheelchair students in school. It is expected that this work will conclude that through sports, PCD will have a great improvement during physical education classes, since this contributes to improve physical conditioning which will help to develop self-confidence by turning them into more positive and safe people to achieve its goals, collaborates to strengthen balance, strength, agility, improve cardiovascular condition and help in motor coordination. In this sense we see the relevance of knowledge so that the physical educator can develop his work creating new methodologies and elaborating his pedagogical materials in the school as well as welcoming these students and helping them in their personal development and in their interaction with their colleagues.

Keyword: Inclusion. Education. Equal rights.

1. INTRODUÇÃO

Apesar da existência de uma legislação que tem por finalidade garantir os direitos das Pessoas com Deficiências (PCD), a inclusão de alunos cadeirantes nas escolas está cada vez mais difícil de se ver, pois as escolas não estão preparadas com rampas, banheiros com portas amplas e acessíveis para atender esse público. Uma forma de tentar minimizar essa falta de estrutura física seria a implementação das práticas esportivas e inclusivas no ambiente escolar o que tem se visto em várias modalidades esportivas das quais podemos citar como exemplos: Basquetebol em cadeiras de rodas, handebol em cadeiras de rodas, tênis de mesa e natação.

Espera-se com esse trabalho concluir que através dos esportes, as PCD tenham uma grande melhora durante as aulas de educação física, pois esta contribui para aperfeiçoar o condicionamento físico o que irá ajudar a desenvolver a autoconfiança transformando-os em pessoas mais positivas e seguras de si, para atingir as suas metas, colabora para fortalecer o equilíbrio, a força, a agilidade, melhorar a condição cardiovascular e ajudar na coordenação motora.

As atividades físicas possibilitam a chance para que eles socializem com outras pessoas contribuindo para que todos se sintam satisfeitos e melhorem o seu amor próprio e ainda se tornam mais autônomo. Neste sentido se vê a relevância do conhecimento para que o educador físico possa desenvolver seu trabalho criando novas metodologias e elaborando seus materiais pedagógicos na escola assim como acolhendo estes alunos e ajudando-os no seu desenvolvimento pessoal e na sua interação com seus colegas. A importância do esporte na aula de educação física para a inclusão de alunos cadeirantes na escola. Identificar a importância do esporte na aula de educação física para a inclusão de alunos cadeirantes na escola. Averiguar a interação dos alunos cadeirantes nas aulas de educação física. Identificar a existência de estruturas adequadas para o ensino de alunos cadeirantes. Analisar as consequências e o impacto que a falta do esporte poderá ocasionar no desenvolvimento destes alunos. A relevância deste tema para a pesquisadora deve-se ao incentivo que o mesmo poderá vir a proporcionar para que outros profissionais na área da educação física vejam a importância e tenham interesse em trabalhar com estes alunos.

Ajuda na melhoria da sua dignidade, e aumenta a união entre as pessoas, e reduz sentimentos violentos, ajuda a ser mais independente e ter sua liberdade, e acaba tendo mais esperança, onde seu potencial são reconhecido e as suas limitações são vencidas, viver momentos de sucesso e também de desilusão, animo para que possa realizar muitos exercícios no futuro, o crescimento de todas as suas experiências para que sempre seja realizado a solução dos problemas.

O esporte proporciona a oportunidade para a socialização com pessoas com ou sem deficiência, além de promover a independência no seu dia a dia. Isso além de proporcionar uma mudança de paradigma na percepção da sociedade, no que diz respeito aos cadeirantes, proporcionando assim os estímulos necessário para que os mesmos desenvolvam as suas diversas potencialidades. Esse tema é importante pois os exercícios físicos ajudam a melhorar a confiança e o amor próprio da pessoa pelo esporte, e se tornam mais esperançosos pois as Pessoas com Deficiências (PCD) na maioria das vezes, são inseguras para conseguir alcançar suas metas. O exercício é importante devido a ajudar no equilíbrio para se ter uma vida saudável, e ajudam a encorajar para que seja realizados vários exercícios físicos que dão energia, ajuda a acelerar a circulação sanguínea, traz a elasticidade e dão segurança para que haja uma grande melhora na coluna do deficiente. As atividades físicas ajudam a melhorar a qualidade de vida dos PCD de todas as forma, pois quanto mais saudáveis for o cadeirante mais fácil será de se locomover e menos esforço será preciso ser feito no seu dia a dia como de se locomover para vários lugares diferentes, pois todo o seu organismo começa a sentir a diferença e a melhoria que esta tendo com o seu corpo devido os exercícios que foram feitos e devido a sua boa alimentação.

Por que ainda existe a falta de material necessário para se usar durante as aulas de inclusão com os alunos cadeirantes. Por que todavia persiste a falta de experiência dos professores de educação física para lidar com a inclusão de alunos deficientes durante suas aulas. Por que não se tem a estrutura adequada nas escolas para a locomoção dos alunos, a falta de rampas nas instituições de ensino, a falta de portas amplas nos banheiros para facilitar a locomoção dos alunos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Silva, (2013) a acessibilidade e os portadores de deficiência - O termo acessibilidade originou-se na década de 1940, para designar a condição de acesso das pessoas com incapacidades funcional atrelada ao surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional.

O Decreto nº 5.296/04 assim define o termo acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes estabelece por meio das Resoluções ONU 2.542/75 e 3.447/75 que é portador de deficiência “qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente,

as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas, sensoriais ou mentais”.

A falta global de alternativas institucionais que deem conta da acessibilidade leva a comunidade a construir suas próprias alternativas, nem sempre adequadas a esta finalidade.

Existem leis que dizem que os deficientes devem ter uma vida social normal igual a todos onde possam participar de qualquer esporte que eles queiram, pois vai ajudar a melhorar a suas auto estima e melhorar o condicionamento físico e ajuda na coordenação motora deles por isso todos têm direito de praticar atividades físicas no seu dia a dia.

O Basquetebol em Cadeira de Rodas foi a primeira modalidade a ser praticada no Brasil com necessidades especiais. O pioneiro nesta modalidade foi Sérgio Del Grande, em 1951, ele sofreu um acidente durante uma partida de Futebol, e ficou paraplégico. Os médicos recomendaram a ele que viajasse para buscar tratamento nos Estados Unidos. Naquele país, Sérgio percebeu o quanto era valorizado a prática esportiva associada ao processo de reabilitação.(LAGO E AMORIM, 2008)

Para Oliveira, (2009) o handebol foi escolhido por apresentar características que permitem sua prática a pessoas com diversos graus de comprometimento, diferentemente do basquete em cadeira de rodas, por exemplo, que possui maior especificidade quanto aos arremessos, controle de bola, altura da cesta, tipo de movimentação, dentre outros. Somente pelo fato de existir um gol e um espaço mais amplo para a movimentação em quadra, já facilita a inclusão de diversos tipos de atletas com suas respectivas deficiências, desde pessoas com tetraplegia até pessoas que possuem pouco comprometimento motor (lesão medular incompleta com motricidade preservada, por exemplo). O jogo é disputado na quadra de handebol, respeitando as medidas mínima e máxima da quadra (Mínima = 36 x 18 metros; Máxima = 40 x 20 metros). A baliza tem sua altura reduzida em 40 centímetros (de 2,09 metros para 1,69 metros), com uma placa de madeira é posicionada e a fixada no travessão (a placa pode ser encaixada e removida, preservando as características originais da baliza). No handebol para cadeirantes pode se observar que durante todo o jogo eles devem seguir todas as regras do jogo, a baliza deles são diminuídas devido a cadeira de roda deles, ser mais baixa porém durante todo o jogos eles se divertem e tem objetivos que são vencer e o esporte ajuda muito eles na hora da locomoção pois eles usam as mão para jogar a bola um para o outro do seu time e eles devem estar sempre fazendo a marcação durante o jogo, esse esporte pode ser jogado por todos que são deficientes .

Para Costa e Sousa, (2004) na modalidade tênis de mesa, participam atletas com paralisia cerebral, amputados e cadeirantes, nas categorias masculina e feminina, por equipe, individual ou open. Joga-se em pé ou em cadeira de rodas. Existem poucas adaptações das regras da federação internacional, como exemplos podemos citar: a imposição de a bola quicar no meio da mesa no saque, a permissão para que o atleta se apoie na mesa desde que não a tire do lugar e no saque, a bola deve sair pela linha de fundo, e não pelas laterais. Este esporte é destinado a cadeirantes, nas categorias masculina e feminina, individual ou em dupla. Joga-se como o tênis convencional, com pequenas alterações. A alteração mais notável é que a bola pode quicar duas vezes, a primeira dentro da quadra. No saque, não se permite que as rodas traseiras da cadeira toquem a linha de fundo.

Pois para os (PCD) o esporte ajuda na locomoção onde eles devem ir atrás da bola e não deixar cair no chão e pra eles não se tem muitas regras conforme a confederação pois os atletas têm liberdade de se apoiarem na mesa, já nos jogos oficiais não se tem essa liberdade durante o jogo os atletas deve combinar força e precisão na batida da bola, e velocidade e técnica na movimentação da cadeira, quanto mais rápido for mais fácil será conseguir rebater a bola durante todo o jogo.

A adaptação da prática esportiva para pessoas com deficiência mostrou-se uma ferramenta eficaz de inclusão e valorização social dessas pessoas e, neste contexto, a adaptação do handebol para a prática em cadeiras de rodas caracteriza-se como uma ação motivam-te em função da facilidade com que o aprendizado se desenvolve e os participantes experimentam o sucesso. Esta motivação ampliada e a facilidade de aprendizado inseridas numa realidade de consciência e investimentos crescentes permitiram a multiplicação acelerada de equipes de Handebol em Cadeira de Rodas (HCR) e a realização de competições. Ao deparar-se com o ambiente competitivo, o HCR novamente apresenta a vantagem de poder usufruir da experiência de outras modalidades para construir uma evolução histórica harmônica que, aliada aos recursos tecnológicos disponíveis, possibilitaram uma evolução mais rápida, tanto no que diz respeito ao aspecto temporal, como nos componentes qualitativos desta prática. (CALEGARI, 2010)

Segundo Fernandes, Machado e Filgueiras, (2016) ressaltam, que a especificidade de cada exercício a natação tem na sua execução algumas peculiaridades que facilitam o deslocamento do indivíduo na água, por ser uma atividade que trabalha o corpo inteiro e é o único lugar em que o corpo não está em atrito além de proporcionar facilidade de realizar movimentos que não são possíveis fora da água.

A natação proporciona ao aluno a mobilidade que ele não tem sentado em uma cadeira, é uma aula onde se faz necessário o conhecimento do professor na prática e este deve também dar

liberdade ao aluno para que o mesmo se desenvolva de acordo com a suas limitações .O envolvimento destes alunos com a natação, pode trazer benefícios não só para a condição física, mas também para a melhora do seu estado emocional e de seu bem-estar. E se nós como educadores físicos podemos melhorar a qualidade de vida das pessoas é um objetivo a ser alcançado pelos que escolhemos a profissão de educadores físicos para ajudar na saúde da população.

Portanto já é comprovado que a natação melhora a auto estima, as relações interpessoais, fortalece a musculatura enfraquecida, desenvolvendo força e resistência, permitindo, ainda maior amplitude de movimento das articulações, fator este imprescindível na melhora da qualidade de vida de pessoas com deficiência física.

Através da natação os (PCD) apesar das suas limitações, descobriram a suas capacidades de se movimentarem na água, inicia seu prazer em desfrutar a água, isto aumenta a sua autoestima, sua autoconfiança e quanto mais eles praticam essa atividade mais confiança eles vão ter neles mesmo e a partir desse momento eles tentaram realizar essas atividades sozinhos e sempre se esforçando mais para que estejam sempre se superando, e a esperança que havia sido perdida começa a ser recuperada através desses obstáculos vencidos, podem passar para outra atividade física na natação que ajude melhorar ainda mais no seus desempenhos durante as aulas.

3. METODOLOGIA

Marconi e Lakatos, (2012) entendem que para se atingir os objetivos de uma pesquisa e colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcrito por alguma forma, quer publicadas quer gravadas, onde oferece meios para definir, resolver não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente, e tem por objetivo permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações. Portanto considerando a questão de pesquisa proposta neste estudo, desenvolve-se um estudo exploratório a partir de uma pesquisa documental utilizando dados secundários, com enfoque de análise avaliativo. A metodologia utilizada para tal fim foi uma revisão bibliográfica como em livros, dissertações e teses relacionados ao tema a importância do esporte na aula de educação física para a inclusão de alunos cadeirantes na escola.

O percurso metodológico utilizado iniciou com uma revisão da literatura referente a importância do esporte na aula de educação física para a inclusão de alunos cadeirantes na escola, incluindo definição, tipos e formas, artigos, livros e características particulares deste tema.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Para Calegari (2010), a adaptação da prática esportiva para pessoas com deficiência mostrou-se uma ferramenta eficaz de inclusão e valorização social dessas pessoas, pois a falta de conhecimento dos profissionais de educação física dificultada ainda mais a inclusão dos alunos, onde eles têm muitas dificuldades de se enturmar com seus colegas durante as aulas.

Já na realidade os alunos têm muitas dificuldades em realizar as atividades, os professores estão se adaptando a inclusão desses alunos porém só começam a se preparar quando eles têm alunos cadeirantes durante suas aulas.

Silva (2013), concorda que existem leis que dizem que os deficientes devem ter uma vida social normal igual a todos onde possam participar de qualquer esporte que eles queiram, pois vai ajudar a melhorar a suas auto estima e melhorar o condicionamento físico e ajuda na coordenação motora deles por isso todos têm direito de praticar atividades físicas no seu dia a dia.

No entanto durante o dia a dia dessas pessoas são bem diferente dos que esses autores dizem, pois nem todos da sociedade aceitam que os deficientes físicos tenha esse acesso aos esportes pois acabam achando que eles são pessoas delicadas e que não podem praticar nenhuma atividade física pois irão acabar se machucando, porém, essas pessoas estão erradas pois o esporte vai ajudar eles a melhoram a autoestima, as relações interpessoais, fortalecem a musculatura enfraquecida, desenvolvendo força e resistência, entre outros.

Neste trabalho foram analisadas as dificuldades que os aluno deficientes físicos têm para participar das aulas de educação física, de maneira adequada devido a sua deficiência, onde o profissional de educação física não está apto a lidar com esses alunos e foi observado que não existem ou faltam os materiais que serão utilizados para a inclusão dos alunos durante as aulas, eles também tem a dificuldade onde seus colegas não querem fazer aulas com eles pois tem medo de machucarem ele (a) ou alguns têm preconceitos e não querem fazer aula com eles pois esses alunos são cadeirantes, entre os artigos pode se observar o que eles mais falam é sobre a inclusão dos alunos durante as atividades físicas e que todos os alunos deficientes têm o mesmo direito de fazer as aulas iguais os outros alunos, porém os que se encontra nos artigos está sendo bem diferente da

realidade do que acontece no dia a dia desses alunos nas escolas em pleno século XXI ainda se encontra muitas dificuldade para que exista a inclusão de fato desses alunos especiais durante as aulas, como há muitas escolas que ainda não se encontram estruturalmente adaptadas com rampas, não tem banheiros adequados com mais espaço para esses alunos está estruturalização e a capacitação dos profissionais se dará quando se depararem com alunos deficientes em suas aulas, nesse momento que eles vão atrás de ampliar seus conhecimentos sobre o assunto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de desenvolvimento das pesquisas bibliográficas que foram realizadas neste trabalho de conclusão de curso, sobre a importância do esporte na aula de educação física para a inclusão de alunos cadeirantes na escola, não se pode observar grandes avanços devido a várias dificuldades, entre as mesmas a dos alunos a executarem as atividades propostas pelos professores, mais com o decorrer do tempo os alunos começam a se adaptarem e a gostar das atividades e isso vai ajudar a melhorar no seu bem estar.

No entanto observei uma grande vantagem em comparação aos materiais pesquisados como: artigos, livros, sobre todos os tipos de esportes que beneficiam esses discentes, devido à prática ser voltada a inclusão de alunos com necessidades especiais. É de primordial importância trabalhar com as aulas assim como aperfeiçoar o ensino e aprendizagem do profissional, que devem sempre desenvolver um trabalho contínuo com a finalidade de melhorar a inclusão destes alunos com deficiência fazendo com que seja uma aula muito gratificante devido à vontade e o interesse que eles demonstrarem pelas aulas, que até então é uma ótima experiência de vida e de aprendizado para os alunos e para que os professores tenham o privilégio de apresentar a eles as possibilidades de exercícios diferenciados que possam ser realizados sem que haja nenhum tipo de exclusão de seus colegas com esses alunos cadeirantes, onde eles se sintam muito bem e acabe melhorando seu condicionamento físico.

O envolvimento destes alunos com as aulas podem trazer benefícios não só para a condição física, mas também para melhorar o seu estado emocional e o seu bem-estar. Como profissionais podemos melhorar a qualidade de vida das pessoas, este é um objetivo a ser alcançado por nós que escolhemos a profissão de educadores físicos para ajudar na saúde da população. Portanto está comprovado que as atividades físicas melhoram a autoestima, as relações interpessoais, fortalecem a musculatura enfraquecida, desenvolvendo força e resistência, permitindo, ainda maior amplitude de

movimento das articulações, fator este, imprescindível na melhora da qualidade de vida das pessoas com deficiência física.

6. REFERÊNCIAS

CALEGARI, Décio Roberto. **Adaptação do handebol para a prática em cadeiras de rodas.**

Disponível em

http://www.listasconfef.org.br/comunicacao/dissertacoes/tese_decio.pdf

Acesso em: 24 de Abril de 2018.

COSTA, Alberto Martins da, SOUSA, Sônia Bertoni .**Educação Física e esporte adaptado: História, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI .**

Disponível em

<http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/viewFile/236/238>

Acesso em: 24 de Abril de 2018.

FERNANDES, Roseli, MACHADO, Shana, FILGUEIRAS, Judite. **Desenvolvimento e estimulação motora em meio líquido para crianças com deficiência física.**

Disponível em

<http://omicult.org/emicult/anais/wp-content/uploads/2016/11/DESENVOLVIMENTO-E-ESTIMULA%C3%87%C3%83O-MOTORA-EM-MEIO-L%C3%8DQUIDO-PARA-CRIAN%C3%87AS-COM-DEFICI%C3%8ANCIA-F%C3%8DSICA-2.pdf>

Acesso em: 24 de Abril de 2018.

LAGO, Tarsio Monteiro, AMORIM, Alessandra Agra. **O basquete em cadeiras de rodas com papel de inclusão e integração dos portadores de deficiência.**

Disponível em

<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/pdf/ac406.pdf>

Acesso em:24 de Abril de 2018

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens, elaboração, análise e interpretação de dados.**7.ed. -6 reimpr. -São Paulo : Atlas ,2012.

OLIVEIRA, Ana Carolina Santana de.**Handebol em cadeiras de rodas:Uma abordagem pedagógica.**

Disponível em

<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/194.pdf>

Acesso em:24 de Abril de 2018.

SILVA, Tamara Mirely Silveira.**Direito Fundamental à Acessibilidade no Brasil: Uma revisão narrativa sobre o tema.**

A IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA PARA A TOMADA DE DECISÃO EM UMA COOPERATIVA DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA – MT

Gislaine Lima Vieira da Silva¹
Amauri Gonçalves de Oliveira²
Jailson da Conceição Teixeira³
Jamilé Viana Calazans Salim⁴
Evaldo Rezende Duarte⁵
Diego Campos Pereira⁶
Zique de Souza Dib⁷

RESUMO

A geração de caixa e o gerenciamento dos recursos financeiros são essenciais para qualquer tipo de sociedade. Assim, uma cooperativa também necessita gerir seus recursos financeiros para melhor repassar seus resultados para os associados, pois, sua principal finalidade é visar o bem comum. Desta forma houve a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto baseada em demonstrações já existentes na cooperativa, onde a DFC não é uma demonstração elaborada pela mesma. E através dessa elaboração mostrar que essa é uma ferramenta que somada com as demais que são elaboradas deixa ainda mais claro e ágil o processo decisório. A pesquisa foi feita através do estudo e análise das demonstrações contábeis da cooperativa. E através da DFC é possível observar a geração de caixa líquido da mesma através das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos de um ano para o outro. Deixando claro que essa ferramenta permite visualizar qual tipo de atividade é a maior geradora de caixa e qual é a responsável pela maior parte dos desembolsos, permitindo aos gestores tomarem as decisões acertadas sobre seu caixa.

Palavras-chave: Fluxo de caixa, cooperativa, tomada de decisão.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis Eduvale Jaciara-MT.

² Mestrando Em Ciências Contábeis – FECAP/SP. Especialista em Matemática – UFMT/ROO. Bacharel em Ciências Contábeis UFMT/ROO. Licenciado em Matemática UFMT/ROO. Atualmente, é Docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço –EDUVALE.

³ Especialista em Controladoria e Finanças e Docência e didática (2018) pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – EDUVALE, Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – EDUVALE (2015), Professora de Ensino Superior da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas - EDUVALE.

⁴ Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP (2014), Pós Graduado em Matemática pela UFMT (2004) Graduado em Matemática pela UFMT (2002), Graduado em Ciências Contábeis pela UFMT (2009).

⁵ Formado em Ciências Contábeis e professor da Faculdade Eduvale/ Jaciara-MT

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema: A importância do fluxo de caixa para a tomada de decisão em uma cooperativa do município de Juscimeira – MT. O interesse em desenvolver esta pesquisa surgiu da curiosidade em saber que mesmo que uma cooperativa não tenha interesse em obter lucros existe a necessidade de gerenciar seus recursos financeiros para que a mesma possa permanecer atuante no mercado competitivo da atualidade, e saber de que maneira a demonstração do fluxo de caixa evidência sua saúde financeira.

O objetivo da pesquisa é avaliar através do fluxo de caixa, se a gestão financeira da cooperativa foi eficiente no ano de 2015 e de que maneira o gerenciamento de seus recursos financeiros influenciam as tomadas de decisões.

E tem como problema de pesquisa saber o que a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite observar com relação à saúde financeira em uma cooperativa do município de Juscimeira – MT de acordo com os tipos de atividades que compõem a DFC?

A pesquisa foi baseada em documentos já existentes na cooperativa, onde foi feita a análise e o estudo dos mesmos, para através deles elaborar um demonstrativo que não é elaborado pela cooperativa, que é a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto.

O resultado obtido da pesquisa é uma confirmação de que a análise do fluxo de caixa traz sim resultados satisfatórios e que auxiliam os gestores nas tomadas de decisões, pois demonstra onde está sendo investido o dinheiro da cooperativa, de que maneira estão sendo geradas suas disponibilidades de caixa, se a mesma está tendo capacidade de gerar seu caixa ou se sua geração de caixa é através da utilização de capital de terceiros.

2 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS

As Sociedades Cooperativas, conforme expõe Polonio (1999, p. 30) “[...] são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas que se unem com um objetivo comum, visando alcançar um melhor desempenho econômico e social, através da

ajuda mútua e união de esforços.

Cenzi (2011, p. 17) enfatiza que “o termo “cooperação” origina-se do verbo latino *cooperari*, uma junção de *cum* e *operari*, resultando no significado de operar juntamente com alguém, prestação de auxílio para um fim comum”.

A Sociedade Cooperativa não tem por finalidade a obtenção do lucro, mas sim a prestação de serviços aos seus associados, objetivando a valorização do trabalho e produto dos mesmos, buscando alcançar melhores preços a serem repassados a eles.

Desta maneira Cenzi (2011, p.19) expõe “[...] que a cooperativa, enquanto sociedade de pessoas e não de capital, não está voltada ao lucro, embora tenha fins econômico-sociais”.

No entendimento de Polonio (1999), a sociedade cooperativa não se confunde com as demais sociedades comerciais, por não possuir a finalidade de obter o lucro e se tratar apenas de uma prestadora de serviços a seus associados. Mas, nada impede que esta desempenhe atividades lucrativas, embora, o resultado obtido com tais atividades receba um tratamento diferenciado, por ser distribuído entre seus associados.

FERRAMENTA PARA GESTÃO: FLUXO DE CAIXA

Matarazzo (1998, p. 369) afirma que “fluxo significa movimento. Assim, fluxo de caixa pode ser definido como movimento de caixa”.

O fluxo de caixa é uma das ferramentas que permite aos gestores a análise do desempenho financeiro da empresa. Sua análise é baseada nas movimentações diárias de cada empresa, e esse acompanhamento diário possibilita a prevenção de problemas de insolvência que possam vir a surgir.

Hoji (2004, p.88) conceitua “o fluxo de caixa como sendo um esquema que representa as entradas e saídas de caixa ao longo do tempo”.

Por registrar tanto as entradas quanto as saídas financeiras ao longo de um dado período de tempo, é possível acompanhar esse processo e estar sempre atento a possíveis variações que possam ocorrer no mercado, causando oscilações no caixa o que influencia diretamente as tomadas de decisões pelos gestores.

Dessa maneira, Zdanowicz (2014, p. 167) afirma que “dentre as várias técnicas e os métodos de planejamento utilizados na elaboração e no controle o fluxo de caixa é de vital importância uma competente gestão econômica e financeira

da organização”.

As informações obtidas através da análise do fluxo de caixa auxiliam os gestores a se manterem informados pela qualidade e exatidão das informações acerca de seu capital de giro para o período desejado.

Segundo Zdanowicz (2014, p. 169):

O sucesso da gestão financeira de uma organização pode ser alcançado através de um correto e adequado planejamento que deverá estar acompanhado e avaliado, periodicamente, evitando surpresas inesperadas. O fluxo de caixa deve ser utilizado para estimar os recebimentos e pagamentos financeiros com base em dados passados e expectativas futuras, preparando a cooperativa para enfrentar as dificuldades, possibilitando tomar as decisões planejadas, seguras e eficientes.

A análise financeira através dos fluxos de caixa possibilita a verificação das entradas e saídas de caixa a curto e em médio prazo, deixando os gestores conscientes de como utilizar seus recursos financeiros para o período estimado, visando sempre manter sua capacidade de liquidez.

RELEVÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa é uma das ferramentas que pode ser utilizada para a obtenção de informações claras, rápidas e precisas sobre os recursos financeiros de uma entidade.

Para Zdanowicz (2014, p. 169) “o fluxo de caixa tem como objetivo fundamental projetar as entradas e saídas de recursos financeiros para determinado período, visando dimensionar a necessidade de captar empréstimos ou aplicar sobras de caixa de modo seguro pela cooperativa”.

Através do fluxo de caixa a cooperativa pode planejar, avaliar e estudar melhores meios de administrar com cautela seus recursos financeiros disponíveis, sem comprometer os mesmos.

Conforme expõe Hoji (2004, p. 123) “as atividades da empresa devem ficar sempre dentro do limite da capacidade de obtenção de caixa da empresa. Ao exceder esse limite, a empresa poderá enfrentar sérias dificuldades financeiras, comprometendo a continuidade de suas atividades”.

Para Frezatti (2011, p. 35) “O fluxo de caixa de uma organização deve conter detalhamentos que permitam a adequada análise das informações contidas”.

O caixa de uma entidade contém informações essenciais sobre sua situação

financeira, então um demonstrativo de caixa bem elaborado, auxilia os gestores em decidir como proceder em caso de eventuais faltas ou sobras de caixa.

Segundo Zdanowicz (2014, p. 178):

O fluxo de caixa é uma das principais ferramentas de gerenciamento que as cooperativas devem utilizar na gestão financeira de seus negócios. Algumas de forma simples (planilhas eletrônicas) e outras complexas (sistema informatizado e integrado), mas todas devem considerar como um instrumento capaz de subsidiar de modo seguro, eficiente e eficaz as tomadas de decisões da direção.

O caixa requer um registro contínuo de todas as suas operações, para facilitar o acompanhamento de suas movimentações, contendo clareza em suas informações, para serem devidamente analisadas pelos gestores contribuindo dessa maneira nas decisões para a continuidade da entidade no mercado competitivo.

Os gestores da Cooperativa devem possuir informações adequadas sobre a capacidade de geração de seu caixa, para que dessa maneira, possam honrar seus compromissos e melhor gerenciar as tomadas de decisões.

Conforme expõe Frezatti (2001, p. 28):

Considerar o fluxo de caixa de uma organização um instrumento gerencial não significa que ela vai prescindir da contabilidade e dos relatórios gerenciais por ela gerados. Ao contrário, com o fortalecimento dos relatórios gerenciais gerados pela contabilidade se pretende aliar a potencialidade do fluxo de caixa para melhor gerenciar suas decisões.

O fluxo de caixa é uma das ferramentas que auxiliam os gestores no processo decisório, e também é um relatório que permite um acompanhamento diário ou mensal, sobre suas disponibilidades de recursos financeiros e grau de liquidez.

FORMAS DE APRESENTAÇÃO DA DFC

Com a criação da Lei nº 11.638/07 a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa passou a ser obrigatória, substituindo a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Conforme expõe Oliveira (2009, p. 46) “[...] sua obrigatoriedade se estende não somente às companhias abertas, mas também às companhias fechadas com Patrimônio Líquido, na data do Balanço Patrimonial, igual ou superior a R\$ 2.000.000,00”.

Segundo Martins *et. al.* (2013, p. 5) “a Demonstração dos Fluxos de Caixa

visa mostrar como ocorreram às movimentações de disponibilidades em um dado período de tempo”.

O fluxo de caixa é um instrumento capaz de relacionar todas as entradas e saídas de caixa para o período desejado, e ainda pode auxiliar na análise da situação econômica e patrimonial da cooperativa. A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa pode ser através de dois métodos: direto e indireto.

Para Zdanowicz (2014, p, 47) “O método direto caracteriza-se por relacionar os elementos do fluxo por valores brutos, ao menos, os itens mais significativos de entradas e saídas da cooperativa”.

Para Martins *et al.* (2013) o método direto consiste em detalhar as entradas e saídas brutas de dinheiro, dos componentes principais das atividades operacionais. Onde, o saldo final dessas operações demonstra o volume líquido de caixa provido ou consumido pelas operações durante o período apurado.

No método direto é possível observar os principais tipos de recebimentos e pagamentos pela cooperativa no período desejado, tais como: recebimentos de associados, pagamentos a associados e fornecedores, impostos pagos, receitas financeiras, entre outros. Mas, nada impede que as entidades adicionem outras informações úteis para evidenciar o fluxo de caixa.

De acordo com Zdanowicz (2014, p. 49) “[...] quanto ao método indireto, apresenta o fluxo de caixa líquido oriundo da movimentação das contas que influenciaram na determinação do fluxo de caixa das atividades operacionais [...]”.

Conforme expõe Martins *et al.* (2013), no método indireto é possível fazer a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações. Através deste método pode-se avaliar o quanto do lucro está sendo transformado em caixa em cada período, além de deixar claro que algumas variações no caixa, se dão por alterações nos prazos de recebimentos e pagamentos, e também por aumentos no estoque.

Através do método indireto podem-se determinar os valores líquidos gerados pelas atividades operacionais, sendo elas: estoques, contas a receber e contas a pagar do período considerado.

UTILIDADE DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

As informações obtidas através da elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa tornam possível uma análise rápida, precisa e clara a respeito das transações

financeiras ocorridas durante o período desejado, e dessa maneira acaba por auxiliar no processo decisório.

Segundo Martins *et al.* (2013, p. 651):

O objetivo primário da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período, e com isso ajudar os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades para utilizar esses fluxos de caixa.

Conforme expõe Zdanowicz (2014, p. 46) “[...] é um instrumento contábil que relaciona todas as entradas e as saídas de caixa de recursos financeiros do período, auxiliando na análise da situação econômica e patrimonial da cooperativa”.

Para Zdanowicz (2014), a demonstração do fluxo de caixa possibilita o controle da atividade financeira, através do planejamento de investimentos e captações de novos recursos.

No entendimento de Martins *et al.* (2013), as informações contidas na Demonstração do Fluxo de Caixa, quando analisada em conjunto com demais demonstrações financeiras, permitem a avaliação quanto: sua capacidade na geração de caixa, capacidade de honrar compromissos, a liquidez, a solvência e a flexibilidade financeira da entidade.

FLUXO DE CAIXA PROJETADO E ORÇAMENTO EMPRESARIAL

Zdanowicz (2014, p. 168) conceitua “o fluxo de caixa como sendo o instrumento que projeta o futuro conjunto de ingressos e desembolsos de recursos financeiros da cooperativa para um determinado período”.

O fluxo de caixa projetado permite aos gestores considerarem com antecedência algumas situações de risco, impedindo que elas ocorram através do planejamento das atividades do caixa e do controle das finanças da empresa.

Diante disto, para Frezatti (2011) o fluxo de caixa projetado deve conter as metas mais adequadas para a entidade, estabelecendo parâmetros de desempenho para ela como um todo, por estar diretamente ligado com os demais setores e influenciando significativamente o desenvolvimento da mesma.

Segundo Frezatti (2011, p. 48):

Uma projeção de caixa bem sistematizada é um instrumento adequado para que a organização tenha percepção de como está sua liquidez, qual a sua tendência etc. Para tanto, aspectos como horizonte de projeção, metodologia, plano de contas, formato etc. devem ser discutidos e decididos a fim de prover a organização de um sistema adequado para suas necessidades.

O gestor que tem em suas mãos informações consistentes e devidamente fundamentadas sobre a geração de seu caixa: entradas, saídas, capacidade de honrar seus compromissos nos vencimentos para um curto e longo prazo, levando em consideração as incertezas nos recebimentos e as constantes oscilações do mundo financeiro, estará devidamente preparado para eventuais dificuldades financeiras.

No entendimento de Zdanowicz (2014), para a projeção do fluxo de caixa devem ser relacionados todos os valores a receber e a pagar no período estimado, considerando possíveis atrasos nos recebimentos, estudando-se melhores condições de captações e aplicações de crédito.

Por sua vez Zdanowicz (2014), relaciona os ingressos (recebimentos) como vendas a vista, vendas de ativos, aumento de capitais, aluguéis a receber, receitas financeiras, entre outros. E considerar como desembolsos, pagamentos de fornecedores, despesas administrativas, comerciais e tributárias, compras de ativos e operações financeiras.

Ainda segundo Zdanowicz (2014, p.179) “as projeções para períodos diários e/ou mensais do fluxo de caixa visam evitar as defasagens financeiras, em termos de excedentes e escassez de recursos”. Cabe ao gestor estar atento ao nível de caixa desejado para o período projetado, objetivando operar a cooperativa de maneira segura, apresentando um fluxo de caixa equilibrado, sem apresentar excedentes ou escassez em seu caixa.

3 METODOLOGIA

Quanto à metodologia utilizada na pesquisa, o método utilizado foi o dedutivo, pois, tem por objetivo explicar o conteúdo proposto para um estudo que levará a uma conclusão. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.92), quanto ao método “[...] o dedutivo tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas [...]”.

A presente pesquisa se enquadra como exploratória, pois trata do desenvolvimento das ideias buscando maiores informações acerca do assunto. Segundo Gil (2010, p. 27) “as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

A pesquisa adota a abordagem quantitativa que de acordo com Marconi e Lakatos (2012, p. 70) é “[...] caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses [...]”. E será utilizado para demonstrar a pesquisa através de dados estatísticos.

Como a pesquisa foi realizada em uma entidade foi adotado o estudo de caso, por haver a necessidade de interação com a mesma e seus processos cotidianos de funcionamento. Na visão de Gil (2010, p. 37) “[...] consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”.

E foi utilizada a pesquisa documental para o desenvolvimento desta pesquisa, através da análise e verificação de demonstrações contábeis e relatórios. Segundo Marconi e Lakatos (2012, p. 48) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A COMAJUL – Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira - Ltda é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, e tem como objetivo social a união dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas. A sociedade atua no recebimento, beneficiamento e comercialização da produção dos cooperados. Auxilia na compra de insumos e bens de consumo, além da prestação de serviços, visando o desenvolvimento e a melhoria das condições socioeconômicas dos seus cooperados.

A seguir são apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstração do resultado do exercício divulgado pela cooperativa aos associados do ano 2014 e 2015. Vale ressaltar que para a empresa a Demonstração dos Fluxos de Caixa não é obrigatória e por isso é alvo do presente estudo.

QUADRO 1 – Balanço Patrimonial ano 2014 e 2015

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		
ATIVO	2015	2014
CIRCULANTE	23.855.026,13	21.604.873,43
DISPONIBILIDADES	1.000.712,65	546.432,04
Caixas	199.093,22	160.700,63
Bancos conta movimento	801.619,43	385.731,41
CRÉDITOS	18.854.678,23	17.626.714,90
CRÉDITOS C/ COOPERADOS	1.132.354,30	1.387.844,92
Cooperados c/ adiantamento	1.132.354,30	1.387.844,92
OUTROS CRÉDITOS	17.722.323,93	16.238.869,98
Títulos a receber	5.334.809,82	5.321.240,97
(-) Provisão p/ Créd. Liq. Duvidosa	-320.802,96	-350.297,46
Créditos c/ empregados	42.105,89	48.561,54
Cheques a receber	295.095,64	251.972,10
Impostos a recuperar	377.492,22	730.643,83
Adiantamentos a freteiros	1.257.327,38	1.107.541,83
Adiantamentos a fornecedores	180.686,97	290.628,00
Títulos e valores mobiliários	10.555.608,97	8.838.579,17
ESTOQUES	3.999.635,25	3.431.723,49
NÃO CIRCULANTE	15.965.777,68	15.123.006,13
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	16.811,53	20.910,63
Depósitos judiciais	16.811,53	20.910,63
INVESTIMENTOS	1.034.331,44	859.237,80
Investimentos	1.034.331,44	859.237,80
IMOBILIZADO	14.909.427,82	14.239.780,81
Valor original corrigido	20.892.033,87	20.048.302,84
(-) Depreciação acumulada	-5.982.606,05	-5.808.522,03
INTANGÍVEL	5.206,89	3.076,89
Marcas e patentes	5.206,89	3.076,89
TOTAL DO ATIVO	39.820.803,81	36.727.879,56

Fonte: Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira - Ltda

QUADRO 2 – Balanço Patrimonial ano 2014 e 2015

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		
PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE	6.607.217,26	6.269.495,64
Fornecedores	2.619.567,41	2.735.296,85
Débitos c/ cooperados	2.575.501,39	2.098.248,67
Obrigações sociais e trabalhistas	283.612,99	494.396,96
Obrigações tributárias e fiscais	509.868,75	323.608,69
Capital a restituir	143.641,47	135.957,79

Demais débitos e obrigações	400.047,51	381.678,89
Financiamentos	74.977,74	100.307,79
NÃO CIRCULANTE	10.162.334,57	8.336.936,18
OBRIGAÇÕES	8.621.379,94	6.554.779,66
Prodeic – Estadual	8.461.574,82	6.345.411,87
Financiamento	159.805,12	209.367,79
RECEITAS DIFERIDAS	1.540.954,63	1.782.156,52
Receitas futuras	1.540.954,63	1.782.156,52
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.051.251,98	22.121.447,74
CAPITAL SOCIAL	2.114.678,75	2.169.036,62
Capital Realizado	2.114.678,75	2.169.036,62
RESERVAS DE SOBRAS	20.859.884,66	20.214.737,59
Reserva legal	17.385.741,83	16.600.866,96
Res. De Assistência Téc. Ed. E Soc. – RATES	176.709,56	316.437,36
Reserva para Aumento de Capital	1.662.498,89	1.662.498,89
Reserva para Contingências	1.634.934,38	1.634.934,38
SOBRAS / PERDAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O	76.688,57	-262.326,47
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.820.803,81	36.727.879,56

Fonte: Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira - Ltda

QUADRO 3 – Demonstração do Resultado do Exercício ano 2014 e 2015

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2015

	2015	2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	72.065.539,10	78.713.413,55
Vendas ou fornecimentos	72.065.539,10	78.713.413,55
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	4.315.207,30	6.505.847,99
Devoluções e abatimentos	420.501,76	2.723.321,91
Impostos	3.894.705,54	3.782.526,08
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	67.750.331,80	72.207.565,56
(-) CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS / FORNECIDOS	60.246.858,09	65.376.682,74
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	7.503.473,71	6.830.882,82
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	7.396.530,30	7.053.415,34
DESPESAS COM VENDAS	6.323.309,77	5.950.107,60
Despesas com pessoal	2.842.615,48	2.678.823,47
Outras despesas	3.480.694,29	3.271.284,13
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.842.807,95	1.754.544,02
Despesas com pessoal	1.410.437,05	1.266.986,56
Outras despesas	432.370,90	487.557,46
DESPESAS COM FOMENTO	486.087,55	295.105,44

Despesas com pessoal	388.743,81	228.001,15
Outras despesas	97.343,74	67.104,29
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	-1.255.674,97	-946.341,72
Despesas financeiras	314.297,47	280.047,41
Receitas financeiras	1.569.972,44	1.226.389,13
(=) RESULTADO OPERACIONAL	106.943,41	-222.532,52
(+) OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	524.197,95	221.110,75
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	631.141,36	-1.421,77
(-) PROVISÃO P/ CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	132.819,94	75.415,95
(-) PROVISÃO P/ IMPOSTO DE RENDA	344.944,28	185.488,75
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS OS IMPOSTOS	153.377,14	-262.326,47

Fonte: Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira - Ltda

A DFC foi elaborada através do método indireto como segue no quadro 4 abaixo, que ajusta o valor do lucro líquido encontrado na DRE com as variações das contas do Balanço Patrimonial. E deve apresentar os fluxos de caixa que foram gerados das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

QUADRO 4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa 2015

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
Resultado do exercício	153.377,14
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:	
(+) Ajustes prejuízos anteriores	262.326,47
(+) Depreciação	174.084,02
(-) Provisão p/ créd. Liq duvidosa	-29.494,50
Variação nos ativos e passivos:	
(+) Diminuição de adiantamentos	215.646,10
(-) Aumento de estoques	-567.908,76
(+) Diminuição imposto a recuperar	353.151,61
(-) Aumento dos títulos a receber	-50.236,74
(-) Aumento de títulos e valores mobiliários	-1.717.029,80
(+) Aumento de fornecedores	361.523,28
(-) Diminuição obrigações trabalhistas e tributárias	-24.523,91
(+) Aumento capital a restituir	7.683,68
(+) Aumento demais débitos e obrigações	18.368,62
(=) Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	-843.032,79
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	

(-) Compra de imobilizado	-843.731,03
(-) Aquisição de novos investimentos	-175.093,64
(-) Aumento do Intangível	-2.130,00
(+) Diminuição depósitos judiciais	4.099,10
(=) Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos	-1.016.855,57
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	
(-) Diminuição Financiamento C.P.	-25.330,05
(+) Aumento Financiamento L.P	2.066.600,28
(-) Diminuição Capital Social	-54.357,87
(-) Diminuição receitas diferidas	-241.201,89
(+) Aumento de reservas	568.458,50
(=) Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	2.314.168,97
Total líquido das disponibilidades de caixa	454.280,61
Disponibilidades no início do período	546.432,04
Disponibilidades no final do período	1.000.712,65

Fonte: Dados da pesquisa.

Foi necessário fazer alguns ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas. O resultado do exercício encontrado na DRE correspondendo o valor 153.377,14 será somado ou diminuído pelos demais valores encontrados.

No ano de 2014, a cooperativa teve uma perda no valor de 262.326,47, portanto esse valor deve ser considerado de forma positiva na DFC, porque até obter novamente uma geração de caixa positivo foi necessário ser absorvida essa perda no ano de 2015. A depreciação também deve ser considerada de maneira positiva por ser uma conta que não representa desembolso de caixa no valor de 174.084,02, e a PCLD que é uma conta redutora dos títulos a receber, teve uma diminuição no ano de 2015, mas também é uma conta que não representa uma entrada no caixa e será considerada de maneira negativa no valor de 29.494,50.

Posteriormente serão consideradas as variações nas contas dos ativos e passivos que geram os fluxos de caixas provenientes das atividades operacionais, que são encontradas no ativo circulante e no passivo circulante. Na conta adiantamentos foi feita a variação em todas as contas com o mesmo nome, e constatou-se uma diminuição no montante de 215.646,10, ou seja, é um valor que deixou de sair do caixa o que o torna positivo.

Na conta estoques houve um aumento de 567.908,76, que significa que a cooperativa comprou mais e conseqüentemente saiu dinheiro de seu caixa. Nos impostos a recuperar teve uma diminuição, portanto sobraram em caixa 353.151,61.

Os títulos a receber e os títulos de valores mobiliários apresentaram um aumento, ou seja, um desembolso de caixa, nos valores 50.236,74 e 1.717.029,80, respectivamente.

Ocorreu um aumento nas contas de fornecedores no valor 361.523,28, na conta capital a restituir no valor 7.683,68 e na conta demais débitos e obrigações no valor de 18.368,62, o que indica que esses valores foram economizados em caixa.

Na conta obrigações trabalhistas e tributárias foi observada uma queda de 24.523,91, que significa que a cooperativa pagou parte dos impostos, portanto gera uma saída de caixa.

As variações dessas contas geram as disponibilidades líquidas das atividades operacionais com o saldo negativo de 843.032,79.

As contas que integram o caixa das atividades de investimentos são encontradas no ativo não circulante, onde tem a conta de imobilizado que apresentou um aumento de 843.731,03, indicando que a cooperativa comprou mais. Também aumentou a aquisição de novos investimentos em 175.093,64 e uma valorização do ativo intangível no valor de 2.130,00, e todos esses aumentos representam saídas no caixa.

Já na conta depósitos judiciais foi constatado uma redução de 4.099,10 representando uma sobra no caixa, pois a cooperativa deixou de desembolsar esse valor.

Assim obtemos as disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos com saldo negativo de 1.016.855,57

As contas que geram o caixa das atividades de financiamentos são encontradas no passivo circulante, no caso o financiamento de curto prazo que teve uma diminuição de 25.330,05, ou seja, a cooperativa desembolsou dinheiro de seu caixa.

Também são encontradas as contas das atividades de financiamentos no passivo não circulante e no patrimônio líquido, onde ocorreu um aumento no financiamento de longo prazo de 2.066.600,28 e nas reservas de 568.458,50, gerando um aumento em seu caixa. E teve uma diminuição nas receitas diferidas no valor de 241.201,89, causando saída de caixa, e diminuição do capital social, onde a cooperativa precisou usar parte seu capital próprio no valor de 54.357,87.

Essas variações geram as disponibilidades líquidas das atividades de financiamentos no valor de 2.314.168,97 positivos. E diminuindo esse valor positivo

pelas outras disponibilidades que geraram caixa negativo chegamos a um total líquido de caixa de 454.280,61 que somado com o saldo inicial do período, ou seja, em 2014 no valor de 546.432,04, vai ser igual à disponibilidade líquida no final do período no ano de 2015 de 1.000.712,65.

O valor líquido das disponibilidades do caixa é encontrado fazendo a variação da conta caixa e da conta bancos de um ano para o outro, e a DFC pelo método indireto demonstra através da variação das demais contas como se deu a geração dessas disponibilidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a elaboração da DFC foi necessário utilizar informações de outras demonstrações contábeis, e foi demonstrado como é feita sua elaboração passo a passo deixando claro como ocorre à geração de caixa.

A presente pesquisa trouxe resultados satisfatórios e responde o problema inicial da pesquisa em saber o que a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite observar com relação à saúde financeira em uma cooperativa do município de Juscimeira – MT de acordo com os tipos de atividades que compõem a DFC?

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto permite observar as movimentações que contribuem com a geração de caixa, ou seja, as entradas e as saídas. Essa movimentação de caixa distribuída entre as três atividades que compõem a DFC facilita ainda mais o processo decisório dos gestores, pois, fica evidente qual atividade está gerando mais caixa e qual atividade requer uma atenção especial com relação aos seus desembolsos.

No caso a movimentação dessa cooperativa apresenta um fluxo de caixa negativo com relação às atividades operacionais, mas ao analisar de que maneira se obteve esse resultado é possível visualizar que houve compras para seu estoque, aumentaram-se as vendas a prazo, foram pagos impostos e também realizou mais compras a prazo.

Com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento que também apresentou um saldo negativo, pode-se observar que esse desembolso de caixa foi para aquisição de imobilizados e novos investimentos.

E o fluxo das atividades de financiamentos teve um saldo positivo que mostra que a cooperativa utilizou mais da captação de capital de terceiros e também utilizou do seu capital próprio.

Dessa forma a DFC auxilia as tomadas de decisões, por conter informações relevantes sobre como está sendo investido o dinheiro da entidade e de como estão sendo honrados seus compromissos.

REFERÊNCIAS

CENZI, Nerii Luiz. **Cooperativismo**: desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro. Curitiba: Juruá, 2011.

FREZATTI, Fábio. **Gestão do fluxo de caixa diário**: como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira**: uma abordagem prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu. *et al.* **Manual de contabilidade societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das sociedades cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

O RACISMO ENTRE PROFESSORES

Terezinha Félix Silva Cruz de Deus⁸

Regina Suzi Soares⁹

Rafael Sebastião Cicero¹⁰

Vagner Haubricht Pinheiro¹¹

Mônica Santana Cardoso¹²

Francisco Bandeira Amaral¹³

Fabricio Carlos Lenzi¹⁴

Resumo

Num mundo de grandes desigualdades, nem sempre é fácil lidar com a diversidade. Ela está em toda parte. Por vezes, é mais simples percebê-la quando a questão envolve apenas dois times de futebol, duas religiões, dois partidos políticos, duas formas de agir. Na abordagem de temas mais complexos, ou simplesmente se a proposta exige um exercício crítico rigoroso, podemos dizer que, mesmo entre os mais semelhantes, habitam numerosas diferenças porque cada ser humano é único no conjunto de suas características. Vivemos em um país em que quase metade da população é afrodescendente e é incompreensível que ainda exista práticas discriminatórias na sociedade e muito menos nos meios educacionais onde professores despreparados para lidar com o outro que no nosso caso são os alunos negros que sofrem com o

⁸ É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

⁹ É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

¹⁰ Engenheiro Ambiental com licenciatura em Física e Formação Docente e Professor da Faculdade EDUVALE/Jaciara-MT

¹¹ É Tecnólogo em Gestão Ambiental e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

¹² Formada em Ciências Naturais e Biológicas e matemática e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

¹³ Formado em Ciências Matemática e Física Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

¹⁴ Formado em Ciências Econômicas e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

racismo e a discriminação no ambiente escolar. Mas algo que nos chama atenção é se realmente todos os profissionais da área estão prontos para enfrentar tantos desafios? Um deles é trazer para suas aulas a igualdade no ensino e a interação com a diversidade racial. A discriminação racial acontece ora de maneira mais explícita, como nas piadas, na falta ou na seletividade do carinho, no olhar de desprezo, ora de forma mais velada. O número reduzido de negros ocupando os cargos mais altos das empresas é um bom exemplo. De um modo ou de outro, a ação silenciosa do preconceito tem mantido os índices de desigualdade em patamares inaceitáveis para um país que se pretende democrático e em uma escola que se diz acolhedora.

Palavra Chaves: Negros, Educação e racismo

Introdução

Sabemos que no cenário atual, quem mais tem oportunidades de aprendizado e o recebe com qualidade, são aqueles que detém maior poder aquisitivo; com isso, os educadores tem mais um desafio enorme, que é oferecer ensino de qualidade e com igualdade para todos.

Nos dias atuais, quando falamos em educação, logo vem em nossa cabeça, a situação nada favorável que vivenciamos, na educação brasileira, que é a discriminação racial, existente dentro das escolas. Com isso, é possível imaginar, quantos são os desafios dos profissionais dessa área.

Falar em desafios é imprescindível, pois não é nada fácil educar, com tanta falta de estrutura e boas condições, mas por outro lado, ainda, temos um outro grande desafio, que é o ensino com igualdade.

A presença velada da discriminação racial, dentro do espaço escolar, principalmente, no que se refere ao primeiro Ciclo do Ensino Fundamental, onde a criança está mais vulnerável às imposições do professor, em virtude da idade e à postura de alguns profissionais da educação, que ainda não se atentaram para a eficácia do respeito ao direito e à diversidade pode causar problemas para o desenvolvimento pleno dos alunos. Mas, como será a percepções sobre o racismo entre os professores do Primeiro ciclo do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Educação de Rondonópolis – MT?

Sabemos que a discriminação racial e a educação igualitária tem que ser alicerçada desde a educação infantil, por isso, nossa preocupação em estudar esse tema. Nós, futuros profissionais da área, sabemos que é na educação infantil e no Ensino Fundamental que fazemos a base dos futuros cidadãos e que é nesse período, que os mesmos irão aprender a conviver com as adversidades e com as diversidades da vida.

Este projeto é importante porque é dever do educador, ensinar as crianças, que todos são iguais, quando falamos em direito de estudar e ter uma formação no sistema de educação, oferecido pelo Estado.

A importância deste tema é que o Brasil foi enriquecido através da diversidade cultural e da etnia trazida pelos negros, hoje somos uma mistura de raças, crenças, cores e costumes, isto pressupõe que o processo pedagógico seja trabalhado de maneira que parte de nossa história não seja esquecida ou apenas contada de maneira fragmentada, mas que o negro seja comentado e ilustrado nos livros didáticos como parte importante que é da construção histórica deste país.

Este projeto de pesquisa é pertinente porque percebemos¹⁵ que alguns professores ainda possuem falas preconceituosas sobre seus alunos negros que são caracterizados como preguiçosos e incapazes e em alguns veículos de informação, como no caso os livros didáticos, é construída uma imagem do negro como alguém fadado ao fracasso.

Neste caso é de vital importância que os professores se apropriem da história do negro na construção do Brasil, dispam-se de todo e qualquer paradigma preconceituoso, e tornem-se aptos e criativos na apresentação dos conteúdos onde o negro seja citado, de maneira que os alunos negros deixem de ser um canto esquecido na história e na sala de aula, e passem a ser citados, ilustrados como seres capazes de tudo quanto se propuseram a fazer, que seus direitos e deveres, fiquem claros.

Portanto, nesse presente trabalho, busca-se mostrar qual é a realidade vivida no primeiro ciclo do ensino fundamental, quando falamos em discriminação e igualdade racial. Porque no Brasil, como é sabido, vigora o mito de que vivemos efetivamente em uma sociedade livre do preconceito racial e do racismo em relação aos negros. Nas últimas três décadas, tal modo de entendimento ficou cada vez mais desacreditado, tendo em vista as evidências de múltiplas formas de discriminação vivenciadas pela população afrodescendente de nosso país.

Por estes motivos é que não pode se esquivar destas questões levantadas e principalmente caracterizar na educação em Mato Grosso o racismo que no Brasil é velado, camuflado e em alguns casos explícitos de acordo com Flávio Antonio da Silva Nascimento,

“Uma das estratégias mais brilhantes de dominação da elite brasileira é praticar o Racismo e negá-lo, ocultá-lo, deixando aquele que é alvo deste desnorteado, sem defesa e se situando como a maioria, talvez, na esfera da não percepção do fenômeno, ao que reportamos devido ao peso da continuidade dos efeitos da Ideologia da Democracia Racial sobre a nossa gente. Não se sabe se é negro ou não, desconfia – se que

¹⁵¹⁵ Este relato está baseado na nossa experiência de mais de 10 anos como Membro do Movimento Negro de Rondonópolis.

não é bem branco; acaba – se assim aceitando a mestiçagem que a Ideologia da Democracia Racial enquadra.”¹⁶ (NASCIMENTO, 2010. P. 15)

Neste sentido, a eliminação do racismo é uma responsabilidade também da escola e deve estar incluída em seus objetivos. Sabemos que combater o racismo é um desafio a ser enfrentado e que esbarra em uma série de dificuldades, em nível educacional como, por exemplo, a bagagem racista que os professores carregam como fruto de sua própria formação moral, cultural e intelectual a omissão em relação ao problema, o racismo institucional que permeia os órgãos estatais, entre outros.

No Brasil, vigora uma modalidade de preconceito entendido como de marca, em que a questão da origem racial de um indivíduo seria pouco relevante. Nesse caso, o preconceito e as formas correlatas de discriminação se reportariam à intensidade dos fenótipos de cada pessoa¹⁷. Entre esses fenótipos, incluem-se: a tonalidade da cor da pele, o tipo de cabelo e o formato de partes da face – nariz, boca etc. Destarte, considerando-se a inexistência de uma linha rígida de cor no Brasil, quanto mais próximas forem as características pessoais de um indivíduo em relação a um tipo negróide, maior será a probabilidade de que essa pessoa venha a ser discriminada ao longo de seu ciclo de vida.

Em *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*,¹⁸ os autores afirmam que “Diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolar públicas quanto em particulares, a temática racial tende a parecer como um elemento para a inferiorização daquele(a) aluno(a) identificado(a) como negro(a). Codinomes pejorativos, algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos(as) negros(as), sinalizam que, também na vida escolar, as crianças negras estão ainda sob o jugo de práticas racistas e discriminatórias.”¹⁹

O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos(as) alunos(as) uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte dos (as) profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é

¹⁶ NASCIMENTO, Flávio Antonio da Silva. O Beabá do racismo contra o negro brasileiro. Rondonópolis/MT: Gráfica Print, 2010. p 15

¹⁷ Ver MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico dos quilombos em África. In: MOURA, Clóvis (org). Os quilombos na dinâmica Social do Brasil. Maceió: EDUFAL, 2001.

¹⁸ BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

¹⁹ BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006. P 49

diferente. É imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar.²⁰

Assim, o modelo brasileiro de relações raciais afeta especialmente as probabilidades de mobilidade social ascendente dos indivíduos dos distintos grupos de raça/cor da população. Assim, é inequívoco que, na sociedade brasileira, um negro pobre, assim como das demais classes sociais, tenderá a apresentar maiores dificuldades para a sua realização socioeconômica (nas searas educacional, profissional etc.) do que uma pessoa branca na mesma situação social.

Na medida em que a compreensão das diferenças como uma nova contribuição e não como desigualdade se estabeleça, os mecanismos que causam a chamada invisibilidade racial e o recalque cultural das diferenças se fragmentarão e a população negra encontrará na sua própria história e cultura os elementos de construção e reconstrução tão necessários, e por que não dizer vital, para sua identidade, autoestima e cidadania.

Segundo Cavalleiro (2003), a imagem desvalorativa/inferiorizante atribuída aos negros, bem como a valorativa de indivíduos brancos acaba sendo interiorizada pelas crianças através de processos socializadores, fazendo com que crianças negras sintam-se inferiores e feias.

As marcas eurocêntricas presentes nos brinquedos e, principalmente, nas histórias infantis que permeiam o cotidiano da educação infantil não oferecem à criança negra referenciais de identificação, levando-as muitas vezes à rejeição de suas características, reforçando a negação de sua condição racial.

O fato de, muitas vezes, o racismo não ser explicitado verbalmente, não o torna menos presente e agressivo no dia-a-dia dos alunos e alunas negros(as), pois há muitas outras maneiras pelas quais ele se manifesta na cultura brasileira: privilegiam-se os brancos, reconhece-se este biótipo como aquele que representa a beleza estética e intelectual da raça humana e ainda acha-se normal que este segmento da população detenha o poder político, econômico, cultural e religioso; como se fosse algo natural e não resultado da organização histórica capitalista, discriminatória e excludente da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a sala de aula e a escola como um todo tem se caracterizado como um espaço de conflito no qual as crianças e adolescentes, negras e negros, sentem dificuldade de consolidar, positivamente, sua identidade e sua autoestima. Isto se dá, principalmente, pela costumeira vinculação do negro com situações ou coisas pejorativas, através de apelidos e comparações grosseiras e desagradáveis, e que inúmeras vezes podemos observar ter início logo após o observar de alguma gravura encontrada nos livros didáticos, ou até mesmo ante situações de ditames populares largamente proferidos, mesmo que de forma mecânica e não intencional.

²⁰ BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

A meu ver, o estudo simultâneo do racismo e do anti-racismo proposto por Lamont é particularmente importante no caso da América Latina. Van Dijk (2008, p. 22) afirmou que os princípios gerais do racismo e sua reprodução baseada no discurso se aplicam a toda a América Latina, mesmo que existam diferenças marcantes entre os países da região, afirmando que as retóricas contra a imigração ou contra as minorias estão presentes no discurso político da região, assim como acontece na Europa.

No entanto, ele mesmo chamou a atenção que, principalmente, na América Latina não se trata simplesmente de uma questão de branco versus não-branco, mas existe uma escala sutil que distingue mais ou menos aparência européia, africana, ou indígena, e em que a maior proximidade do fenótipo europeu – ou seja, parecer mais branco – tende a estar associada a mais prestígio, mais alto status, mais poder e a uma melhor posição socioeconômica e cultural.

Se não se trata apenas da oposição branco versus não-branco é de se esperar que haja diferenças no discurso racista e anti-racista, bem como na construção de fronteiras entre os grupos, se comparado aos Estados Unidos e à Europa.

A utilização na América Latina de teorias sobre racismo e discurso permite ampliar a compreensão do fenômeno do racismo e dos processos de construção de identidades, mas é crucial analisar conjuntamente as dinâmicas anti-racistas e levar em conta que nesse contexto prevalece a combinação de inclusão e exclusão (TELLES, 2003; WADE, 2005; SAWYER, 2006). Chamo a atenção para esse aspecto não por aderir às teses do excepcionalismo latino americano que insistem no declínio da significância da raça e do racismo na região, mas por concordar com os autores que apontam as limitações das análises que insistem na dicotomia racista/não racista, e propõem que o foco seja deslocado dos indivíduos para o discurso (PHOENIX, 2004; RATTANSI, 2005).

Este deslocamento implica em uma alteração na abordagem das identidades, no sentido de reconhecer que estas não são singulares e unitárias, mas múltiplas e, potencialmente, contraditórias.

Integrando material de estudos sobre a reprodução do racismo através do discurso, assim como de estudos sobre o anti-racismo e sobre a construção de fronteiras, o presente estudo investiga a retórica do racismo e a retórica do anti-racismo usando esses termos no mesmo sentido usado por Lamont (2000).

Em um contexto como o atual, em que as evidências do racismo consideradas importantes deixaram de se limitar a manifestações explícitas de concepções de superioridade racial para incluir expressões indiretas, codificadas e sutis que, muitas vezes, fazem referência à classe e à cultura, e não à raça, em que as políticas anti-racistas são deslegitimadas sob a acusação de racismo, e em que as identidades são ambivalentes, o uso das ferramentas da

análise de discurso e dos estudos sobre a construção de fronteiras permite ultrapassar a polarização entre as interpretações que afirmam, ou negam a relevância da raça, do racismo, e das identidades étnicas e raciais. Além disso, tal iniciativa contribui para ampliar os estudos que analisam detalhadamente os contextos dos diferentes gêneros de discurso na América Latina, focalizando não apenas o racismo, mas também o anti-racismo, e não apenas as elites e os brancos, mas também outros segmentos da população.

As entrevistas realizadas incluíram descrições sobre situações consideradas como racismo, explicações para as desigualdades, estratégias anti-racistas usadas no cotidiano, e argumentos usados para justificar as posições em relação às políticas anti-racistas. Na sistematização e apresentação desses resultados procurei destacar a complexidade, heterogeneidade, e ambigüidade, em lugar de reforçar as concepções rígidas e unitárias de racismo, anti-racismo, branquitude e negritude.

Tal opção é coerente com o uso de uma definição abrangente do conceito racismo, que não se limita à segregação formal e doutrina de superioridade racial, mas inclui o preconceito, a discriminação, e a desigualdade (GUIMARÃES, A., 1999), enfatizando a multidimensionalidade, adaptabilidade e ambigüidade do fenômeno do racismo (RATTANSI, 2007).

Trata-se, portanto, de recusar a imposição de modelos únicos e de definições estáticas e restritivas, que não conseguem capturar a dinâmica e o caráter processual do racismo (MURJI; SOLOMOS, 2005; RATTANSI, 1996). Essa perspectiva solicita que o anti-racismo seja também definido de maneira abrangente, considerando a possibilidade de existirem caminhos diversos para confrontar o racismo em suas manifestações distintas (FLOYA; LLOYD, 2002), e que as identidades sejam entendidas a partir de uma abordagem construcionista (RESTREPO, 2004; CUNIN, 2003; WADE, 2002).

Os resultados desse estudo não podem ser generalizados para a população de estudantes da Universidade e do Estado de São Paulo, mas permitem aprofundar alguns temas e evidenciar aspectos ainda pouco estudados. Inicialmente, foram inúmeras as evidências de negações indiretas do racismo nas falas dos estudantes, especialmente quando o tema abordado foram as políticas anti-racistas.

A estreita articulação percebida entre a pobreza dos negros e a falta de acesso a educação básica de qualidade como explicação para as dificuldades de ingresso deles no ensino superior foi confirmada pelos resultados, permitindo evidenciar, por um lado, que os próprios negros não são responsabilizados diretamente por essa situação e, por outro lado, que a pobreza negra é naturalizada.

Outro achado da pesquisa é que nestas falas miscigenação e negritude não são incompatíveis, mas coexistentes. A conciliação nas falas dos estudantes entre posições favoráveis

à miscigenação e de apoio à afirmação da negritude reforça, por um lado, que a miscigenação não está associada apenas à homogeneidade e, por outro lado, que a negritude tem uma dimensão inclusiva (WADE, 2005). Os resultados revelaram, ainda, que havia grande apoio entre os estudantes às iniciativas do movimento negro de afirmação da negritude, mas foram também freqüentes as críticas às iniciativas de realização de atividades voltadas exclusivamente para negros e à afirmação da superioridade dos negros sobre os brancos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. Construindo a auto-estima da criança negra. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. rev. Brasília: MEC/SECAD, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em 07 mar. 2015.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In: _____ (Org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12579%3Aeducacao-infantil&Itemid=1152>. Acesso em 14 mar. 2015.

BRASIL, Lei nº. 9.394. LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De 20 de Dezembro de 1996. D.O.U. de 23 de Dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana. Parecer CNE /CP 3 / 2004, de 10 de março de 2004.

_____. Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003.Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC/SECAD. 2005.

CAVALLEIRO Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, Preconceito e discriminação na educação infantil, São Paulo: Contexto, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.

MUNANGA, Kabengele. Negritude. Usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1996.

SIMON, Roger e GIROUX, Henry. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: Currículo, Cultura e Sociedade /Antonio Flávio Barbosa e Tomaz Tadeu da Silva (orgs.). São Paulo: Cortez, 1994.

SOUSA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VERONESE; Josiane Rose Petry. VIEIRA; Cleverton Elias. Educação básica na legislação brasileira (2000).

RACISMO E ANTI RACISMO NO VALE DE SÃO LOURENÇO: NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

Terezinha Félix Silva Cruz de Deus²¹

Regina Suzi Soares²²

Rafael Sebastião Cicero²³

Vagner Haubricht Pinheiro²⁴

Mônica Santana Cardoso²⁵

Francisco Bandeira Amaral²⁶

Fabricio Carlos Lenzi²⁷

Resumo

Qualquer pessoa interessada em ações afirmativas das universidades brasileiras precisa ler Múltiplas Vozes. A visão tradicional ou de democracia racial de que brasileiros negam ou ignoram o racismo na produção de inadequações sociais está morta, ao menos entre estudantes de nível superior. Neste bem pesquisado volume, Paula Cristina da Silva Barreto fornece forte evidência de como segmentos jovens e com acesso à educação formal da sociedade brasileira estão completamente cientes da insídia do racismo nesta sociedade. Baseada

²¹ É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

²² É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

²³ Engenheiro Ambiental com licenciatura em Física e Formação Docente e Professor da Faculdade EDUVALE/Jaciara-MT

²⁴ É Tecnólogo em Gestão Ambiental e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

²⁵ Formada em Ciências Naturais e Biológicas e matemática e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

²⁶ Formado em Ciências Matemática e Física Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

²⁷ Formado em Ciências Econômicas e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

em extensivas entrevistas com estudantes brancos e negros de nível superior. O racismo se tornou amplamente aceito como um fato na vida do brasileiro. A duradoura ideologia de democracia racial no Brasil foi substituída, entre estudantes de nível superior, pelo reconhecimento de subordinação racial. Eles não somente reconhecem o racismo, como também o ranqueiam como o segundo mais importante problema social no Brasil, apenas atrás da corrupção.

Palavra Chave: Racismo, discriminação e preconceito

Introdução

Entretanto, não há consenso algum sobre o que se fazer com o racismo. Ao mesmo tempo em que os estudantes brancos estão conscientes do racismo, tenderam ser incisivamente contra políticas raciais, tais como ações afirmativas. Ao invés disso, eles preferem políticas cegas a cor que redistribuem renda e provêem maior acesso à educação para todos. A Professora Paula Cristina argumenta que isto é condizente com o discurso de democracia racial que valoriza o não-racismo, mas que, ao mesmo tempo, eles se opõem às políticas efetivas de combate à discriminação racial.

Por outro lado, os estudantes negros reconheceram o racismo no dia-a-dia da sociedade brasileira, mas as soluções deles foram mais diversas. Muitos seguiram estratégias individuais de busca de, ativamente, mudar as atitudes e comportamentos racistas cotidianos de membros da família e amigos, assim como promover o orgulho em ser negro.

A respeito das políticas anti-racistas, os estudantes negros se dividiram entre aqueles que apóiam ações afirmativas, geralmente baseadas nas questões de classe e raça simultaneamente, e outros que se opõem às políticas raciais de ações afirmativas.

Os estudos realizados no contexto do que ficou conhecido como virada lingüística enfatizaram que, embora o racismo esteja associado à existência de desigualdade com base na idéia de raça, ele também se expressa e se reproduz através do discurso. Uma das implicações dessa abordagem é a atenção para o estilo, o vocabulário, e as estratégias retóricas usadas no discurso, especialmente, quando a pessoa que fala, ou escreve, tenta transmitir uma auto-imagem positiva e afastar de si o rótulo de racista.

A partir de estudos empíricos realizados, principalmente, na Europa, Van Dijk (2002) destacou que o discurso tem um papel proeminente na reprodução do racismo. Segundo ele, existem princípios globais do discurso racista, que são similares a qualquer tipo de discurso de base ideológica: os aspectos positivos do Nós, do grupo de dentro, e os aspectos negativos do Eles, do grupo de fora, são enfatizados; por outro lado, os aspectos positivos do Eles, e os aspectos negativos do Nós, são minimizados. Segundo ele, é possível esperar que existam tendências racistas em grande número de gêneros discursivos, cada um com

suas características contextuais próprias, tendo em vista o papel das elites simbólicas no processo de informação, comunicação e discurso público na sociedade (VAN DIJK, 2008, p. 20).

Com uma abordagem semelhante, Wetherell (2003) também destacou que o discurso expressa, convence, e legitima os preconceitos e estereótipos raciais, ou étnicos, entre os brancos.

Um dos aspectos que Van Dijk (2002) tem enfatizado é que as negações do racismo são uma estratégia principal no discurso das elites e um bom exemplo de tais negações é a expressão bem conhecida: Eu não tenho nada contra os negros, mas.... Ele mencionou que o uso de eufemismos é recorrente quando se trata de minimizar, banalizar, ou mitigar a seriedade, a extensão, ou as consequências das ações negativas, e que, por exemplo, a expressão “dizer a verdade” pode ser o eufemismo típico daqueles que são acusados de dizer ou escrever coisas depreciativas sobre as minorias.

Além disso, o próprio racismo pode ser considerado tabu, como acontece nos Países Baixos e na Alemanha, onde se considera que o termo é aplicável somente ao racismo aberto, da direita, ou ao racismo que existe em outros países, e que seu uso seria, portanto, totalmente inadequado no caso das expressões mais moderadas, ou das formas modernas do racismo diário, especialmente entre as elites.

Nessa linha de investigação, a existência de estratégias de desculpas, que consistem em apresentar outras justificativas para a defesa de posições consideradas racistas, que podem conduzir à responsabilização das próprias vítimas, tem sido objeto de análise. Nesse caso, ocorre o que Van Dijk (2002) chama de reversão, quando a acusação é transferida para outro indivíduo ou grupo.

Nas últimas décadas, diversos estudos têm abordado a questão da existência de novos tipos de racismo (TAGUIEFF, 1987; WIEVIORKA, 1993; CASHMORE, 1996) e, mais recentemente, alguns deles têm focalizado a linguagem (BONILLA-SILVA, 2003; DOANE, 2006). Por exemplo, ao analisar o que ele chamou de racismo cego para a cor, nos Estados Unidos, Bonilla-Silva (2003) destacou que os brancos evitavam expressar através de linguagem racial direta os seus pontos de vista raciais, e forneceu evidências sobre o estilo da cegueira para a cor, destacando a presença do que ele chamou de movimentos semânticos, negações aparentes, e reivindicações de ignorância. Nesse sentido,

a frase “Eu não sou preconceituoso, mas...” foi uma das estratégias verbais mais comuns. Além disso, ele destacou o papel dos diminutivos nestas falas, usados, por exemplo, quando os entrevistados se manifestavam contrariamente às políticas de ação afirmativa. Bonilla-Silva também apontou como aspectos relevantes no modo como as pessoas falam sobre a raça a existência de projeções, que aconteciam quando as próprias minorias eram responsabilizadas e acusadas de racistas, a incoerência quase total e a negociação de pontos de vista aparentemente contraditórios, quando a importância da raça era afirmada e, ao mesmo tempo, negada.

Diferentemente dos estudos anteriores, Lamont (2000) caracterizou simultaneamente o discurso racista e anti-racista, através de populações diferentes, em uma pesquisa comparativa entre trabalhadores dos Estados Unidos e da França. Lamont analisou como – e se – os entrevistados negros e brancos construíram fronteiras separando-os uns dos outros e ao cumprir essa tarefa iluminou novos aspectos do trabalho de construção de fronteiras raciais.

As expressões retórica do racismo e retórica do anti-racismo foram usadas por Lamont para se referir à sistematização dos diferentes temas presentes no repertório de argumentos e aos tipos de evidência utilizados para demonstrar que os grupos raciais eram superiores, ou iguais, um ao outro.

O estudo documentou quais eram as normas que os brancos acreditavam que os negros violavam e ofereceu evidências sobre o anti-racismo de americanos brancos comuns, um tópico que, para a autora, ainda não havia sido suficientemente explorado. Uma das conclusões foi que o multiculturalismo, que é a forma de anti-racismo mais popular na academia, estava ausente da visão de mundo dos trabalhadores entrevistados.

Outro ponto crucial abordado foi o modo como negros comuns construíam os brancos e entendiam as diferenças entre negros e brancos. A conclusão foi que os negros usavam um leque mais amplo de argumentos – religiosos, biológicos e políticos –, para demonstrar a igualdade entre as raças, talvez em resposta à experiência cotidiana do racismo. Lamont (1999) destacou, ainda, o fato de que os argumentos morais foram fundamentais na construção de fronteiras raciais, e estavam presentes nos argumentos usados por brancos e negros, tema que tem sido objeto de investigação nos estudos que analisam a relação entre cultura e desigualdade racial.

Para explicar esses resultados, Lamont focalizou menos os fatores psicológicos e mais o modo como instituições como as igrejas, partidos políticos, e a mídia moldam os repertórios culturais aos quais os negros e brancos têm acesso.

A meu ver, o estudo simultâneo do racismo e do anti-racismo proposto por Lamont é particularmente importante no caso da América Latina. Van Dijk (2008, p. 22) afirmou que os princípios gerais do racismo e sua reprodução baseada no discurso se aplicam a toda a América Latina, mesmo que existam diferenças marcantes entre os países da região, afirmando que as retóricas contra a imigração ou contra as minorias estão presentes no discurso político da região, assim como acontece na Europa.

No entanto, ele mesmo chamou a atenção que, principalmente, na América Latina não se trata simplesmente de uma questão de branco *versus* não-branco, mas existe uma escala sutil que distingue mais ou menos aparência européia, africana, ou indígena, e em que a maior proximidade do fenótipo europeu – ou seja, parecer mais branco – tende a estar associada a mais prestígio, mais alto status, mais poder e a uma melhor posição socioeconômica e cultural.

Se não se trata apenas da oposição branco *versus* não-branco é de se esperar que haja diferenças no discurso racista e anti-racista, bem como na construção de fronteiras entre os grupos, se comparado aos Estados Unidos e à Europa.

A utilização na América Latina de teorias sobre racismo e discurso permite ampliar a compreensão do fenômeno do racismo e dos processos de construção de identidades, mas é crucial analisar conjuntamente as dinâmicas anti-racistas e levar em conta que nesse contexto prevalece a combinação de inclusão e exclusão (TELLES, 2003; WADE, 2005; SAWYER, 2006). Chamo a atenção para esse aspecto não por aderir às teses do excepcionalismo latino americano que insistem no declínio da significância da raça e do racismo na região, mas por concordar com os autores que apontam as limitações das análises que insistem na dicotomia racista/não racista, e propõem que o foco seja deslocado dos indivíduos para o discurso (PHOENIX, 2004; RATTANSI, 2005).

Este deslocamento implica em uma alteração na abordagem das identidades, no sentido de reconhecer que estas não são singulares e unitárias, mas múltiplas e, potencialmente, contraditórias.

Integrando material de estudos sobre a reprodução do racismo através do discurso, assim como de estudos sobre o anti-racismo e sobre a construção de fronteiras, o presente estudo investiga a retórica do racismo e a retórica do anti-racismo usando esses termos no mesmo sentido usado por Lamont (2000).

Em um contexto como o atual, em que as evidências do racismo consideradas importantes deixaram de se limitar a manifestações explícitas de concepções de superioridade racial para incluir expressões indiretas, codificadas e sutis que, muitas vezes, fazem referência à classe e à cultura, e não à raça, em que as políticas anti-racistas são deslegitimadas sob a acusação de racismo, e em que as identidades são ambivalentes, o uso das ferramentas da análise de discurso e dos estudos sobre a construção de fronteiras permite ultrapassar a polarização entre as interpretações que afirmam, ou negam a relevância da raça, do racismo, e das identidades étnicas e raciais. Além disso, tal iniciativa contribui para ampliar os estudos que analisam detalhadamente os contextos dos diferentes gêneros de discurso na América Latina, focalizando não apenas o racismo, mas também o anti-racismo, e não apenas as elites e os brancos, mas também outros segmentos da população.

As entrevistas realizadas incluíram descrições sobre situações consideradas como racismo, explanações para as desigualdades, estratégias anti-racistas usadas no cotidiano, e argumentos usados para justificar as posições em relação às políticas anti-racistas. Na sistematização e apresentação desses resultados procurei destacar a complexidade, heterogeneidade, e ambigüidade, em lugar de reforçar as concepções rígidas e unitárias de racismo, anti-racismo, branquitude e negritude.

Tal opção é coerente com o uso de uma definição abrangente do conceito racismo, que não se limita à segregação formal e doutrina de superioridade racial, mas inclui o preconceito, a discriminação, e a desigualdade (GUIMARÃES, A., 1999), enfatizando a multidimensionalidade, adaptabilidade e ambigüidade do fenômeno do racismo (RATTANSI, 2007).

Trata-se, portanto, de recusar a imposição de modelos únicos e de definições estáticas e restritivas, que não conseguem capturar a dinâmica e o caráter processual do racismo (MURJI; SOLOMOS, 2005; RATTANSI, 1996).

Essa perspectiva solicita que o anti-racismo seja também definido de maneira abrangente, considerando a possibilidade de existirem caminhos diversos para confrontar o racismo em suas manifestações distintas (FLOYA; LLOYD, 2002), e que as identidades sejam entendidas a partir de uma abordagem construcionista (RESTREPO, 2004; CUNIN, 2003; WADE, 2002).

Os resultados desse estudo não podem ser generalizados para a população de estudantes da Universidade e do Estado de São Paulo, mas permitem aprofundar alguns temas e evidenciar aspectos ainda pouco estudados. Inicialmente, foram inúmeras as evidências de negações indiretas do racismo nas falas dos estudantes, especialmente quando o tema abordado foram as políticas anti-racistas.

A estreita articulação percebida entre a pobreza dos negros e a falta de acesso a educação básica de qualidade como explanação para as dificuldades de ingresso deles no ensino superior foi confirmada pelos resultados, permitindo evidenciar, por um lado, que os próprios negros não são responsabilizados diretamente por essa situação e, por outro lado, que a pobreza negra é naturalizada.

Outro achado da pesquisa é que nestas falas miscigenação e negritude não são incompatíveis, mas coexistentes. A conciliação nas falas dos estudantes entre posições favoráveis à miscigenação e de apoio à afirmação da negritude reforça, por um lado, que a miscigenação não está associada apenas à homogeneidade e, por outro lado, que a negritude tem uma dimensão inclusiva (WADE, 2005). Os resultados revelaram, ainda, que havia grande apoio entre os estudantes às iniciativas do movimento negro de afirmação da negritude, mas foram também frequentes as críticas às iniciativas de realização de atividades voltadas exclusivamente para negros e à afirmação da superioridade dos negros sobre os brancos.

Em relação ao discurso anti-racista, no caso dos estudantes brancos e do estudante japonês prevaleceu uma perspectiva universalista que defende a igualdade entre negros e brancos, e que considera qualquer iniciativa visando beneficiar exclusivamente os negros como discriminatória ou segregacionista. Nesse aspecto, em diversas falas foi possível documentar o que para Van Dijk (2002) são reversões, e para Bonilla-Silva (2003) são projeções, ou seja, acusações de racismo contra as instituições ou indivíduos que advogam políticas

anti-racistas. A análise dos diversos argumentos usados para justificar a posição contrária à reserva de vagas

para estudantes negros nas universidades que foi predominante entre esses estudantes permitiu evidenciar que os negros foram construídos como intelectualmente inferiores nas falas que expressaram uma expectativa negativa muito grande em relação ao rendimento acadêmico deles. No caso dos estudantes negros e do estudante indígena, documentei a existência de estratégias anti-racistas diversas usadas no cotidiano, e verifiquei que existiam duas perspectivas distintas, uma delas universalista e outra particularista, o que se refletiu tanto na construção da negritude e da indianidade, quando nas posições em relação às políticas anti-racistas.

A existência de versões distintas da negritude, e de um leque variado de posições entre a discordância total e o apoio irrestrito à ação afirmativa evidenciou mais ainda o quanto é incorreto supor que há homogeneidade entre os negros, e os indígenas.

A existência de duas perspectivas anti-racistas distintas provocou tensões e complexidades no discurso, e permitiu notar, por exemplo, que a afirmação do ser negro, e índio, não implicou em demarcação de fronteiras rígidas separando-os de outras categorias.

Outro achado da pesquisa é que o tema da identificação da cor dos beneficiários dos programas de reserva de vagas não mereceu destaque nas falas dos estudantes, apesar da centralidade que tem na literatura que se opõe a tais programas, confirmando que o caráter situacional e a flexibilidade de tal classificação não impedem que sejam estabelecidas distinções entre diferentes categorias de cor na sociedade brasileira.

Em síntese, os resultados desse estudo permitiram afirmar que a combinação entre inclusão e exclusão que existe no Brasil, assim como na América Latina e Caribe, repercute na retórica do racismo e do anti-racismo, de maneira que nesse contexto as formas indiretas de negação do racismo são mais comuns, e os argumentos usados para explicar a desigualdade e sustentar as posições em termos de políticas anti-racistas não expressam tão abertamente representações negativas sobre os negros e os indígenas, sendo mais compartilhados entre indivíduos de cor diferente do que acontece em contextos em que tal combinação está ausente, ou menos presente.

Referencias

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 43, p. 45-63, 1995.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

APPIAH, Kwame. Racial identity and racial identification. In: BACK, Les; SOLOMOS, John (Ed.). **Theories of race and racism**: a reader. London; New York: Routhledge, 2000.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. 323 p.

BASTIDE, Roger. Stereotypes et prejugé de couleur. **Sociologia - Revista Didática e Científica**, v. 18, n. 2, p. 141-171, 1956.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. Rio de Janeiro: Nacional, 1959. (Brasiliana, 305).

BASTIDE, Roger.; VAN DEN BERGHE, P. Stereotypes, norms and interracial behavior in São Paulo, Brazil. **American Sociological Review**, n. 6, v. 22, p. 689-694, 1957.

IMPORTÂNCIA DE ATIVIDADES FÍSICAS NA TERCEIRA IDADE

Vanessa Araujo Freire²⁸

Magno Rafael Miranda Santos²

Anyellen Mendanha Leite²⁹

Ideylson da Silva Vieira dos Anjos³⁰

Antonio Francisco Gomes da Silva³¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral identificar a importância das atividades físicas na terceira idade, e objetivo específico identificar as vantagens que as atividades físicas causam na terceira idade. A prática de atividades físicas na terceira idade é muito importante, pois ela influencia no desenvolvimento físico e motor dos idosos, a prática traz grandes benefícios para melhora da saúde física e mental, ajuda a ter uma boa aptidão física para os exercícios, é essencial para quem quer manter uma vida saudável, atualmente está aumentando muito a procura por atividades físicas por parte dos idosos, muitos deles estão em busca de manter uma vida mais autônoma. Para Civinski, Montibeller, Braz, (2011 p. 166), A prática regular de exercícios físicos para as pessoas da terceira idade além de ser fundamental, é o aspecto que exerce extrema importância na exposição e estimulação aos benefícios mais agudos e crônicos de sua prática. Considerando que grande parte dos idosos já mostra interesse em manter-se mais saudável, ativo e independente nesta fase da vida, crescem também os programas e projetos relacionados à promoção da saúde e bem-estar desses indivíduos. Entre as propostas destes programas, a mais incentivada e repercutida é a prática de atividades físicas, podendo ser esportes, danças, exercícios de força ou atividades recreativas, não importando a modalidade, pois todas trazem, de alguma forma, benefícios a saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS “saúde é um estado de pleno bem-estar físico, psíquico e social” Jacob Filho (2006 p. 75 apud Borges, Moreira 2009). O percurso metodológico utilizado foi através de pesquisas bibliográficas e artigos que demonstram a importância das atividades físicas na terceira idade, nesta etapa teve como objetivo propiciar o contato com as atividades físicas a terceira idade, e como podemos, com essas informações, demonstrar a importância que as atividades trazem a vida dos idosos e como pode trazer vários benefícios para se ter uma vida saudável.

²⁸ Graduada do curso de Educação Física pela Faculdade Eduvale/ Jaciara-MT

²⁹ É Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

³⁰ É Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

³¹ É Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

Palavra-chave: Qualidade de vida. Saúde. Idoso.

¹ Graduada do curso de Educação Física pela Faculdade Eduvale/ Jaciara-MT

² Professor Psicólogo Especialista em Psicopedagogia, Psicologia do Trânsito e Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas no Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT

IMPORTANCE OF PHYSICAL ACTIVITIES IN THE THIRD AGE

ABSTRACT

The objective of this study is to identify the importance of physical activities in the third age, and to identify the specific advantages that physical activities cause in the third age. The practice of physical activity in the elderly is very important, since it influences the physical and motor development of the elderly, the practice brings great benefits to improve physical and mental health, helps to have a good physical fitness for the exercises, is essential for who wants to maintain a healthy life, the demand for physical activities by the elderly is currently increasing, many of them are looking for a more autonomous life. For Civinski, Montibeller, Braz, (2011 p. 166), The practice of regular physical exercise for the elderly and fundamental, is the aspect that is extremely important in exposing and stimulating the most acute and chronic benefits of their practice. Considering that the majority of the elderly already show an interest in being healthier, more active and independent at this stage of life, programs and projects related to the health and well-being of these individuals are also growing. Among the proposals of these programs, the most encouraged and reverberated is the practice of physical activities, such as sports, dances, strength exercises or recreational activities, regardless of the modality, because all of them bring health benefits in some way. According to the World Health Organization - WHO "health is a state of full physical, psychological and social well-being" Jacob Filho (2006 p. 75 apud Borges, Moreira 2009). The methodological course used was through bibliographical research and articles that demonstrate the importance of physical activities in the third age. At this stage, the objective was to provide contact with the physical activities of the elderly, and how can we demonstrate the importance activities bring the lives of the elderly and how it can bring various benefits to having a healthy life.

Key words: Quality of life. Cheers. Old man.

INTRODUÇÃO

Ao fazer uma análise na sociedade contemporânea, busca-se descobrir qual a importância das atividades físicas na terceira idade, e tendo em vista que muitas pessoas buscam melhores formas de se manter bem, e com uma boa saúde física, a busca por essas

atividades vem aumentando cada vez mais, e isso é de extrema importância para os praticantes.

A expectativa de vida dos idosos está aumentando cada vez mais, pois os avanços da ciência e da tecnologia, tem possibilitado que mais idosos no Brasil ultrapasse os 75 anos de idade.

Os principais fatores que contribuem para que os idosos pratiquem atividades físicas, é a vontade de ser uma pessoa independente, ou seja fazer tudo o que eles têm vontade, e conquistar o que deseja, outra forma é manter uma boa saúde física, isso ajuda muito no processo de vida. Os idosos que praticam atividades físicas tem tudo para ter um condicionamento excelente, influenciando no fortalecimento dos membros.

Com a prática em grande número de pessoas, estimula o cooperativismo entre eles, e na interação de todos, além de ser um fator protetor de transtornos psicológicos por exemplo: depressão e outros transtornos de ordem mental, além disso ajuda na convivência e interação social deste idoso com a sua comunidade.

Neste sentido a prática de caminhada, dança, musculação, entre outras prática esportivas, são os principais exercícios que os idosos buscam para ter um bom condicionamento físico, pois terá um resultado que irá trazer grandes benefícios para sua saúde física e mental.

Vindo ao encontro desta expectativa, o educador físico deve buscar formas de motivar os praticantes na execução das atividades, e mostrar o benefício que as mesmas trazem, o profissional deve demonstrar atividades que influencia na terceira idade.

É crucial que o profissional da área de educação física se capacite com diversas formas de trabalhar as atividades físicas na terceira idade, pois isso é um novo desafio para esse profissional e com o esforço, o mesmo vai fazer um bom trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O envelhecimento muitas vezes é entendido por muitas pessoas como uma fase que a pessoa não está apta a fazer mais nada, muitos pensam que nesta idade o idoso não tem condições de vivenciar e experimentar viver momentos diferentes, e isto não é verídico, pois nesta etapa da vida é a melhor pois os idosos pode fazer e praticar novas rotinas como a prática de atividades físicas isso prova que os idosos estão aptos a fazer novas tarefas no seu dia-a-dia.

O processo de envelhecimento em idades avançadas está associado a alterações físicas, fisiológicas, psicológicas e sociais, bem como ao surgimento de doenças crônico-degenerativas advindas de hábitos de vida inadequados (tabagismo, ingestão alimentar incorreta, tipo de atividade laboral, ausência de atividade física regular), que se refletem na redução da capacidade para realização das atividades da vida diária (TRIBESS, VIRTUOSO, 2005 p.164).

A prática de atividades físicas na terceira idade é muito importante, pois ela influencia no desenvolvimento físico e motor dos idosos, a prática traz grandes benefícios para melhora da saúde física e mental, ajuda a ter uma boa aptidão física para os exercícios, é essencial para quem quer manter uma vida saudável , atualmente está aumentando muito a procura por atividades físicas por parte dos idosos, muitos deles estão em busca de manter uma vida mais autônoma.

“ Distúrbios posturais e doenças pulmonares crônicas são algumas situações nas quais a atividade física desempenha importante papel na recuperação das aptidões. Dentre todas as técnicas utilizadas, detecta-se que aquelas que provocam aumento de força e elasticidade muscular são as que permitem maior adaptação às limitações existentes” (JACOB FILHO, 2006, p.76).

“A prática regular de atividades físicas proporciona adaptações em funções cerebrais que contribuem na prevenção e tratamento da obesidade, depressão, câncer, diminuição das perdas cognitivas associadas ao envelhecimento, doenças neurológicas, acidentes vasculares cerebrais e lesões na medula espinhal” (ROCHA et. al., 2011, p.81).

“Porém, ao se refletir sobre as atividades físicas, precisa-se pensar além dos benefícios biopsicossociais proporcionados pela sua prática, como também, por exemplo, compreender as mudanças de comportamentos individuais e/ou coletivos para a adesão e manutenção dessas atividades” (MACIEL, 2010, p.1).

Para praticar atividades físicas, não tem idade, pois quem realmente quer fazer irá tornar essas práticas cada vez mais agradáveis de estar executando, pois é de fundamental importância, a prática de qualquer tipo de atividade física, para qualquer tipo de pessoa, e

isso está aumentando cada vez mais na sociedade, as pessoas procuram melhores formas de se manter mais saudáveis e as atividades físicas tem sido de maior número de procuras, pois existem vários tipos de atividades, e está apto a cada um escolher o que mais lhe convêm e interessa para fazer.

Considerando que grande parte dos idosos já mostra interesse em manter-se mais saudável, ativo e independente nesta fase da vida, crescem também os programas e projetos relacionados à promoção da saúde e bem-estar desses indivíduos. Entre as propostas destes programas, a mais incentivada e repercutida é a prática de atividades físicas, podendo ser esportes, danças, exercícios de força ou atividades recreativas, não importando a modalidade, pois todas trazem, de alguma forma, benefícios a saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS "saúde é um estado de pleno bem-estar físico, psíquico e social" (JACOB FILHO, 2006, p. 75 apud BORGES, MOREIRA 2009 p. 562).

Praticar exercícios físicos diários ajuda muito no condicionamento físico do idoso e influencia muito na sua vontade de ser independente, pois ele se tornará uma pessoa capaz de realizar o que deseja.

“Muitas contratações já estão, neste momento, devidamente fundamentadas, como a importância da atividade física como fator de proteção (ou do sedentarismo como fator de risco) das principais doenças crônico-degenerativas que frequentemente acometem idosos” (JACOB FILHO, 2006, p.75).

É importante que idosos sempre busquem melhorar suas vivências físicas, para que eles possam realizar várias tarefas no seu cotidiano, e se tornarem cada vez mais independentes. Essas práticas faz com que os idosos se tornem mais firmes e confiantes que possam fazer várias coisas no seu dia a dia, também é importante para que eles evitem quedas e certas lesões. Estas pessoas ao realizarem qualquer tipo de exercícios físicos influencia muito no corpo físico e no desenvolvimento mental, sendo de extrema importância que eles se mantenham saudáveis principalmente nesses aspectos, mantendo-se assim saudáveis ao longo de toda sua vida. Para que os idosos tenham qualidade de vida é fundamental que mantenham seu físico aptos para qualquer coisa, e assim se tornarem independentes e fazer o que cada um deseja.

O declínio nos níveis de atividade física habitual para o idoso contribui de maneira significativa para a redução da aptidão funcional e a manifestação de diversas doenças relacionadas a este processo, trazendo como consequência a perda da capacidade funcional. Neste sentido, tem sido enfatizada a prática de exercícios físicos como estratégia de prevenir as perdas nos componentes da aptidão física funcional e da saúde desta população (TRIBESS, VIRTUOSO, 2005, apud CIVINSK, MONTIBELLER, BRAZ 2011, p. 164).

A vivência da prática de atividades diariamente, também pode influenciar na coletividade das pessoas que pratica, pois é um momento de alegria estar vivendo essas

práticas em grupos de várias pessoas, e isso é de extrema importância na vida dos idosos ter companhias que possam estar influenciando cada vez mais, e com isso a prática se torna mais agradável.

“A atividade física com música para idosos pode criar um contexto positivo e agradável e, dessa maneira, tornar-se uma intervenção adequada para que os indivíduos permaneçam em atividade” (MIRANDA, GODELI, 2003, p.2).

Para Civinski, Montibeller, Braz, (2011, p.165), “Pessoas idosas que não são adeptas aos exercícios físicos estão mais vulneráveis aos acidentes do dia a dia. Pelo fato de não ter mais o equilíbrio necessário, a força não corresponder às necessidades, a resistência não permite que se execute qualquer movimento acima da sua condição”.

“A atividade em geral, seja física ou de outra ordem, é uma variável frequentemente citada na literatura como sendo de grande relevância para a qualidade de vida na velhice 11, 31, 34, 50. Outrossim, estar ativo é afastar-se do sedentarismo, uma das causas de quase todas as doenças mais comuns na velhice” (MIRANDA, GODELI, 2003, p.2).

“A prática regular de exercícios físicos para as pessoas da terceira idade além de ser fundamental, é o aspecto que exerce extrema importância na exposição e estimulação aos benefícios mais agudos e crônicos de sua prática.” (CIVINSKI, MONTIBELLER, BRAZ, 2011 p.166).

3 METODOLOGIA

O percurso metodológico utilizado foi através de pesquisas bibliográficas e artigos que demonstram a importância das atividades físicas na terceira idade.

A pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento. A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais (ANDER -EGG 1978 APUD LAKATOS 2001).

Nesta etapa teve como objetivo propiciar o conhecimento da importância das atividades físicas na terceira idade, e como podemos, com essas informações, demonstrar os benefícios que as atividades trazem a vida dos idosos para manter-se com a vida mais saudável.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Os benefícios inerentes à prática regular de atividades físicas na terceira idade tem sido um dos assuntos de grande estudo por inúmeros autores e áreas de pesquisa, e muitos afirmam que a prática dessas atividades tem trazido inúmeros benefícios para as pessoas da terceira idade, a qualidade de vida tem sido de extrema importância para quem quer cuidar da sua saúde.

Há muitos estigmas sociais com relação ao envelhecimento e aos indivíduos classificados cronologicamente como velhos. Entretanto, esses estigmas são mantidos ao longo dos anos ao desconsiderar que todo indivíduo, exceto em casos de morte precoce, alcançará a velhice (DIAS, SOUZA, 2011, p.4).

Shephard, (2003 apud Borges, Moreira, 2009, p. 296), afirma que “o envolvimento regular em atividade física pode retardar o período de tempo em que a capacidade funcional declina até o limiar crítico para a perda de independência”.

“Reportando-se ao processo de envelhecer, antes considerado um fenômeno e hoje fazendo parte da sociedade, evidencia-se que no Brasil, nas últimas décadas tem-se verificado um aumento da população idosa, devido a um decréscimo das taxas de

natalidade e mortalidade, e a um aumento da expectativa de vida” (RAVELLY et. al., 2009).

Na terceira idade a pessoa tende a ter suas coordenações físicas e motoras mais lentas e se manter no sedentarismo irá proporcionar um avanço rápido das doenças osteo articulares como artrites e artroses entre outras, e com essa prática de atividades retardar os avanços destas patologias.

Muitas pessoas não têm conhecimento dos benefícios que essas atividades trazem para pessoas da terceira idade, e é muito importante adquirir informações sobre este assunto, pois muitas vezes ajuda muito se caso algum familiar sofre de alguma doença no condicionamento físico e cardiovascular e este sabe melhores formas de tratamento com os exercícios físicos.

A prática de atividade física também promove a melhora da composição corporal, a diminuição de dores articulares, o aumento da densidade mineral óssea, a melhora da utilização de glicose, a melhora do perfil lipídico, o aumento da capacidade aeróbia, a melhora de força e de flexibilidade, a diminuição da resistência vascular. E como benefícios psicossociais encontram-se o alívio da depressão, o aumento da autoconfiança, a melhora da autoestima (FRANCHI, JUNIOR, 2005, p.4).

Os principais fatores que contribuem para a prática de atividades física são para evitar o sedentarismo na terceira idade, e Identificar as vantagens que as atividades físicas causam na terceira idade, analisar os avanços que as práticas de atividades físicas melhora na saúde, analisar as maneira pedagógica que são utilizadas nas atividades.

Os idosos que praticam atividades físicas muitas vezes buscam também por motivos psicológicos, ou seja na maioria das vezes eles se sentem sozinhos e ao fazer atividades coletivas ajuda muito nestes casos pois tende a melhorar sua autoestima e sua força de vontade, e eles ter a convivência com outras pessoas influencia muito a permanecer praticando e sua autoconfiança aumenta cada vez mais, e ainda mais quando essas práticas trazem grandes benefícios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstrar a importância da prática regular dessas atividades, como forma de manter a saúde e a vida ativa, além disso ajuda no condicionamento físico e cardiovascular.

Estimular a prática das atividades físicas para motivar as pessoas a realizá-las ao terem o conhecimento dos benefícios que as mesmas trazem para a sua saúde e bem estar, a prática de atividades físicas na terceira idade é um assunto de extrema importância para quem pratica e para quem busca saber mais sobre , pois quem pratica essas atividades busca melhores maneiras de se sentir bem, e quem busca o conhecimento sabe da importância e os benefícios que essas práticas trazem.

Baseada nessas informações mostrar que as práticas não são somente como forma de lazer, mais também como forma prevenção de várias doenças que afeta pessoas da terceira idade, e identificar para quem não tem conhecimento dos benefícios como é a vida cotidiana destas pessoas que já usufruem destes hábitos e como sua saúde física melhora no decorrer do tempo.

O público idoso está aumentando cada vez mais, pois atualmente está grande o número de idosos que buscam melhores formas de se manter com a vida mais saudável, e o sedentarismo está ficando de lado, e isso é importante na vida das pessoas da terceira idade, pois além de praticar atividades físicas, eles também fazem amizades com os companheiros que praticam e o cooperativismo é essencial para essa idade, pois muitos sofrem de depressão. Conviver com várias pessoas é um ótimo tratamento.

Atualmente muitos idosos querem se tornar mais independentes e buscam formas de melhorar sua autoconfiança nessas atividades, pois movimentam seus membros e assim evita doenças cardiovasculares e osteoporose, pois ao fazer sempre atividades que envolve movimento evita esses tipos de doenças.

Com a determinação do idoso em se dedicar e querer vivenciar novas rotinas, irá torná-lo mais confiante e com isso demonstrar que na terceira idade o idoso pode fazer atividades que envolve movimento como forma de lazer e saúde, e assim incentivar outros idosos que pensam que não são aptos a fazer certos tipos de atividades, e provar que são sim capazes e assim conseguir demonstrar que vivenciar essa nova etapa é excelente para quem quer ter uma boa saúde.

6 REFERÊNCIAS

BORGES, MOREIRA, Influências da prática de atividades físicas na terceira idade: estudo comparativo dos níveis de autonomia para o desempenho nas AVDs e AIVDs entre idosos ativos fisicamente e idosos sedentários **Motriz, Rio Claro**, v.15 n.3 p.562-573, jul./set. 2009. Disponível em
<file:///C:/Users/Aluno01/Downloads/Influencias_da_pratica_de_atividades_fis.pdf>
Acesso em 07 de Novembro de 2018.

CIVINSKI, MONTIBELLER, BRAZ , A importância do exercício físico no envelhecimento
Revista da Unifebe (Online) 2011; 9(jan/jun):163-175 Disponível em
<file:///C:/Users/Aluno01/Downloads/68-130-1-SM%20(1).pdf>
Acesso em 01 de Abril de 2018.

DIAS, SOUZA, Entre textos e contextos: relações sociais, motivação e lazer na velhice
Revista Licere, Belo Horizonte, v.14, n.4, dez/2011: p.1-42
Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/viewFile/476/368> Acesso em
30 de Novembro de 2018.

JACOB FILHO, Atividade física e envelhecimento saudável **Rev. bras. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v.20, p.73-77, set. 2006. Suplemento n.5. Disponível em :
<http://danielsimonn.com.br/recomendados/terceira-idade/artigo3.pdf> Acesso em 26 de
Novembro de 2018.

FRANCH, JUNIOR, Atividade física: uma necessidade para a boa saúde na terceira idade
Revista Brasileira em Promoção da Saúde p.1-6
Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/408/40818308.pdf> Acesso em 15 de
Novembro de 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico** .6.ed.São Paulo ; Atlas ,2001.

MACIEL, Atividade física e funcionalidade do idoso **Revista Motriz**, Rio Claro, v.16 n.4, p.1024-1032, out./dez. 2010. Acesso em 25 de novembro de 2018. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/motriz/v16n4/a23v16n4>> Acesso em 30 de Novembro de 2018.

MIRANDA, GODELI, Música, atividade física e bem-estar psicológico em idosos **R. bras. Ci. e Mov.** Brasília v. 11 n. 4 p. 87-94 out./dez. 2003. Disponível em: <
<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/532/556>> Acesso em 30 de
novembro de 2018.

RAVELLI, FERNANDES, BARBOSA, SIMÃO, SANTOS, MEIRELLES, A produção do conhecimento em enfermagem e envelhecimento: estudo bibliométrico **Revista Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2009 Jul-Set; 18(3): 506-12. p.1-7 disponível em
<http://www.scielo.br/pdf/tce/v18n3/a14v18n3> Acesso em 02 de Dezembro de 2018.

ROCHA, ALMEIDA, ARAÚJO, VIRTUOSO, Atividade física no lazer e transtornos mentais comuns entre idosos residentes em um município do nordeste do Brasil **Revista J Bras Psiquiatr.** 2011;60(2):80-85. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Saulo_Rocha2/publication/262543051_Physical_activity_in_leisure_and_common_mental_disorders_among_elderly_residents_in_a_town_of_northwest_Brazil/links/55364dff0cf268fd0016c7f2.pdf> Acesso em 25 de novembro de 2018.

TRIBESS, VIRTUOSO, Prescrição de exercícios físicos para idosos **revista saúde.com** 2005 1 (2): 163-172 disponível em < <http://www.uesb.br/revista/Rsc/v1/v1n2a10.pdf>> Acesso em 17 de novembro de 2018.

**ANÁLISE, REFLEXÃO E AÇÃO DO ENSINO E APRENDISAGEM DO ESPAÇO
GEOGRAFICO: TERRITÓRIO, PAISAGEM E LUGAR**

Antonio Francisco Gomes da Silva³²

Terezinha Félix Silva Cruz de Deus³³

Regina Suzi Soares³⁴

Rafael Sebastião Cícero³⁵

Marcelino Felício Marques³⁶

Elaine Simões Guerra Lopes³⁷

Resumo

Este artigo tem por finalidade auxiliar os professores no processo de reconhecer a importância dos conceitos de “Território”, “Paisagem” e “Lugares” para o desenvolvimento do senso crítico dos alunos e instrumentalizá-los para a leitura das várias espacialidades cotidianas. Seus objetivos específicos são . Desenvolver análise e pesquisa com os professores de geografia de trabalhos pedagógicos que possibilite ao entendimento do significado de cada lugar e de suas relações com outros lugares; Discutir com os professores relações, problemas e contradições do território, paisagem e lugar que merecem destaque na elaboração de um projeto ensino. Produzir com os professores trabalhos em que o ensino de Geografia possa apropriar-se das novas ferramentas tecnológicas para a melhor compreensão do espaço geográfico; Orientar os professores para que reflitam como organizar trabalhos com as diferentes linguagens na leitura da paisagem, desde as imagens, músicas, literatura de dados, e documentos de diferentes E mesmo tempo, é preciso combater a mera reprodução de práticas de ensino, sem espírito crítico ou esforço de mudança. É preciso estar aberto às novidades e procurar diferentes métodos de trabalho, mas sempre partindo de uma análise individual e coletiva das práticas.

³² É Educador Físico e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

³³ É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

³⁴ É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

³⁵ É formada em Engenharia ambiental com formação pedagógica de docentes e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

³⁶ É psicólogo e professor da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço (EDUVALE-Jaciara-MT)

³⁷ É socióloga e professora da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço (EDUVALE-Jaciara-MT)

INTRODUÇÃO:

Para que ocorra uma evolução ou transformação da Educação no atual cenário brasileiro, assim com no estado de Mato-Grosso, precisamos refletir as práticas pedagógicas, procurando atualizar sobre as novas metodologias de ensino, de esse modo desenvolver ações pedagógicas mais eficientes são alguns dos principais desafios dos educadores. O terminado o Magistério ou a licenciatura é apenas uma das etapas de um novo ciclo de um longo processo de capacitação que não pode ser interrompido enquanto houver jovens querendo aprender Nóvoa (2001).

De acordo com Nóvoa (2001) “ [...] melhor lugar para aprender a lecionar é a própria escola. A construção de práticas educativas eficazes só surge de uma reflexão da experiência pessoal partilhada entre os colegas”.

O aprender contínuo é essencial na profissão do professor, o programa de formação continuada/contínua deve se baseada segundo Nóvoa (2001) em “dois pilares: a própria pessoa do professor, como agente de transformação, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente, assim pode-se visualizar uma melhora.”

Qual é o papel da escola e da sala de aula nesse processo de aprendizagem? Qual é a contribuição da temática geográfica e do trabalho do professor no enriquecimento dessas experiências pessoais?

A escola é um espaço muito significativo de interação social. É ali que o jovem irá desenvolver, em grande parte, sua capacidade de viver em grupo e de conviver com os diferentes. A temática da geografia constitui-se num acervo muito rico para esse sujeito em transformação.

Em primeiro lugar, nas aulas de geografia o aluno se depara com inúmeras questões que envolvem o mundo contemporâneo: a velocidade com que circula a informação, o complexo jogo político entre as nações; a dinâmica que modifica o traçado das fronteiras internacionais, o crescimento das cidades e a qualidade da vida urbana, as mudanças do trabalho no campo e as questões ambientais, entre tantos outros.

Quando o professor trabalha esses conteúdos em sala de aula, permite o acesso a uma grande diversidade de opiniões e ao enfrentamento de posições, contribuindo para o desencadeamento de novas formas de pensar, novas formas de perguntar pelos fatos e dúvidas deles, ampliando o processo de leitura e de problematização do mundo.

Ou seja, uma das grandes tarefas do ensino de geografia é contribuir para a formação desse jovem-cidadão. Isso exige do professor, por um lado, familiaridade com os

problemas e questões da disciplina de geografia e, por outro, ousadia no planejamento das atividades didáticas.

Se o espaço geográfico é o conceito mais geral que estrutura o ensino fundamental, esse conceito pode ser compreendido na relação entre diferentes ligações dialéticas: paisagem, território e lugar. Cada uma dessas relações enfatiza uma dimensão da complexidade do espaço geográfico.

BASE TEÓRICA:

Uma sociedade do conhecimento é aquela que se baseia numa relação econômica capitalista que elege os produtos e processos de elaboração do conhecimento científico como ativos fundamentais para incorporar valor e potencializar a realização dos lucros na dura competição do mercado mundial. Por ser, portanto, uma lógica que se baseia na pesquisa e produção de bens científicos e tecnológicos, a necessidade de formação de quadros de trabalhadores e pesquisadores que se incorporem nesse processo produtivo leva a escola a ser remodelada na direção de educar os indivíduos para essa sociedade do conhecimento.

Ao contrário do que muitos anseiam, os benefícios desse conhecimento não atendem a todos de igual maneira e, no caso de uma educação para essa sociedade, não serão todos os formados, sejam trabalhadores ou pesquisadores, que auferirão melhorias financeiras com empregos e garantias sociais plenas.

Nesse contexto a nova Geografia da espacialização produtiva na sociedade do conhecimento se expressa numa cartografia de pontos num território fragmentado, em que as fronteiras político-administrativas se subvertem em várias linhas fronteiriças com diferentes escalas de regionalização da desigualdade socioeconômica.

Por isso é que buscamos uma releitura sobre o sentido e o significado do ensino da Geografia, pautada sobre os problemas e limitações dos modelos pedagógicos e curriculares que durante a modernidade vêm legitimando a cultura escolar em geral e a Geografia em particular. Esses problemas e limitações, a nosso ver, estão implicados tanto nas questões de natureza teórica, ou seja, da própria concepção de Geografia enquanto campo de conhecimento e de formação humana, quanto no âmbito das metodologias, da organização curricular e das orientações didáticas, precisamos trabalhar mais os conceitos básicos da geografia.

Segundo Callai (2005) os conceitos são fundamentais para que se possam analisar os territórios em geral e os lugares específicos e que eles vão sendo construídos

pelos sujeitos ao longo dos processos de análise. Segundo a autora, ao se apropriar dessa linguagem conceitual, o aluno desencadeará um processo de leitura do mundo, com um “olhar espacial”.

Na expressão de Cavalcante (1998, p. 88) esse conjunto conceitual acabou por constituir-se na própria linguagem cartográfica e essa linguagem está permeada por conceitos que são requisitos para a análise dos fenômenos do ponto de vista geográfico. Não obstante ao que destacam Callai e Cavalcante, cabe demarcar, a nosso critério, que a apropriação conceitual tem maior sentido quando a compreensão se converte em ação e, sobretudo, em comprometimento ético e político dos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Indiscutivelmente é o espaço a principal categoria de análise da ciência geográfica, assim como também é ele o conceito referencial para o ensino de Geografia. É em torno de sua compreensão que todos os demais conceitos gravitam. Construir nos estudantes “um olhar espacial da realidade” (Callai, 2005), situando no tempo e no espaço, de modo reflexivo e crítico é condição imprescindível tanto para a formação humana no plano individual quanto para a transformação coletiva da sociedade.

Como disse Lefebvre em 1976 (p. 102) O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação aos seus conteúdos e, desse modo, parece ser “puramente” formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado e por já ter sido foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias.

Para Cunha (2008 p. 184), é a dimensão humana que pode transformar o espaço em lugar. O lugar se constitui quando atribuímos sentido aos espaços, ou seja, reconhecemos a sua legitimidade para localizar ações, expectativas, esperanças e possibilidades. Quando se diz “esse é o lugar de”, extrapolamos a condição de espaço e atribuímos um sentido cultural, subjetivo e muito próprio ao exercício de tal localização. Os lugares extrapolam uma base física e espacial para assumir uma condição cultural, humana, subjetiva e política. Entram em jogo as representações que os sujeitos fazem dos lugares e o sentido que atribuem aos mesmos.

Na concepção de Carlos (1996), o lugar é o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido. Ressaltam - se nele as dimensões cultural, histórica e de totalidade. Segundo ele, na produção do lugar encontram - se as mesmas determinações do espaço como um todo. O lugar do/no mundo cada vez mais globalizado é permeado por

redes articuladas que intervêm na sua constituição histórica. Por isso os espaços/lugares devem ser entendidos sempre a partir dos seus arranjos e das formas como eles se organizam/desorganizam/reorganizam em função de sua cultura, identidade, tradição, língua, hábitos, considerando - se não só a escala local, mas sua relação com o global. Ou como afirmou Milton Santos (2000, p. 112) “Os lugares, são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas também são globais, manifestações da totalidade mundo, da qual são formas particulares”

Nesse sentido, a escala social e espacial de análise é fundamental para o estudo de qualquer conteúdo da dinâmica espacial. Para se estudar e conhecer a complexidade de um espaço/lugar é preciso que se considere o conjunto de influências internas e externas, suas interferências em níveis locais, regionais, nacionais e mundial que cabem todos na tela de um celular.

PROBLEMÁTICA:

Alguns problemas que há décadas vem trazendo traumas e marcas nas gerações de estudantes no Brasil e em Mato Grosso como, os altos índices de reprovação, desistências e evasões pelos mais diversos motivos, uma realidade da escola tradicional excludente. Que muitas vezes descriminava e desmotivava os alunos que apresentavam algum desafio de aprendizagem. Ainda hoje temos velhos e novos dilemas para ser enfrentados na educação brasileira como no estado de Mato Grosso, como na ciência geográfica.

Atualmente as políticas públicas de educação nacional, assim como do Mato Grosso, vem buscando alternativas para enfrentar esses problemas, citados acima, e assim manter a permanência e o direito dos alunos concluírem seus estudos com sucesso. Em parte vem tendo resultados, já que a cada ano aumenta a oferta de matrícula e vagas nas diversas etapas e modalidades da Educação Básica. Então hoje o maior problema não é o acesso a Educação Pública gratuita, uma vez que o poder: federal, estadual e municipal, vem buscando dá maior subsidio para todos os alunos e principalmente os mais carentes, desse maneira procura-se garantir permanencia desses estudantes nas escolas públicas.

Sendo assim não é quantidade o maior problema, mas sim a qualidade dessa educação pública. Além do direito a todos a escola pública gratuitas, os estudantes tem o direito a escola pública gratuitas com Qualidade. Essa Qualidade de Q maiúsculo não só

refere-se à estruturas físicas e materiais didático-pedagógicos das escolas, mas principalmente do Ensino e conseqüentemente da Aprendizagem. A ciência geográfica esta incluída nesse cenário da educação que busca uma evolução da Qualidade da Educação e para isso tem que encarar seus dilemas que genericamente são elencados nos seguintes aspectos:

- a) há certo obstáculo epistemológico caracterizado pela dificuldade dos professores em estabelecer relação entre teoria e prática em suas atividades docentes;
- b) a prática pedagógica está relativamente burocratizada/mecanizada;
- c) há dificuldades de diálogo construtivo e reconstrutivo entre professores e alunos;
- d) há pouca exigência cognitiva, de tratamento científico e de atitude reflexiva à disciplina/ciência geográfica;
- e) o conhecimento da ciência geográfica, quando convertido em conhecimento escolar pelo livro didático ou por outras formas de transposição, parece tornar se mais morno, neutro e até mesmo enfadonho;
- f) as metodologias são, em geral, reprodutivas, pouco criativas e promovem certo apagamento do aluno (na expressão de Kaercher 2004);
- g) há certa dispersão temática sustentada pela tese de que na Geografia tudo se ensina;
- h) há limitações na produção coletiva e dialógica do novo, do inusitado, do curioso, do inesperado;
- i) há limitações quanto a utilização de ferramentas facilitadoras de processos de aprendizagem;

O enfrentamento desses problemas como outros dever ser refletido, analisado para que possam ser produzidas ações na prática do docente da Geografia. É fundamental um tempo para estudos no coletivo, debates, pesquisas, sugestões, criações e recriações de novos métodos didáticos que contribuam para essa qualidade da educação. Esse lugar é de excelência na escola, ou melhor, no projeto sala do educador.

JUSTIFICATIVA

Mesmo com toda tentativa e investimento do governo federal e dos estados dentre eles o estado de Mato Grosso para a melhoria da Educação. O desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes em geral e dos matogrossenses caminham em passos lentos. Segundo os últimos dados das avaliações externas e internas, demonstram que ocorreu um pequeno avanço, mas não o esperando pelo governo do estado.

Apesar das políticas públicas de educação do Estado do Mato Grosso serem homogenias, igualitárias para a rede estadual as escolas do estado dentro de cada

município mato-grossense, tem suas especificidades, levando em conta o tamanho da cidade, o número de habitantes, as questões socioeconômicas e até a formação cultural de sua população. Tudo isso influencia no ensino-aprendizagem, mas a busca da proficiência das capacidades e competências em todas as áreas do conhecimento com área da Geografia, deve ser o ponto de união, de reflexão de todas escolas e comunidades escolares do estado.

Este Plano de Trabalho se justifica porque propõem uma reflexão em relação ao tipo de Educação que se quer para os estudantes que deve ser voltada para as problemáticas da sociedade que estão refletidas dentro das escolas, nas realidades do cotidiano das salas de aulas. Quem melhor para investigar, planejar, refletir e mudar a Educação para melhor? Que a união entre professores, alunos e a comunidade escolar.

Ao trabalharmos com o coletivo, cooperativamente e conscientizando sobre a importância da ação dos profissionais da educação, que devem estar sempre buscando a capacitação, diante de um mundo que não está parado, que ao contrário se movimenta mais rapidamente com grandes transformações. Essa capacitação se dá no decorrer das experiências de convivência entre os alunos, colegas professores e outros profissionais da educação, ou seja, na prática pedagógica.

Não há como negar que o acesso às informações e a velocidade com que são divulgadas, atualmente, são cada vez maiores. De um modo geral, o estudante de hoje tem maior acesso a notícias de nosso país e do mundo que um adolescente de duas décadas atrás. No entanto, as informações que os alunos recebem por meio da chamada “educação informal” quase sempre se dá de maneira desorganizada e sem reflexão.

O papel da escola e professores é possibilitar ao aluno a sistematização do conhecimento, partindo do senso comum para o cientificamente produzido ou vice-versa.

Uma maneira de trabalhar é com os conceitos geográficos “território”, “paisagem” e “lugar” em sala de aula porque a construção de categorias e conceitos geográficos é uma habilidade fundamental para a vida cotidiana, uma vez que possibilita as pessoas organizar a realidade, estabelecer classes de objeto, trocar experiência com o outro e construir conhecimento.

Para que conseguirmos essas ações é importante a formação continuada/contínua dos professores e profissionais da educação, essenciais agentes transformadores do ensino consecutivamente da aprendizagem. Nesse conjunto os professores da ciência geográfica tem muito a colaborar com a evolução da qualidade crítica da Educação dentro de sua própria área bem como dialogando com as outras grandes áreas do conhecimentos.

1. O conceito de território no discurso geográfico mais intimamente relacionado ao poder.
2. A construção de novas formas de expressão territorial, conhecidas como territorialidades.
3. As mudanças sofridas pelo lugar em função do global;
4. A hierarquização entre os lugares.
5. O espaço geográfico enquanto fruto de um processo histórico;
6. O espaço geográfico moldado pelas formas de produção;
7. O caráter indissociável de espaço e tempo.
8. O espaço como resultado das formas de organização da vida;
9. A paisagem como à expressão materializada do espaço geográfico
10. As múltiplas formas de região.
11. Leituras cartográficas nas diferentes escalas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Segundo (BRASIL 1998. p.19, grifo nosso) “a produção acadêmica em torno da concepção de Geografia passou por diferentes momentos, gerando reflexões distintas acerca dos **objetos** e **métodos** do pensar e fazer geográfico”. E consecutivamente nas metodologias usada na Geografia escolar. Sendo assim vamos entender um pouco como se dá esses processos.

No Brasil, até as décadas 60/70 a Geografia acadêmica e a escolar forneciam elementos para a descrição do mundo. Assim, a observação e a descrição da paisagem marcaram grande parte da produção que fez parte da chamada Geografia Tradicional, que tinha como base metodológica o positivismo. Na escola, a memorização de conhecimentos “enciclopédicos” era a principal habilidade requerida para alcançar boas notas em Geografia, tornando-a uma disciplina “decorativa” e desinteressante.

Nos pós-guerra iniciou-se um movimento de renovação da Geografia que, segundo Moraes (1987) dividiu em duas vertentes: a Geografia Pragmática e a Geografia Crítica.

A chamada Geografia Pragmática ou Quantitativa teve maior influência sobre as pesquisas que sobre o ensino. No Brasil caracterizado principalmente pelo uso de técnicas estatístico matemáticas e modelos de representação no trato dos temas geográficos. De acordo com (MORAES. 1987. p. 102), “corrente Pragmática consistiu numa renovação conservadora de geografia”.

Outra vertente do movimento de renovação da Geografia se convencionou chamar de Geografia Crítica, ou Radical, que tinha como base teórica o materialismo histórico e dialético. Entre outros aspectos, esta corrente de Geografia trouxe uma preocupação com as injustiças sociais e com os problemas político-ideológicos propondo uma Geografia militante, que lutasse por uma sociedade mais justa.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), “a chamada Geografia Crítica ficou muito marcada por um discurso retórico, sem alcançar a prática dos professores”.

A corrente Humanística ou da Percepção também influencia a Geografia. Ela se diferencia das demais correntes por se preocupar em verificar a compreensão da essência, pela percepção e pela intuição. Sua base é fenomenologia, caracterizada por utilizar fundamentalmente a experiência vivida e adquirida pelo indivíduo. A Geografia Humanística procura um entendimento do mundo a partir do estudo das relações do homem com a natureza, bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar.

Produções acadêmicas recentes, assim como os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais, apontam para a necessidade de a Geografia pautar-se em explicações plurais que dialoguem com outras áreas do conhecimento, trabalhando sendo em BRASIL (1998 p.24.) “tanto as relações socioculturais da paisagem como os elementos físicos e biológicos que dela fazem parte”

De certa forma, essas concepções influenciaram e ainda influenciam muitas práticas de ensino de geografia. A metodologia a ser usada nessa formação continuada dos professores de Geografia é a interativo-reflexiva pois ela relaciona-se à formação profissional da docência com pesquisa-ação, reflexão na ação. Esse processo destaca a importância do pensamento prático dos professores.

“Na realização da reflexão, as habilidades, os processos cognitivos e os metacognitivos contribuem na promoção da análise das práticas docentes. Entre esses processo e habilidades destacamos as empíricas, avaliativas, estratégicas e analíticas. (ROMANOWSKI, 2010, p.140- 141)

Por isso propomos as pesquisa e trabalhos centrados nos conceitos básicos da Geografia que são Território, Regiões e Lugares como instrumento para ensino e aprendizagem do espaço geográfico. Baseamos nossa metodologia nos processos reflexivos que exigem atitudes e disposição. Entre as atitudes identificadas estão: mentalidade aberta, responsabilidade e entusiasmo. De acordo com Romanowski (2010. p.141) “nesse modelo, a prática é o eixo a central, o ponto de partida da reflexão. A

clássica separação entre teoria e prática é substituída por uma relação permanente entre elas”.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Leitura de Mapas: A codificação/decodificação de mapas;

Geotecnologias: material em formato digital como textos, imagens de satélite, fotografias aéreas e terrestres, figuras ilustrativas e animações, Google Earth e softwares livres ou adaptados para educação;

Celular: recursos que poderão ser usados nos trabalhos e projetos pedagógicos, (GPS, Bussola, Máquina Fotográfica entre outros);

Filmes, documentários temáticos e programas educativos e culturais que estimulam a reflexão e produção de conhecimento;

Atlas Universal: permite a pesquisa de informações relevantes sobre aspectos culturais e geográficos;

Recursos impressos (enciclopédias, livros, revistas, jornais etc.);

RECURSOS MATERIAIS:

Laboratório de informática;

Material impresso;

Internet;

Televisão;

Vídeo;

Impressora;

Notebook e data-show;

AVALIAÇÃO:

As avaliações serão diagnósticas, usaremos questionários como instrumentos, para materializar as idéias e opiniões que serão utilizadas para as próximas formações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: Geografia 5º a 8º séries. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas EDUVALE/Jaciara-MT -
ISSN 1806-6283

CALLAI, H. C. A. Aprendendo a ler o mundo: A geografia nos anos iniciais do ensino Fundamental. São Paulo: Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CARLOS, A.F.A. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, Escola e Construção do Conhecimento. Campinas: Editora Papirus, 1998. p.88

CUNHA, Maria Isabel da. Os conceitos de espaço, lugar e território nos processos analíticos da formação dos docentes universitários. Revista Educação UNISINOS: v. 12, n. 3, setembro dezembro 2008.

KAERCHER, Nestor André. Quando a geografia crítica pode ser um pastel de vento. Mercator Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 06, 2004.

LEFEBVRE, H. Reflections on the Politics of Space. Trad. M. Endres, Antipode, 8, 1976.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 102.

NÓVOA Antonio. Professor se forma na escola Publicado em NOVA ESCOLA Edição 142, Maio

2001. Disponível em: <<http://acervo.novaescola.org.br/formacao/formacaocontinuada/profesor-se-forma-escola-423256.shtml>>. Acesso em: 04/02/2017.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. Formação e profissionalização docente. 4ed. rev. – Curitiba: Ibepex. 2010.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

UMA ANALISE DO ENSINO FUNDAMENTAL EM CICLOS

Antonio Francisco Gomes da Silva³⁸

Terezinha Félix Silva Cruz de Deus³⁹

Regina Suzi Soares⁴⁰

Rafael Sebastião Cicero⁴¹

Resumo

Neste trabalho, problematiza-se a adoção dos ciclos como forma de organização do ensino fundamental enquanto política pública de educação para a democratização da escola. Os ciclos, entre outros aspectos, estabelecem, pelo menos potencialmente, uma polarização com a escola seriada e, apesar das diferenças entre várias iniciativas, sua lógica dominante é a tentativa de superar o fracasso escolar, expresso particularmente pelas altas taxas de reprovação, identificando-se na seriação um fator que o favorece. Como nota histórica, é a partir do início dos anos de 1980, com o chamado ciclo básico abarcando as duas séries iniciais, que a temática ganha proeminência nos debates educacionais brasileiros, mesmo que antes desse período tenham se registrado iniciativas com algumas semelhanças, como em 1920, a Reforma Sampaio Dória no ensino paulista.

Palavra Chaves: Educação, ciclo, conhecimento

Introdução

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de dezembro de 1996, notadamente pela incorporação da possibilidade dos ciclos, assiste-se a um sensível acréscimo de experiências em prol de sua adoção. Para um panorama histórico desse processo pode-se consultar Mainardes (2001).

³⁸ É Educador Físico e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

³⁹ É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

⁴⁰ É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

⁴¹ Engenheiro Ambiental com licenciatura em Física e Formação Docente e Professor da Faculdade EDUVALE/Jaciara-MT

Em algumas iniciativas de redes públicas de ensino, os ciclos caracterizaram-se mais por atenuar os critérios de avaliação existentes na seriação, mediante a introdução da progressão continuada entre algumas séries – que foram agrupadas sob a denominação de ciclos – e mantida, na maioria dos casos, a possibilidade de reprovação por desempenho ao final de cada ciclo. Em outras situações, as medidas foram mais intensas, com mudanças curriculares, incluindo avaliação, rearranjo dos tempos escolares e alterações no trabalho docente.

A adoção dos ciclos produziu uma acirrada polêmica, com destaque nos meios de comunicação e envolvimento de autoridades educacionais, com manifesta resistência de professores, que associam ciclos a queda da qualidade do ensino. No ambiente acadêmico, embora também se possa constatar opositores, os ciclos parecem gozar de maior adesão, havendo restrições quanto à maneira pela qual foram implantados, e já se identifica produção intelectual sobre a temática, como em Mainardes (2004) e Sousa e Barretto (2004).

A adoção dos ciclos produziu uma acirrada polêmica, com destaque nos meios de comunicação e envolvimento de autoridades educacionais, com manifesta resistência de professores, que associam ciclos a queda da qualidade do ensino. No ambiente acadêmico, embora também se possa constatar opositores, os ciclos parecem gozar de maior adesão, havendo restrições quanto à maneira pela qual foram implantados, e já se identifica produção intelectual sobre a temática, como em Mainardes (2004) e Sousa e Barretto (2004).

Como consequência do entendimento do sentido político da obrigatoriedade, por conseguinte, não se pode analisar essa etapa da educação básica como se milhões de alunos aí se encontrassem por uma opção própria absoluta, significando que não se pode exigir dos alunos o interesse em relação à escola – como um pré-requisito – nem mesmo “prontidões” cognitivas. Essa imposição do ensino fundamental transforma em tarefa da

escola promover tanto o interesse do aluno por ela quanto a prontidão dos conhecimentos. A democracia em relação à escola obrigatória não pode ser tomada como a liberdade de escolha dos indivíduos, ainda mais se sabemos das implicações sociais, ulteriores, dos resultados escolares e, sobretudo, conhecendo as altas e persistentes taxas de reprovação.

É preciso atentar que admitir a obrigatoriedade escolar pode se fazer acompanhado do argumento que responsabiliza o aluno, em última instância, pelos resultados escolares, que têm consequências decisivas, ao qual não teria sido negada a possibilidade de acesso à escola, de onde sairá e, por mérito, disputará os melhores lugares na hierarquia social. Historicamente, no ideário liberal, essa posição, ao combater os privilégios das condições de nascimento e alongar a obrigatoriedade, com o consequente aumento das oportunidades, foi empregada no intuito de aumentar a coesão social em torno de um contrato social pelo qual perdedores e ganhadores devem reconhecer a justeza das regras e dos resultados. Nesses termos, a obrigatoriedade se restringiria à igualdade de oportunidades.

Assim, a democratização da escola, numa perspectiva que ultrapasse esse ideário, exige observar a obrigatoriedade em todas as suas implicações para evitar que, mesmo quando da ampliação de sua duração, seja transformada em mecanismo de produção de uma elite. O compromisso com a igualdade de oportunidades não acarreta, nem lógica nem politicamente, compromisso com igualdade de resultados, que deve ser o grande objetivo de uma escola que se impõe como necessária socialmente. A igualdade de resultados, compreendida como uma tarefa democrática, significa a possibilidade de que todas as crianças ascendam a patamares considerados indispensáveis para a vida da nação; trata-se radicalizar a democracia. Crahay (2002), aliás, evidencia que a consolidação da escola tem sido pródiga em se afastar da “democratização” dos resultados e, às vezes, sem garantir aquela das oportunidades.

Para apreender as linhas de forças sociais que atravessam esse processo, agregue-se que a defesa de uma escola inclusiva é apontada por Afonso (1999, p. 59) como palco de tensões, ao salientar que historicamente ela integrou projetos sociais antagônicos, quer por parte daqueles que a enfeixam na lógica de mercado, quer por parte daqueles que a veem como um espaço de desenvolvimento de direitos. Direitos que parecem negados quando se verifica que perto de 25% dos alunos do ensino fundamental não são promovidos à série seguinte. Nesse quadro, Perrenoud (1999, p. 165) situa o desafio democrático ao sustentar que:

O importante, na democratização do ensino, não é “fazer como se” cada um houvesse aprendido, mas permitir a cada um aprender. Quando não se consegue isso, a solução não é esconder a cabeça na areia, mas reconhecer um fracasso, que é, primeiramente, o da escola, para melhor “retomar o trabalho”. Aí está a verdadeira clivagem: frente a desigualdades de aquisição e de níveis escolares devidamente constatados, uns baixam os braços e invocam a fatalidade e os limites da natureza humana, outros buscam novas estratégias. Estratégias que, sem ignorar as forças que conformam a sociedade, favoreçam práticas pedagógicas que superem o direito de acesso à escola e comprometam se com que todos os alunos tenham o máximo de aproveitamento, tencionando o credo liberal de que todos têm o direito de almejar o sucesso, mas não de consegui-lo.

Sem um modelo, os ciclos instauraram, ao menos, tensão na escola seriada, propugnando uma escola obrigatória na qual todo e qualquer aluno pudesse se aproveitar plenamente de seu currículo. Com os ciclos, introduziu-

se, com diferenciações, uma polarização com a ideia imanente à seriação, de que ao final de cada ano letivo a avaliação seja sinônimo de aprovação ou reprovação de cada aluno, relevando-se a noção de que o transcurso da escolarização não seja condicionado por ameaças ou reprovações, mas que seja “automático”, fluido ou ainda “continuado”, na perspectiva da igualdade de resultados.

Defender tal escola é assumir uma posição política que enseja destacar seu lugar social como aquele que permitiria a democratização do saber para todos os seus alunos pela apropriação organizada e sistemática do conhecimento acumulado pela humanidade mediante o uso da razão, como em Burke (2003, p. 183), e pela geração de novos conhecimentos ante novos e velhos problemas, ainda que os usos ulteriores à escolarização básica desses conhecimentos também possam ser objeto de disputas político-econômicas sobre as quais a escola não tem controle, ainda que possa problematizá-las.

Para tanto, os professores, com liberdade e responsabilidade, teriam pela frente aquilo que Vygotsky (2001, p. 457-459) considerou a “pedagogia sob o aspecto de luta”, isto é, o confronto com os obstáculos que os alunos possam evidenciar por estarem numa sociedade que não advoga consensualmente esse tipo de relação com o conhecimento. Particularmente, um desdobramento é a tentativa de superar práticas avaliativas somativas que reforçam a noção utilitarista do conhecimento ao atribuir às notas escolares um valor de troca associado a um valor de uso, distante muitas vezes do conhecimento, pois expressaria sucesso na carreira interna à escola – aprovação – e promessas de ascensão social. Esse quadro, em boa medida, explicaria a ausência de constrangimento em obter boas notas por meios facilitadores ou até “ilícitos”.

A polarização entre ciclos e séries ganha relevância se estiver acoplada à discussão dos procedimentos mais convenientes para o incremento do aproveitamento escolar, pois, se série significar a defesa da reprovação como ameaça capaz de levar alunos a aprender ou ciclos significar apenas o

seu adiamento, a polarização estará esvaziada de seu conteúdo político de efetiva democratização da escola.

Embora possa ser considerado um avanço, a eliminação apenas ou o adiamento da reprovação (um dos traços mais avultados da escola seriada) pode manter a concepção – ensinada aos alunos – de que a escola básica não é necessariamente para todos, ou, sendo de todos, não é igualmente aproveitada por todos, repondo a seletividade. Essa concepção, altamente incidente entre os professores, tem como argumento que a vida “fora da escola” seleciona e, portanto, os alunos precisam aprender a enfrentá-la. Politicamente, esse é um argumento forte e procedente pelo respaldo empírico da visão meritocrática ou inatista sobre os melhores predestinados ao sucesso e merece ser confrontado por conter um posicionamento sobre os objetivos e fins da escola.

Para a defesa da escola em ciclos, tal argumento pode ser contestado politicamente pelo reverso empírico, ou seja, na vida “fora da escola” há outras práticas, na perspectiva de uma sociedade que rompa com a seletividade – em seu sentido de desigualdade social – e se apoie no desafio de enfrentar coletivamente as grandes necessidades sociais. A escolha da forma de organizar a escola, não sendo “natural”, deve estar associada à questão do para quê escola? e implica um posicionamento que, a começar dos gestores, pela posição política que ocupam, deve explicitar e, ao fazê-lo, com ou sem consenso, fortaleceria a educação política dos atores e usuários da escola.

Não há solução no equacionamento dos ciclos que contorne o problema político da democratização da escola – entendida como o tensionamento de seu sentido liberal –, isto é, a igualdade de oportunidades transformada na possibilidade de que todos tenham o máximo aproveitamento da escola. Isso não representa a defesa de que a escola possa reverter relações sociais que limitam sua democratização. Trata-se de politizar as soluções organizativas da escola e levar ao extremo suas

possibilidades. Tensionar o liberalismo não significa automaticamente superá-lo, mas revelá-lo com suas contradições sociais.

Por isso, nas propostas de ciclos apresentadas em favor da democratização da escola, é preciso localizar quais são os passos para transformações curriculares efetivas, pois pode haver mudanças apenas nominalistas, apenas intenções de romper com as consequências negativas da seletividade, sem apontar nem viabilizar medidas decisivas para a alteração da escola.

Assim, inscrita no plano histórico e político, a organização da escola está sujeita às orientações que emanam das tensões sociais. Por isso, não existe, em absoluto, melhor proposta, mas sim propostas relativas e históricas, o que para Nóvoa (2007) se traduz em dilemas da organização escolar. Tudo isso salienta e legítima que se faça a discussão da organização da escola de uma perspectiva política, sem voluntarismo e sem automatismo.

Admitir que os ciclos constituem-se apenas como uma mudança de nomenclatura na estrutura da escola é outro elemento que ganha destaque na fala dos docentes entrevistados. Uma das docentes salientou que a escola continua funcionando nos mesmos moldes da seriação. Justifica seu posicionamento enfatizando que na escola não houve alterações na relação professor-aluno, direção-corpo docente.

Salientados os aspectos negativos acima mencionados, nesta categoria o elemento que ganha maior ênfase é o fim da reprovação e/ou retenção do aluno. A maioria dos docentes afirma não aprovar ou apreciar a proposta de ciclos pelo fato dele limitar a retenção dos alunos.

Consideram que os ciclos não têm contribuído para o sucesso na aprendizagem porque devido a não-retenção, os alunos ficam desestimulados para estudar, mesmo consciente de que não dominam as habilidades básicas de ler, escrever e contar. Ao comentar sobre a resistência histórica de se eliminar a reprovação como instrumento de controle e estímulo ao estudo e à

aprendizagem, Barreto e Mitrulis (1999) afirmam que há um sentimento compartilhado por professores e pais de diferentes redes escolares de que a introdução dos ciclos provoca o rebaixamento do nível geral do ensino.

Reforçando o que dissemos, uma das participantes afirma que o fato dos alunos saberem que não serão mais retidos fez com que eles só visassem o resultado ao final do ano letivo e deixassem de estudar e se esforçar para aprender

A representação social subjacente aos ciclos a nosso ver está sendo construída pelos professores. Ao longo das análises dos discursos dos docentes pesquisados, podemos perceber a existência de um conflito.

Considerações finais

Na nossa compreensão, as representações sociais dos docentes representam uma amálgama do negativo com o positivo. Por um lado, a proposta é boa, pois dá aos alunos mais uma oportunidade de continuar os estudos, reconhecendo que cada aluno aprende num ritmo e num tempo diferenciado. Por outro lado, os docentes alegam não ter condições estruturais (desvalorização da educação como bem público infra-estrutura básica das escolas, acompanhamento e preparação dos professores, outros profissionais de apoio) de por em prática.

O aspecto negativo da proposta que se sobressai é o fim da reprovação. Essa representação social de ciclos que circula entre os professores da rede pública municipal do Recife é uma construção desses sujeitos para com o objeto pesquisado, elaborada socialmente a partir de suas vivências, crenças, ideologias, informações e práticas cotidianas. Para Jodelet (2001) a representação social é uma forma de saber prático responsável por ligar o sujeito ao objeto, permitindo que o indivíduo se integre ao seu meio,

ou seja, elas orientam os indivíduos para a ação, organizam as condutas e as práticas cotidianas e gerindo a relação dos indivíduos com o mundo.

Uma vez que as práticas se realizam em consonância com as representações dos professores, torna-se possível identificar, por meio do discurso desses profissionais, as concepções e as ações que interferem, positiva ou negativamente, na adesão da proposta de ciclos. Em

REFERÊNCIAS

ABRIC, J.C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de. Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: Ed. AB, 1994, 1996. (p. 27-38).

ARROYO. M. Ciclos de Desenvolvimento Humano e Formação de Educadores. Educação e Sociedade, nº 68, dezembro - 1999b, (p.143-162). Disponível no site www.scielo.br BARRETTO, E. S. S.; MITRULIS, E. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no país.

MACHADO. L.B. “Eles “passam de bolo” e ficam cada vez mais analfabetos: discutindo as representações sociais de Ciclos de Aprendizagem entre professores”. Revista Psicologia da Educação: São Paulo, vol.24, 1º semestre/2007.(p. 111-128). Disponível em www.anped.org.br

MAINARDES, J. Escola em ciclos: explorando a multiplicidade de vozes e interpretações sobre o processo de implementação. 29ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2006. (p. 1-18). Disponível em www.anped.org.br

SÁ, Celso P. de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In_____ O Conhecimento no Cotidiano. Mary Jane P. Spink (Org.). São Paulo: Brasiliense, 1995. (p 19-43).

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O BULLYING RACIAL NAS SERIES INICIAIS

Dayane Aparecida do Nascimento⁴²

Bruno do Padro Alexandre⁴³

Terezinha Félix Silva Cruz de Deus⁴⁴

Resumo

Esta pesquisa pretende se contribuir para a sensibilização comunidade, professores, gestores, pais e alunos. O bullying acontece em vários setores, mas especificamente nas escolas, causando mais variados tipos de sofrimento desagradável ao ser humano. Causando humilhações e sofrimento e se faz necessário ter mais programas e divulgar esta ferramenta, e ter mais profissionais ou intersociavel, como Conselho tutelar, secretaria de saúde e de educação, entre outros setores. É importante que a escola seja vista como um ambiente que não haja violência, que desenvolve as aspecto cognitivo afetivo e que propaguem comportamentos antiviolença. O Bullying e a comunidade de hoje vive um momento muito difícil onde os pais têm que trabalhar e transfere a responsabilidade para as escolas, que se sobrecarregam. A responsabilidade que seriam dos pais, que tem por obrigação de educar seus filhos, dar carinho, atenção, darem uma estrutura uma referencia de casa para não precisar de motivos para ser agressor ou vitima. A falta de ajuda e acolhimento dessa criança a deixa mais desorientada, ocasionando queda de autoestima. Segundo Fante, um dos problemas que mais afeta a criança são contatos com alcoólicos, dependentes químicos e pais violentos em casa. De acordo com a lei, os atos de bullying ferem princípios constitucionais como respeito a dignidade da pessoa humana- ferem o código civil, que determina que todo ato ilícito que cause danos a outrem gera o dever de indenizar.

Palavra Chave: Leis, Educação; respeito a diversidade

Introdução

⁴² É Psicóloga e Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

⁴³ É Mestre em Historia e Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

⁴⁴ É Formada em Pedagogia e Professora/Coordenadora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

O responsável pelo ato de bullying também pode ser enquadrado no código de defesa do consumidor, tendo em vista que as escolas prestam serviços a comunidade. Não há bullying que resista a luz do conhecimento e o saber é o melhor remédio. É obrigação de o estado dar proteção a todas as crianças, independente de sua origem, cultura e diversidade. A comunidade deve se preocupar com estas questões, pois as consequências são trágicas.

É um tema de suma importância nos dias atuais, pois não dá para fingir que é uma brincadeira que julgam ser sem maldade ou sem intenção. Os apelidos pejorativo embora nas series iniciais, é mais difícil perceber. Jean Piaget afirma que a criança passa por vários momentos e que a criança tem seu desenvolvimento de acordo com sua faixa etária, ainda assim, o pedagogo precisa estar preparado para identificar o bullying na sala de aula, porque não há denuncia por parte da vitima. Na sala de aula acontecem jogos de bolinhas, aquela criança que esta sempre quietinha, que ninguém aceita ela no grupo, deve haver a intervenção do professor. O pedagogo deve incluir esta criança nos grupos ao elaborar projetos.

O pedagogo atende um numero muito grande de aluno, e isso dificulta. Fante afirma que, para detectar, o professor deve fazer um teste sociométrico, tipo que gosta de brincar formas de grupo ou se gostaria de brincar em horario diferenciado. Em seguida faça um levantamento do resultado, se há falta de socialização e se houver avanços ou rendimento ou ate mesmo dificuldades. Se houver dificuldades o ideal é que o pedagogo interfira nos grupos para quebrar a dinâmica de bullying, seja como professor na sala de aula ou nos corredores das escolas. É na educação básica que deve romper com descontração e reversão da ideologia e dos valores. É dever do pedagogo a reconstrução da cidadania, reposicionando o combate ao bullying.

A sociedade brasileira é formada por uma mistura de raças, ou seja, temos uma grande diversidade racial, o que nos possibilita a aprendizagem com várias culturas. Mas, infelizmente não é isto que acontece, a sociedade não tem respeitado as diferenças, a diversidade racial e muitas vezes têm vivido em conflitos.

Na atualidade podemos perceber que até mesmo nas escolas, há uma grande dificuldade na relação entre as pessoas por falta de compreensão e

respeito ao próximo. Assuntos como o Bulling, discriminação e preconceito estão sempre presente é são de extrema necessidade as suas discussões na escola.

A escola e o bullying

NO BRASIL o termo utilizado é mesmo o bullying .Convém salientar que refutamos o estrangeirismo, porém utilizaremos essa expressão porque até este momento especialista não conseguiram encontrar um termo correspondente na variante do português brasileiro para designa –lo e defendem – se alegando não haver uma palavra consensual que possa conceituar todo o conjunto de agressões , conforme esclarece FANTE (2008, p.28) uma das dificuldades encontrada pela maioria dos pesquisadores quanto a encontrar termos , em seus idiomas ,que correspondam ao sentido da palavra bulliying e diz ainda (2008 p35) no Brasil tivemos dificuldade para encontrar termos equivalente que expresso o fenômeno com a mesma amplitude do termo inglês. No entanto pode-se entende-lo como; colocar apelidos constrangedores, ofender, humilhar, discriminar, excluir, ignorar, intimidar, perseguir, assediar, aterrorizar, amedrontar ,tiranizar agredir,bater,chutar empurrar ,ferir, empurrar , roubar , quebrar,pertences, etc. Segundo Alves(2005), o bullying é a “Forma da tortura”.

Ainda segundo Leila Maria, o bullying é toda atitude agressiva entre pares que pode ser física ou psicológica ,praticada sempre com a intenção de humilhar e de ferir . .ele ocorre de forma continuada e sem que o agressor tenha um motivo para isso .

Segundo Fante (2005,p.28) . “Alguns pesquisadores consideram ser necessário no mínimo três ataques contra a mesma vitima durante o ano para sua classificação como bullying.” De acordo com Constantino (2004, p.69) o bullying, “E uma ação de transgressão individual ou de grupo exercida de maneira continuada “. Para Middleton- MO e Zawadski (2007p.18;)”É a crueldade freqüente e sistemática voltada deliberadamente a alguém,por parte de uma ou mais pessoas, com a intenção de obter poder sobre o outro ao infligir regularmente sofrimento psicológico e / ou físico .’Para Charlita (2008); “A definição mais fácil para bullying ale e um agressão á alma , , é

um ato de covardia que se faz repetidamente contra crianças e adolescente contra um jovem”.

Fante 2005, afirma por sua vez que ,o bullying “se apresenta de forma velada , por meio de um conjunto de comportamentos cruéis , intimidadores e repetitivos , pro longamente contra a mesma vitima , e cujo poder destrutivo é perigoso á comunidade escolar e a sociedade como um todo , pelos danos causados a o psiquismo dos envolvidos “mas já foi mostrado neste estudo , citado a própria Fante , que o bullying não se resume a uma agressão psicológica ele caracteriza também a agressão física , uma forma explicita de violência que causa problemas não somente no psiquismo do indivíduo, como também afirma Costantini.

(...) verdadeiros atos de intimidação preconcebidos, ameaças Sistemáticamente com violência física e psicológica ,são P vulner avelneeti da mente impostas a indivíduos particular Mente mais vulnerável e incapazes de se defenderem o que Os leva no mais das vezes a uma condição de sujeição , sofrimento psicológico, isolamento e marginalização (Costantini, (2004, p. 69),

O assedio moral é um termo trazido do francês “Le harcelement moral ’confundido com bullying . Trata se também de um assunto que não é novo mas que teve notoriedade apenas no final do século xx. Porém existem característica que os particulariza.

Apesar de alguns, como DAGOSTIM (2008) ,’O assédio moral é a melhor atualmente físico “O autor ainda trás exemplos para enfatizar sua afirmação ‘ além disso pode incluir roubo pagamento de pedágio (quando, por exemplo , uma criança precisa dar a outro definição para o bullying “não podemos restringi-lo á violência psicológica ,embora , essa forma de violência cause ,muitas vezes ,maiores danos á vitima . segundo Lopes neto(2004), assédio moral , mas é igual mente , certa quantia para não ser agredida)”(Lopes Neto , 2004) Outra diferença entre o bullying se caracteriza por ocorrer entre iguais o assédio moral é que enquanto o bullying se caracteriza por ocorrer entre iguais o assédio moral ocorre dentro de uma hierarquia, de

forma assimétrica , a exemplo de um chefe que assedia seu subordinado , como explica Lima (2001).

Vale ressaltar que , ainda, que em alguns países europeus , diferentes da França, utiliza-se o termo *morbing* para defini o abuso de poder entre adulto no local de trabalho .

Independente da nomenclatura, o que todos os autores concordam é que o assédio moral no trabalho coloca os trabalhadores exposto às situações de constrangimentos e humilhações que acontecem de forma repetitiva durante o exercícios de suas funções..

O agressor pode se mostrar de vários formas : engraçado ,sarcástico, arrogante , durão , egoísta ou mesmo brincalhão . Porém, é uma pessoa sem ética que comete abuso de poder para se sentir mais forte do que realmente é E que pode chegar a cometer violências alem da moral ,sexual por exemplo .

O termo bullying chegou no BRASIL no final do ano de 1999e inicio do ano 2000 (Fante e Pedra,2008) e o enfretamento do problema ainda esta no começo .Embora não exista uma pesquisa de âmbito nacional que forneça indicadores da realidade brasileira (Fante e Pedra2008 p 49) existem programas educacionais de combate e prevenção ao bullying e, entre eles ,podemos destacar trabalhos importantes ,como os desenvolvidos pela .Associação Brasileira Multiprofissional de proteção á Infância a adolescência (ABRAPIA)e o centro multidisciplinar de Estudos e orientação sobre o Bulling Escolar (CEMEOBES),considerados referencias nacionais.

Em 2002, a ABRAPIA (associação Brasileira Multiprofissional de proteção a infância e Adolescência) aplicou uma pesquisa sobre bullying no Rio de Janeiro envolvendo mais de cinco mil alunos para esclarecer comunidade pioneiras no combate ao *bullying* escolar. Em 2006, promoveu o “Primeiro Fórum Brasileiro Sobre bullying Escolar”, ocorrido em Brasília, onde fica a sede do Centro e implementou o “Programa Educar Para

Segundo Fante (2004) os envolvidos não violam a lei do silêncio por medo de se expor, principalmente a vítima por medo de passar vergonha ou de se expor perante os colegas ou de virar motivos de gozações de todos e ficar ainda pior. Fante afirma que em segundo lugar as famílias tem medo de represálias dos agressores agravando ainda mais a situação, vindo intervir só depois que o problema já se instalou e suas consequências, sendo assim o problema já se instalou trazendo consequências tanto dentro da escola quanto fora.

É importante que os pais façam uma reflexão sobre, suas próprias condutas em relação aos filhos e sobre o modelo de educação familiar predominante em casa que vem sendo aplicada. Nem sempre os pais se dão conta de que certos comportamentos que o filho manifesta e aprendido em casa, como resultado do tipo de interação entre os familiares que são percebidas por ele; muito menos procuram checar e refletir se o que o filho está realmente aprendendo tem relação com aquilo que eles pensam estar sendo ensinado (Fante p. 76)

DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Na escola e na sociedade a agressão deve ser investigada e diagnosticada pelos pais e professores desde a educação infantil, possibilitando um olhar mais apreensivo a esses atos que são violentos, adquiridos no convívio com os outros, pois agressão é uma ponte que, sem intervenção da escola e da família, pode ser transformada em um transtorno de conduta mais grave, visto que conscientemente repetem maneiras de agir que lhes foram transferidos, conforme sua cultura e sociedade. Já indicamos que Camargo (2009, p. 24), quando pesquisou o bullying, não constatou casos deste fenômeno na educação infantil, mas sim na fase da adolescência. Porém, contraditoriamente, a autora também afirma que o bullying é encontrado em todos os espaços de uma escola, em família, em residências, dentre outros, onde existirem pessoas e houver convivência. 30 Diante disso, Camargo (2009, p. 24) afirma: As pesquisas que encontramos sobre bullying, costumam se referir aos adolescentes no convívio escolar. Ou seja, quando ouvimos falar de bullying, logo associamos a jovens e à escola. Porém, este fenômeno pode ser encontrado na família, no clube, nos condomínios residenciais, na faculdade, quartéis, enfim, em qualquer lugar onde existam pessoas em convivência. Então poderíamos pensar que a criança não é um ser que convive em família? Na escola? E que não se relaciona

com outros sujeitos? Se pensarmos desta forma conceberíamos a criança como sujeito desprovido de aprendizado, incapaz de aprender com o outro, de se relacionar e conviver em sociedade, pois se ela convive em família e a todo o momento recebe informação e influência dos atos representados pelos sujeitos do seu ambiente familiar, logo a criança também aprende a praticar tudo o que acontece neste contexto, visto que se o bullying está presente nesses espaços, a criança também irá aprender a praticá-lo.

A atual discussão quanto a pratica do bullying remete – nos á reflexão quanto a sua permanência sielenciamente durante a vivência dos / as estudantes nos espaços escolares . . Uma E educação que contempla o respeito a os direitos humanos como premissa de formação de cidadã deve considerar o bullying como um problema a ser discutido e combatido nas relações entre alunos e perfeccionais da educação , comunidade escolar e demais sociedade . Nesse sentido , a escola se constituirá num espaço de intervenção e nos silenciando das praticas de bullying

COMO SE DESENVOLVE O FENONIMO NA SALA DE AULA

E comum que entre os alunos existe vários tipos de conflitos a ainda vários tipos de tensões. Há ainda inúmeros tipos de interações as vezes como diversões ou como forma de auto afirmações para se comprovarem e para se comprovarem as relações de forca que os alunos estabelecem na sala entre si .

Caso exista na classe um agressor em potencial ou vários deles seu comportamento agressivo influenciara toda a sala de aula e nas atividades dos alunos promovendo interações áspera agressivas e violenta, devido o comportamento irritadíssimo do agressor e a sua acentuada necessidade de humilhar ameaçar de dominar e subjugar geralmente prefere atacar os mais frágeis se na sala de aula houve ruma criança que aparenta fragilidade insegurança dificuldade de impor se mostrar fisicamente ansiedade rapidamente o agressor vai encontrado ele logo será descoberto pelo agressor infelizmente ninguém o protegera por medo de se tornar a próxima vitima o em geral o agressor sabe que a vitima não vai revidar quase sempre consegue que todos os alunos fiquem do lado dele unir a ele

VITIMA E O AGRESSOR

As vítimas são pessoas frágeis de de baixa estima essas características acabam fazendo com que com que elas não pesam aguda e em geral se sentem desprotegidas e encontram dificuldade para de aceitação são presas fáceis submissas e vulneráveis aos valentões da escola explica fante 2005especialista no assunto além dos traços psicológicos as vítimas de e o agressor apresentam particularidade estatura.físicas os valentões FANTE afirma que além de traços psicológicos ,as vítimas desse tipo de agressão apresenta particularidade como problemas com obesidade estatura deficiência física já o agressor geralmente e popular são chamado de valentões e vitimizam conseguindo geralmente com o poder da autoridade ou psicologicamente muitas vezes os alunos aderem ao bullying por estratégia ou por pressão ou por medo de se transformar em uma vítima

Podem ainda abordar aspectos culturais etnias e religioso também podem acontecer com aluno as novatos com sotaque ou com um menino bonito perseguido pelos colegas

PROTAGONISTA DO FENOMENO BULLYNG

Geralmente, os envolvidos pelo bullying não violam a lei do silêncio. Em primeiro lugar, constatamos que a própria vítima teme denunciar seus agressores, seja conformismo, seja por vergonha de se expor perante os colegas, temendo virar motivo de gozações ainda maiores. Em segundo lugar, a reação dos próprios familiares da vítima, os quais amenizam a situação por temerem que ela sofra represálias dos seus agressores, agrava ainda mais a situação. A família só costuma intervir diante de situações mais drásticas, agindo somente quando o problema efetivamente já se instalou e suas consequências oferecem maior risco do que encarar a represália SOS agressores. Em terceiro lugar, verificamos o desprezo dos próprios professores, que não conseguem detectar esses problemas com facilidade, uma vez que as condutas bullying ocorrem dentro da sala de aula. Em quarto lugar, destacam-se os próprios companheiros, expectadores passivos que,, embora sejam testemunhas oculares, não se atrevem a denunciar os agressores. Sentem-se coagidos à omissão, à conivência e à cumplicidade por não querer se envolver, ou por medo de se tornarem um novo integrante do “time das vítimas”.

Estudiosos do comportamento bullying, identificam e classificam os tipos de papéis desempenhados, que são bem definidos entre os envolvidos no fenômeno, a saber:

- **Vítima típica:** aquela que serve de bode expiatório para um grupo. A vítima típica é um indivíduo (ou grupo de indivíduos), geralmente pouco sociável, que sofre repetidamente as consequências dos comportamentos agressivos de outros e que não dispõe de recursos, status ou habilidades para reagir ou fazer cessar essas condutas prejudiciais. A vítima típica sente dificuldades de impor-se ao grupo, tanto fisicamente como verbalmente.
- **Vítima provocadora:** Aquela que provoca e atrai reações agressivas contra as quais não conseguem lidar com eficiência. A vítima provocadora possui um “gênio ruim”, tenta brigar ou responder quando é atacada ou insultada, mas geralmente de maneira ineficaz.
- **Vítima agressora:** aquela que reproduz os maus tratos sofridos. A vítima agressora é aquele aluno que, tendo passado por situações de sofrimentos na escola, tende a buscar indivíduos mais frágeis que ele para transformar em bodes expiatórios na tentativa de transferir os maus tratos sofridos.
- **Agressor:** é aquele que vitimiza os mais fracos. O agressor, de ambos os sexos, costuma ser um indivíduo que manifesta pouca empatia. Frequentemente é membro de uma família desestruturada, em que há pouco ou nenhum relacionamento afetivo. O agressor normalmente se apresenta mais forte que seus companheiros de classe e que suas vítimas. Ele sente uma necessidade imperiosa de dominar e subjugar os outros, de se impor mediante o poder e a ameaça e de se conseguir aquilo a que se propõe.
- **Espectador:** é o aluno que presencia o bullying, porém não o sofre nem o pratica. Representa a grande maioria dos alunos que convive com o problema e adota a lei do silêncio por temer se transformar em novo alvo para o agressor. Alguns expectadores reagem negativamente, uma vez que seu direito de aprender em um ambiente seguro e solidário foi violado, o que pode influenciar sua capacidade de progresso acadêmico e social.

Identificação dos envolvidos

O bullying tem como característica principal violência oculta. Considerando o mutismo da vítima, qualquer mudança que ocorra no comportamento da criança deve ser observada, por mais insignificante que pareça. Ele pode passar por vários problemas emocionais por não conseguir fazer parte de um grupo. O maior problema se deve à dificuldade dos pais e professores em identificar a ocorrência dessas pressões, já que a maioria das crianças reluta em falar abertamente sobre o assunto. O motivo principal é o sentimento de vergonha que a vítima experimenta por ter que admitir que está apanhando ou sofrendo gozações na escola. De acordo com o pesquisador Dan Olweus, para que um aluno possa ser identificado como vítima, os professores devem observar se ele apresenta alguns destes comportamentos.

- Durante o recreio este frequentemente isolado e separado do grupo, ou procura ficar próximo do professor ou de algum adulto?
- Na sala de aula tem dificuldades em falar diante dos demais, mostrando-se inseguro ou ansioso?
- Nos jogos em equipe é o último a ser escolhido?
- Apresenta-se comumente com aspecto contrariado, triste, deprimido ou aflito?
- Apresenta desleixo gradual nas tarefas escolares?
- Apresenta ocasionalmente contusões, feridas, cortes, arranhões ou a roupa rasgada, de forma não natural?
- Falta às aulas com certa frequência (absentismo)?
- Perde constantemente os seus pertences?

Os mesmos procedimentos interrogativos devem ocorrer em relação ao agressor. Entre seus comportamentos habituais:

- Faz brincadeiras ou gozações, além de rir de modo desdenhoso e hostil?
- Coloca apelidos ou chama pelo nome ou sobrenome dos colegas, de forma malsoante: insulta, menospreza, ridiculariza, difama?
- Faz ameaças, dá ordem, domina e subjuga? Incomoda, intimida, empurra, picha, bate, dá soco, pontapés, beliscões, puxam os cabelos, envolve-se em discussões e desentendimentos?

- Pega dos outros colegas materiais escolares, dinheiro, lanches e outros pertences, sem o seu consentimento?

RECOMENDAÇÕES AOS PAIS E A LEGISLAÇÃO

A opinião comum entre os diversos especialistas no assunto é que os pais devem procurar elevar a autoestima dos seus filhos, ressaltarem sempre suas qualidades e capacidades, procurar não culpa-los pelo que esta lhe ocorrendo nem incentivá-los a revidar ao ataques, por isso somente aumentaria a violência. Os pais devem estar atentos para não se precipitarem ao considerar seus filhos vítimas de bullying. O ideal é observar se não é o próprio comportamento da criança que motiva sua rejeição, ou se não é ela mesma que, inconscientemente, provoca determinadas situações com as quais não consegue lidar.

Especialistas alertam que a ausência de limites e o excesso de mimos podem fazer com que a criança fique chata, egoísta, agressiva, ou, ainda, que não se adapte e não consiga seguir as regras básicas de convivência em grupo. Nem sempre os pais se dão conta de que certos comportamentos que o filho manifesta, é aprendido em casa, como resultado do tipo de interação entre os familiares que são percebidas por ele. Acontecem resultados inesperados nas “melhores famílias”, por isso é essencial que os pais acompanhem dia a dia o andamento do seu filho na escola, procurando incentivá-lo com entusiasmo e corrigi-lo com brandura, lembrando que acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos filhos é tarefa obrigatória tanto das mães como dos pais. Observando o próprio filho, os pais podem detectar sinais de vitimização. Entre estes, o filho:

- Apresenta com frequência, dores de cabeça, pouco apetite, dor de estômago, tonturas, sobretudo de manhã?
- Muda de humor de maneira inesperada? Apresenta explosões de irritação?
- Regressa da escola com as roupas rasgadas ou sujas e com o material escolar danificado?
- Apresenta desleixo gradual nas tarefas escolares?
- Apresenta aspectos contrariado, triste, deprimido, aflito ou infeliz?

- Apresenta contusões, feridas, cortes, arranhões, ou estragos na roupa?
- Apresenta desculpas para faltar às aula?
- Raramente possui amigos, ou possui ao menos um amigo para compartilhar seu tempo livre?
- Pede dinheiro extra a família ou furta?
- Apresenta gastos altos na cantina da escola?

Quanto ao agressor, os pais devem observar neles os seguintes indícios:

- Regressa da escola com as roupas amarrotadas e com ar de superioridade?
- Apresenta atitude hostil, desafiante e agressiva com os pais e irmãos, chegando ao ponto de atemorizá los sem levar em conta a idade ou a diferença de força física?
- É habilidoso para sair se bem de situações “difíceis”?
- Exterioriza ou tenta exteriorizar sua autoridade sobre alguém?
- Porta objetos ou dinheiro sem justificar sua origem?

Portanto os pais devem ficar atentos a esses indícios, como também, devem observar melhor o comportamento do filho, em caso de suspeita, buscar auxílio de especialista. De acordo com a American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, os pais devem estimular constantemente o filho a contar o que ocorre na escola, de maneira franca e aberta. Entretanto, não deve tomar nenhuma iniciativa contra o agressor a não ser comunicar o fato à direção da escola e exigir que busquem informações sobre os programas que estão sendo, desenvolvidos em outras escolas ou comunidades, para se combater o bullying. Entretanto, quando os pais buscam auxílio na escola e esta não responde adequadamente, a solução será procurar o Conselho Tutelar, que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 232, prevê pena pra quem “ submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento”.

Consequência do bullying na sala de aula

As consequências do bullying são inúmeras e variadas e que afetam a todos os envolvidos. Não se escolhe grau de escolaridade, e se não for prevenido fica totalmente contaminada a sala de aula quanto a escola.

Fante afirma que todos os envolvidos no bullying sofrem prejuízos, sendo eles, emocionais psicológicos ou sócios educacional.

As consequências da conduta bullying afetam todos os envolvidos e em todos os níveis, porém especialmente a vítima, que pode continuar a sofrer seus efeitos negativos muito além do período escolar. Pode trazer prejuízos em suas relações de trabalho, em sua futura constituição familiar e criação dos filhos, além de acarretar prejuízos pra a sua saúde física e mental.

A não superação do trauma poderá desencadear processos judiciais ao seu desenvolvimento psíquico, uma vez que a experiência traumatizante orientará inconscientemente o seu comportamento. Isso afetará o seu comportamento e a construção dos seus pensamentos e de sua inteligência, gerando sentimentos negativos e pensamentos de vingança, baixa autoestima, dificuldades de aprendizagem.

Poderá também desenvolver comportamentos agressivos ou depressivos e, ainda, sofrer ou praticar bullying no seu local de trabalho. Dependendo da intensidade do sofrimento vivido em consequência do bullying, a vítima poderá desenvolver reações intrapsíquicas, com sintomatologias de natureza psicossomática.

Tais alterações comprometem a regulação da emoção e da memória pelo hipocampo e pela amígdala, localizada abaixo do córtex no lobo temporal. Estes distúrbios, infelizmente, são irreversíveis no desenvolvimento da criança. Enquanto a vítima sofre das mais variadas formas, acarretando outras consequências pessoais, prejudiciais a si mesmas: o distanciamento e a falta de adaptação aos objetos escolares, a supervalorização da violência como forma de obtenção de poder, o desenvolvimento de habilidades para futuras condutas delituosas – caminho que pode conduzir ao mundo do crime.

Segundo estudos realizados pelo professor Olweus, é grande a relação entre o bullying e a criminalidade. Acompanhando o desenvolvimento de um grupo de alunos, com idades compreendidas entre 12 e 16 anos, que foram identificados como agressores no fenômeno bullying, o pesquisador constatou que a 60% deles havia sido amputada uma condenação legal antes que completassem 24 anos de idade. O fenômeno bullying passou a ser considerado como um problema de saúde pública, devendo ser reconhecido pelos

profissionais de saúde em razão dos danos físicos e emocionais- sofrido por aqueles que estão envolvidos nele.

De acordo com Antutérpio, as manifestações do bullying geram consequências devastadoras. Ele cita vários exemplos como: O TAG, que é o transtorno de ansiedade generalizada; fobia escolar; TAS- transtorno de ansiedade social; TOC- transtorno obsessivo compulsivo; Depressão, bulimia, anorexia, esquizofrenia, suicídio e homicídio. Para o autor, não se pode confundir fobia com um simples medo, pois o medo é emoção, já a fobia seria um exagero deste medo, onde o indivíduo veja risco a sua vida mesmo onde não há. Antutérpio destaca ainda, vários tipos de fobias, entre elas, a agorafobia, que o indivíduo possui medo de lugares muito aberto como praças e avenidas. Também tem os que possuem fobias específicas, onde sentem medo de constrangimentos e humilhações. O foco da fobia social concentra-se nas relações de natureza interpessoal, onde o indivíduo tem dificuldades em falar em público. A fobia escolar inclui-se no campo da fobia específica.

transtorno depressivo maior como melancolia, depressão como parte de A depressão não pode ser confundida com tristeza, cabe diferenciá-las, pois a tristeza seria uma resposta a uma situação de perda, derrota ou desapontamento, de acordo com Del Porto. Já a depressão pode ser tomada em três conotações: sintoma, síndrome e doença.

A depressão pode surgir, nos mais diversos quadros de transtorno de stress pós-traumático e no alcoolismo, sendo como sintoma. Já como síndrome inclui alterações no humor de pessoa como apatia, tristeza e irritabilidade. Como doença ela tem sido descrita de várias formas como uma ciclotimia.

Na parte alimentar, o bullying tem desencadeado uma série de doenças como a anorexia e a bulimia, onde o indivíduo foge dos padrões de beleza que a sociedade impõe.

CONSEQUENCIAS DO BULLYING

Segundo Antutérpio geram consequência devastadora para os indivíduos e sofrem bullying como fobia escolar, TAG transtorno de ansiedade generalizada TAS transtorno de ansiedade social, TOC transtorno obsessivo compulsivo ,depressão ,Anorexia ,Bulimia ,Esquizofrenia Suicídio e homicídio.

Ainda que a origem de pratica discriminatória e de violências e não sejam exclusivas do sistema escolar é evidente que por meio que lhes são específicos , também tem sido um espaço de (re) conhecidas com prendida e absorvidas no ambiente escolar á luz dados direitos humanos . A efetivação de tais questão no processo educativo de crianças , e jovens e adulto favorece o desenvolvimento pessoal psíquico , acadêmico , emocional e social dos educando /as .

Em pleno desenvolvimento de tecnologia , e saberes avançadíssimo ainda não e considerado o saber "erudito " "legítimo" . Citado por Maria Regina Rodrigues não tem sido tudo para a criança negra ,

A escola não cultiva a cultura A fro brasileira,e por esse motivo ainda é considerado inferior gerando complexo psicológico . A escola e os meios de comunicação consegue, então das vezes que esta em ultimo lugar na sociedade segundo (Florestan Fernando) assim percebo que esse bullying racial é muito difícil pesquisando com uma professora, percebi que a discriminação e um assunto que é mascarado o preconceito e a discriminação a raça e uma abordagem delicada tanto pelo corpo discente quanto pelo docente da escola percebi o quanto e difícil trazer essa discussão para sala de aula e forçarmos em um assunto que e tabu uma vês que é crime temos a LDB lei que protege o negro dizendo que todos somos iguais perante a lei mas a verdade esta muito longe de sair do papel por mais que podemos denunciar ainda a discriminação persiste segundo Nogueira (1985)Dessa e forma entendo que bullying racial e praticas de preconceito na escola e fato relevante esse espaço a escola que esta inteiramente ligada com a diferença e com a sociedade seria de grande colaboração e reforço e manifestação de preconceito ou seja um lugar que deveria ser de "LIBERTAÇÃO " acaba sendo um lugar de reforço aonde as vitimas acabam sofrendo e delicado e perigoso uma vês que esta presente preconceito mas devemos discutir analisar as consequências de quem sofre com esse tipo de agressões em determinada escola uma pesquisa. Em livros e artigo Partindo do pressuposto que essa problemática- como o professoras/ES.

Dessa forma, entendo que o ambiente na pratica docente mediante preconceito no âmbito escolar o racismo faz parte do cotidiano escolar e

afeta o desenvolvimento das crianças que são cometidos os sofrimentos de bullying racial os estudantes referiam se a os alunos negros :

Homem das cavernas, macaco, chocolate, torradinha queimada, filhote de urubu e para deixar as crianças constrangidas , gays, bebe, chorão, burro, pretinho e fedido. Nesse sentido a pesquisa destaca que até mesmo na educação a diversidade não e aceita embora as formas de opressão de qualquer natureza não tem o seu nascedouro na escola porem o bullying , a discriminação , racial , e as desigualdade e ocorrem na sociedade e na sociedade .

Seria bom que tivéssemos um objetivo de repensar segundo (glória moura) no papel da escola como fonte afirmação e á luz dos quilombolas e um verdadeiro desafio desenvolver na escola livros histórias e trabalhos pedagógicos que propiciam a valorização das múltiplas identidade que integram o povo brasileiro por meio de currículo que leve o aluno a conhecer sua origem e se reconhecer como brasileiro.

O racismo e ignorância caminha sempre mãos dadas. O se estereotipa as idéias pré – concebidas vicejam se está ausente a informação , se falta o diálogo aberto,arejado, transparente. Não há preconceito racial que resista á luz do conhecimento,e do estudo objetivo . neste como em tanto , outros assuntos,o saber é o melhor remédio. Não era por acaso que o nazi –facismo queimava livros . Mas não so por isso que o tema do racismo da discriminação racial , é importante para quem se preocupa como a educação é fundamental , é também , que a elaboração , dos currículos e matérias de ensino tenha em conta a diversidade de culturas e de memórias dos vários grupos étnicos que integram nossa sociedade.

Infelizmente, não precisamos ser profetas para compreender que o preconceituoso incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando – se ao conteúdo o preconceituoso dos livros e materiais didáticos e as relações preconceituosas entre alunos de diferentes acedências étnicos –raciais ,sociais e outros desestimularam o aluno negro e prejudicam sue aprendizado. O que explica o coeficiente , de repetência a evasão escolar altamente elevada do alunado negro ,comparativamente a o alunado branco.

Anyellen Mendanha Leite⁴⁵

Bruno Alexandre do Prado⁴⁶

Resumo

No tocante ao entendimento firmado pelo TCU no Acórdão 267/2011, para o qual a contratação por inexigibilidade devem estar comprovadas a inviabilidade da competição, a natureza singular do objeto contratado e a compatibilidade dos preços contratados com os praticados no mercado, sendo que a simples apresentação de currículos não se presta, por si só, a demonstrar a notória especialização do contratado (sic/segundo relatório enviado). Porém, devemos lembrar que em decorrência das mudanças nas estruturas educacionais do país, com constantes atualizações do conhecimento e exigências da sociedade, a educação pública demanda por permanente atualização e qualificação dos seus servidores, de forma a melhorar a sua qualidade buscando uma efetiva prestação dos serviços públicos, o que acontece primordialmente pela promoção de eventos como cursos, seminários, congressos, etc.

Palavra Chave: contratos, palestrantes, contraditório, Lei 8666/93.

Introdução

Desse modo, por vezes surge a necessidade da contratação de profissionais especializados, de renome, o que requer a instauração de procedimento administrativo próprio,

⁴⁵ É Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

⁴⁶ Mestre em História e Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

que quando devidamente justificado enseja inviabilidade de competição, sendo estes profissionais contratados de forma direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25 da Lei 8.666/93, o que não destoa dos regramentos legais. Mas, como medir a qualidade de um conhecimento?

Entendemos que a licitação é um procedimento administrativo formal que tem como escopo proporcionar à Administração uma aquisição, uma venda, ou uma prestação de serviços da forma mais vantajosa, respeitando-se os princípios constitucionais da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Concordamos, a grosso modo, com o parecer emitido quando demonstra que a notória especialização não pode estar presente quando o profissional preencher apenas um dos requisitos do artigo 25 inciso 1, da lei de Licitações. Mas, precisamos ampliar a nossa consciência intelectual montamos um texto contraditório ao vosso relatório tem início com as palavras do jurista DIÓGENES GASPARINI,

“(...) é a circunstância de fato encontrada na pessoa que se quer contratar, ou com quem se quer contratar, que impede o certame, a concorrência; que impossibilita o confronto das propostas para os negócios pretendidos por quem, em princípio, está obrigado a licitar, e permite a contratação direta, isto é, sem a prévia licitação. Assim, ainda que a Administração desejasse a licitação, esta seria inviável ante a absoluta ausência de concorrentes. Com efeito, onde não há disputa ou competição não há licitação. É uma particularidade da pessoa que se quer contratar, encontrável, por exemplo, no profissional de notória especialização e no artista consagrado pela crítica especializada. É circunstância encontrada na pessoa com quem se quer contratar a qualidade de ser proprietária do único ou de todos os bens existentes.”
(GASPARINI, Diógenes. In *Direito Administrativo*. 12.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 542.)(Grifo nosso)

E continua o ilustre jurista,

(...) é impossível por impedimento de ordem fática, relativo à pessoa que se quer contratar ou com quem se quer contratar. Não se trata, assim, de uma faculdade outorgada à pessoa obrigada, em tese, a licitar, mas do reconhecimento legal de que está em certos casos pode celebrar o negócio de seu interesse sem o prévio procedimento licitatório, haja vista a inviabilidade de se instaurar uma competição para a escolha da melhor proposta. Portanto, será inexigível a licitação sempre que houver inviabilidade fática de competição, concorrência, confronto, certame ou disputa. Nessas termos, é obvio que tal situação levaria a pessoa, em princípio obrigada a licitar, a ser excluída dessa obrigação mesmo que a hipótese não estivesse prevista em lei, como acontecia no Direito anterior.” [– destaques nosso (GASPARINI, Diógenes. In *Direito Administrativo*. 12.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 542.).

Essas palavras do Ilustre jurista vem de encontro ao art. 13 da referida Lei de Licitações – que também foi citado pelo senhor.

Art. 13 – Para fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI – Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; (grifo nosso)

(...)

Desta forma acreditamos que sempre que estiver diante de uma situação que caracterize inviabilidade de competição, a administração pública está autorizada a proceder à contratação direta, tendo em vista que ausente uma das condições essenciais do processo licitatório, qual seja, a competição.

Assim, mostraremos que os profissionais dos quais pretendemos contratar, se enquadram nas exigências para a contratação por inexigibilidade de licitação.

*Começaremos abordando a questão da **singularidade** através da fala do Professor Doutor (FGV) Luiz Cláudio de Azevedo Chaves (2014), que até provem o contrário tem notório saber sobre o assunto. Para o referido professor o art. 25, II da Lei Geral de Licitações reconhece que determinados serviços, os “técnicos especializados”, quando “singulares”, são incomparáveis entre si, ainda que haja pluralidade de soluções e/ ou executores. O artigo 13 acima transcrito oferece uma lista de quais serviços são tratados como sendo “técnicos especializados”. **O elemento central dessa hipótese de afastamento da licitação é a seguinte: possível presença de vários executores aptos, mas inviável a comparação objetiva de suas respectivas propostas.** Para reforçar os seus argumentos ele cita o jurista de notório saber Celso Antônio Bandeira de Mello (2004, p. 497), “são licitáveis unicamente (...) bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. **Não se licitam coisas desiguais. Cumpre que sejam confrontáveis as características do que se pretende e que quaisquer dos objetos em certame possam atender ao que a Administração almeja**”. (Grifo nosso).*

A singularidade é justamente o elemento que torna o serviço peculiar, especial. Não será suficiente que o serviço esteja descrito no art. 13, pois, de *per si*, não o faz especial (singular). Deve haver, na execução ou em suas características intrínsecas, algo que o torne inusitado. Não se pode confundir **singularidade** com exclusividade, ineditismo ou mesmo raridade.

*Para o Professor Doutor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves (FGV, 2014) se analisarmos detalhadamente o artigo 13 da referida Lei de Licitação percebemos que ele não limita como conceito de serviço técnico especializado apenas as ações de **treinamento**, devendo ser estendido a todas as ações de educação, em todos os níveis.*

Assim, qualquer que seja o nome que se dê para o serviço (treinamento, aperfeiçoamento, desenvolvimento, capacitação, ensino) ele estará alcançado pelo inciso VI, do art. 13 da Lei 8.666/93. **Estão incluídos nesse contexto a contratação de professores, instrutores e conferencistas quando chamados por via direta (pessoa física);** contratação de cursos de extensão (curta ou longa duração), de graduação ou de pós-graduação na forma *in company*; inscrição em cursos de extensão, de graduação ou de pós-graduação abertos a terceiros na forma presencial ou no sistema EAD.” O que contemplaria a nossa demanda de professores palestrantes/cursistas.

Em relação a singularidade devemos buscar o núcleo do objeto para definir a singularidade (CHAVES, 2014): Nos serviços de treinamento, os objetivos gerais e específicos, público alvo, metodologia e o conteúdo programático constituem características técnicas do objeto, mas definitivamente não é o núcleo. O objeto do serviço de **treinamento** só se materializa com a **aula (o fazer)**. É por meio desta ação que o docente, fazendo uso da metodologia didático-pedagógica, utilizando os recursos instrucionais e aplicando o conteúdo programático, realiza o objeto. Portanto, o núcleo do serviço é a própria aula. Ora, se é a aula, não se pode, em regra, considerar que seja um serviço usual ou executado de forma padronizada; não se pode admitir que, quem quer que seja o executor (o professor), desde que aplicando os recursos acima, obtenha os mesmos resultados. **Afinal, cada professor possui sua técnica própria, a forma de lidar com grupos, a empatia, a didática, as experiências pessoais, o ritmo e tom de voz, tornando-os incomparáveis entre si.**

Ademais disso, cada turma também possui características próprias que as distinguem umas das outras, a exigir do profissional adaptação cada vez que se apresenta. Aliás, o próprio professor poderá executar o serviço de forma distinta a cada aula proferida, ainda que do mesmo tema, provocado, por exemplo, por uma mudança de visão e conceitos. Quer dizer, as aulas sempre serão diferentes, seja na condução, seja no conteúdo, seja na forma de exposição. Não há como negar que cada aula (cada serviço) é, em si, singular, inusitado, peculiar. Os professores/palestrantes apresentados para contratação, de modo uníssono, se enquadram perfeitamente no princípio da singularidade, uma vez que se dedicam a ministrar aulas.

Para o mestre Ivan Barbosa Rigolin, ao discorrer sobre o enquadramento legal de natureza singular empregado pela legislação ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (...) defendia que,

A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados - que são o que afinal importa obter -, nada disso pode ser predeterminado ou adrede escolhido pela Administração contratante. **Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuamente.** (Treinamento de Pessoal - Natureza da Contratação *in* Boletim de Direito Administrativo - Março de 1993, págs. 176/79) (Grifo nosso).

Nos casos em apreço, está configurada uma situação de inviabilidade de competição, desde que seja um serviço profissional especializado, de natureza singular e notória especialização, habilitando-o para ministrar um curso específico, seminário, etc., o que deverá coadunar com o currículo ofertado e histórico de trabalhos, palestras, cursos e seminários realizados pelo profissional. Neste sentido, ao analisarmos os currículos apresentados por eles, vê-se que comprovam a especificidade do conhecimento que os palestrantes detêm.

Para corroborar a presente defesa, vejamos o entendimento do TCU em decisão nº. 578/2002 do Plenário do Tribunal de Contas da União, a Corte de Contas assim se pronunciou em relação a contratação de professores:

“Considere que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993.”

E no segundo o Acórdão 654/2004 Segunda Câmara

Ademais, assiste razão aos gestores quanto à regularidade da contratação de treinamento mediante inexigibilidade de licitação, uma vez que este Tribunal já decidiu, em sessão plenária de 15/7/1998, “considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993” (Decisão nº 439/1998 - Plenário - TCU).

Em relação a notória especialização temos a definição do artigo 25 da Lei de Licitações que esclarecer que

Art. 25 –

(...)

§ 1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Notório especialista é o profissional que nutre entre seus pares, ou seja, “...no campo de sua especialidade...” a partir do histórico de suas realizações, elevado grau de respeitabilidade e admiração, de forma que se “...permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.” (CHAVES, 2014).

O dispositivo citado indica o norte de quais peculiaridades ou requisitos são considerados idôneos para se inferir se um profissional é ou não notório especialista, a saber: “...desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica...”. Mais ainda. A expressão “...ou de outros...” dá bem o tom de rol exemplificativo desses requisitos. O legislador admite, portanto, que outros conceitos e requisitos, não ditados no texto expresso da lei, podem servir de base à conclusão de que o profissional escolhido é o mais adequado à satisfação do contrato. A notoriedade dos nosso contratados está assegurada pelo seus currículos que podem ser conferidos nos processos. O Currículo tem a função de mostrar a sua história na profissão e permite, no caso concreto, que se faça um prognóstico positivo sobre o alcance dos resultados a serem obtidos na palestra.

Percebe se também, que a enumeração dos requisitos são alternativos. Significa que não é obrigatório que estejam todos contemplados na justificativa da escolha, bastando apenas o apontamento de um deles para balizá-la.

Ao conceituar “notória especialização”, o dispositivo legal encerra com a expressão “que permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato”. **Não restam dúvidas de que essa escolha dependerá de uma análise subjetiva da autoridade competente para celebrar o contrato.** Que no caso que está sendo analisado é o **Gerente do Departamento de Formação Profissional e sua equipe técnica**

que foram autorizados por portaria específicas que constam no diário Oficial do Município de Rondonópolis, ou seja, a escolha dos palestrantes está embasada em princípios e preceitos legais.

Nem poderia ser diferente, pois se a escolha pudesse ser calcada em elementos objetivos a licitação não seria inviável. Ela é impossível justamente porque há impossibilidade de comparação objetiva entre as propostas. Como poderemos licitar de forma normal a fala de um palestrante que se baseia em sua experiência de vida, em suas teses, dissertações, monografias, no cotidiano de sala de aula. Impossível! Todos esses fatores lhes garantem a sua singularidade e o notório conhecimento.

Ressaltamos ainda que será a autoridade competente que, respeitando o leque de princípios a que se submete a atividade administrativa, notadamente, legalidade, impessoalidade, indisponibilidade do interesse público e razoabilidade, e ainda, sopesando as opções à sua disposição, com fulcro em seu juízo de conveniência, indicará aquele que lhe parecer ser o “indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”

Lembrando que a autoridade competente, o Gerente do Departamento de Formação Profissional e equipe técnica faz as suas escolhas tendo como base a LDB e o Plano municipal da Educação e as orientações curriculares nacionais que determinam a especificidade e as singularidade das formações o que por si só já garantiria a inexigibilidade do processo licitatório.

Mas, vamos reforçar ainda mais a nossa argumentação através da orientação do Professor Doutor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves (FGV 2014) que cita o grande jurista de notório saber, o decano Eros Roberto Grau, que através de uma análise do Acórdão 439/98-Plenário, TCU mostra que,

Sobre a prerrogativa da Administração de avaliar a notória especialização do candidato, invocamos novamente os ensinamentos de Eros Roberto Grau, na mesma obra já citada: ‘...Impõem-se à Administração - isto é, ao agente público destinatário dessa atribuição - o dever de inferir qual o profissional ou empresa cujo trabalho é, essencial e indiscutivelmente, o mais adequado àquele objeto. Note-se que embora o texto normativo use o tempo verbal presente (‘é, essencial e indiscutivelmente, o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato’), **aqui há prognóstico, que não se funda senão no requisito da confiança**. Há intensa margem de discricionariedade aqui, ainda que o agente público, no cumprimento daquele dever de inferir, deva considerar atributos de notória especialização do contratado ou contratada. (Eros Roberto Grau, in Licitação e Contrato Administrativo - Estudos sobre a Interpretação da Lei, Malheiros, 1995, pág. 77) (grifamos).

Ressaltamos que o princípio da confiança no ente público, que no caso é o Gerente do Departamento de Formação Profissional e podemos estender essa função também a Secretária Municipal de Educação porque ambos são os que definem se o palestrante tem ou não notório saber. Ou seja, qual pessoa é a mais adequada para realizar um trabalho para a Secretaria de Educação. E para isso eles se baseiam, principalmente, no conhecimento que ambos possuem sobre os mecanismos complexos do sistema educacional brasileiro, da Rede Municipal de Educação e na experiência profissional. Conhecimentos esses que não podem ser medidos por normativas, convenções ou por definições pessoais.

Este entendimento também é compartilhado por outro jurista de notório saber, o professor Celso Antônio Bandeira de Mello (2004, p. 507), que, com a habitual precisão, esclarece que:

“É natural, pois, que, em situações deste gênero, a eleição do eventual contratado — a ser obrigatoriamente escolhido entre os sujeitos de reconhecida competência na matéria — recaia em profissional ou empresa cujos desempenhos despertem no contratante a convicção de que, para o caso, serão presumivelmente **mais indicados do que os de outros, despertando-lhe a confiança de que produzirá a atividade mais adequada para o caso.** Há, pois, nisto, também um componente inelimitável por parte de quem contrata.”

Diante destas teses expostas acima reafirmamos que de acordo com vários Acórdãos e tendo como princípio norteador a Decisão 439/1998(que segue em anexo), cuja relatoria coube ao Min. Adhemar Paladini Ghisi cujo entendimento foi seguida pela Corte,

“...se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, da Lei 8666/93 a contratação de professores, conferencistas ou instrutores, para ministrar aulas em cursos de treinamento, de formação ou de complementação de conhecimentos de servidores especializados,...”. (CHAVES, 2014).

Acompanhado à unanimidade pelo Pleno, o TCU fixou o seguinte entendimento:

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI

do art. 13 da Lei nº 8.666/93; 2. Retirar o sigilo dos autos e ordenar sua publicação em Ata; e 3. arquivar o presente processo. (CHAVES, 2014).

Como dito antes, também partilhando do entendimento de que na contratação de cursos, a regra é a inexigibilidade e a licitação a exceção, pensa-se que o ponto de referência deva ser o grau de interferência do instrutor e a confiança depositada nele pelo funcionário público responsável pela escolha (princípio da confiança) para o alcance dos resultados pretendidos em relação ao processo de ensino.

Em relação ao preço e/ou valor cobrado pelos palestrantes percebe-se que o dispositivo legal não faz qualquer distinção, sendo evidente que são bastante diferentes os critérios de justificativa do preço em casos de dispensa ou de inexigibilidade. Porque uma situação absolutamente distinta existe naquelas contratações por inexigibilidade em que não há só o fornecedor monopolista, mas existem vários, os quais, em razão de sua expertise extraordinária, não podem (ou não querem) fazer ofertas de serviços comparáveis entre si. São casos em que não existe a possibilidade concreta de se realizar um julgamento objetivo: os bens e/ou serviços de que a Administração necessita não são comparáveis por meio de padrões que não podem ser forjados porque são únicos.

Para o Professor Doutor Egon Bockmann Moreira (2015), Mestre e Doutor em Direito e Professor de Direito Econômico da Faculdade de Direito da UFPR.⁴⁷ A "criação" de condições para o julgamento objetivo por meio de um edital forjado implicaria violação à legalidade e à eficiência. A contratação precisa ser *intuitu personae*: em razão da pessoa, por meio de escolha subjetiva do administrador público (o núcleo duro de sua discricionariedade). Quem escolhe é o administrador a quem a lei outorgou tal competência privativa.

Nestes casos, quem justifica o preço é o próprio profissional a ser contratado - que há de ter idoneidade e boa-fé suficientes para apresentar propostas que correspondam ao trabalho a ser expandido. E isso é demonstrado quando da apresentação da proposta de contratação: lá está a declaração de que aquele é o preço justo e necessário para que o profissional, escolhido de forma personalíssima, execute aquela contratação (MOREIRA, 2015).

Não podemos cair no erro ingênuo que vem sendo praticado pelos órgãos de controles que procuram estabelecer exigências que se distanciam das peculiaridades, já explicitadas neste texto, das contratações por inexigibilidade, pretendendo tornar a justificativa do seu preço semelhante às que normalmente se operam nas licitações ordinárias (e em determinados casos de dispensa).

Segundo o Professor Doutor Egon Bockmann Moreira (2015), a rigor, essas decisões subvertem a lógica da inexigibilidade, fazendo com que se pretenda comparar a proposta formulada para determinado caso que não possui comparação objetiva com qualquer outro, a um juízo de compatibilidade com contratos anteriores. Há casos em que se exige a apresentação de notas fiscais e contratos "semelhantes", como se a inexigibilidade comportasse "semelhanças"

⁴⁷

<http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/egon-bockmann-moreira/contratacao-por-inexigibilidade-e-o-dilema-da-definicao-do-preco> - acesso em 18 de outubro de 2017 – às 23:50mim

naturais. Contrariando o princípio da singularidade que existe e já foi explicitado no texto em relação ao professor que ministra aulas e palestras. Ressaltamos que a justificativa assinada pelo ente público de direito (Secretária e Gerente de Departamento) deve ser levada em conta na hora da justificativa dos preços, garantindo desta forma o princípio e a essência da singularidade. Pretender que contratações inexigíveis sejam comparadas com contratações exigíveis implica a criação de óbices burocráticos que não só contrariam, mas acabam por impedir a aplicação da Lei 8.666/1993, no que se refere a dispensa de licitação.

Em relação aos documentos questionados por serem cópias temos a decisão do TCU – Tribunal de Contas da União que proferiu o Acórdão TCU nº 801/2004 – Plenário – AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI (Ministro Relator)⁴⁸:

(...) No que concerne à alegação de que a exigência de que todos os documentos relacionados no edital sejam apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial fere as disposições contidas nos arts. 384 e 385 do CPC, visto que não considera a possibilidade de servidor da comissão de licitação ou nomeado por ela certificar a autenticidade de fotocópia apresentada em conjunto com o original, tal interpretação não encontra abrigo. Ora, para que servidor possa atestar a autenticidade de cópias de documentos devem ser disponibilizados necessariamente seus originais, justamente uma das formas de apresentação de documentos prevista no questionado item 4.5 do edital da referida licitação”.

O Superior Tribunal de Justiça – STJ, 3ª Turma, Resp. 94.626-RS, Relator Ministro Eduardo Ribeiro (DJU 16.11.98, p. 86) proferiu o seguinte acórdão: ***“A impugnação a documento apresentado por cópia há de fazer-se com indicação do vício que apresente, se o impugnante tem acesso ao original. Não se há de acolher a simples afirmação genérica e imprecisa de que não é autêntico.”*** (grifo nosso)

Nesse passo, à vista do pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça, a alegação da falta de autenticação do documento somente deverá ser arguida quando viciado o seu conteúdo. Do contrário, a simples afirmação de que a cópia do documento não é autêntica, mesmo em comparação com o original, não deverá prosperar. ***Ou seja, retornamos ao Princípio da Confiança que garante até mostrem o contraditório, a autenticidade dos referidos documentos.***

Sendo concludente, diante dos argumentos e embasamentos expostos em uníssona relação com o disposto na legislação específica, permite-se deduzir que o trabalho do profissional/professores palestrantes que tem destaque na sua área profissional, quando sob a visão e justificativas plausíveis da Administração (Secretaria Municipal de Educação/Departamento de Formação Profissional) ***é o mais adequado à satisfação do objeto que se busca contratar, além do que deve oferecer preço proposto compatível com o praticado no mercado*** (garantido pela Justificativa de preço) e não podemos negar a veracidade dos fatos que todos os professores preenchem os pré-requisitos para a inexigibilidade de licitação. Assim,

⁴⁸ <http://www.portaldelicitacao.com.br/site/questoes-sobre-licitacoes/autenticacao-de-documentos-pelo-servidor/> - acesso em 19 de outubro de 2017- as 3h

há de ser considerado que apesar de não serem únicos no mercado, tem suas particularidades, especialidades e singularidades que os outros profissionais não possuem.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Michelle Barbosa da S. Dos Santos⁴⁹

Antutérpio Dias Pereira⁵⁰

Anyellen Mendanha Leite⁵¹

Antonio Francisco Gomes da Silva⁵²

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi compreender a importância da prática de Educação Física na Educação Infantil com crianças de quatro e cinco anos. Para isso realizou-se uma pesquisa bibliográfica que segundo GIL (2010) contempla o uso de materiais já trabalhados por outros pesquisadores. Ao deixar de praticar atividades físicas as crianças têm desvantagens no que diz respeito à saúde, além de aumentar o risco de doenças como obesidade, hipertensão arterial, colesterol alto e doenças respiratórias. Ao não participarem das aulas de Educação Física, as crianças podem atrasar no desenvolvimento afetando habilidades como correr, pular, chutar, entre outros. Este tema abrange conteúdos aplicados de forma lúdica e recreativa, possibilita a criança à construção do conhecimento com descobertas e ampliação de experiências. Pois é nessa fase que a criança precisa de um maior número de experiências possíveis, pois trabalha o movimento, a linguagem corporal a cultura da criança por meio de atividades, jogos e brincadeiras. É uma disciplina que também trabalha o social, cognitivo, afetivo e motor nessa etapa de desenvolvimento. Ela começa a entender o mundo e perceber as pessoas ao seu redor, descobrindo novas percepções de seu corpo. Considerada importante na vida dos indivíduos, a Educação Física apresenta aspectos profissionalizantes e de reconhecimento que tem como objeto de estudo o

⁴⁹ Graduando do Curso de Educação Física da Faculdade EDUVALE/Jaciara-MT.

⁵⁰ Professor Doutor em História da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

⁵¹ É Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

⁵² É Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

desenvolvimento da aptidão física do homem trazendo exercícios de atividades corporais que lhe permitam atingir o máximo rendimento de sua capacidade física.

Palavra Chave; Crianças. Saúde. Atividade física.

PHYSICAL EDUCATION IN CHILD EDUCATION

Michelle Barbosa da S. Dos Santos

Antuterpio Dias Pereira

ABSTRACT

The objective of this study was to understand the importance of Physical Education in Child Education with children of four and five years. For this, a bibliographical research was carried out which according to GIL (2010) contemplates the use of materials already worked by other researchers. By failing to practice physical activities, children have health disadvantages and increase the risk of diseases such as obesity, high blood pressure, high cholesterol and respiratory diseases. By not attending Physical Education classes, children can delay development by affecting skills such as running, jumping, kicking, and so on. This theme covers content applied in a playful and recreational way, allows the child to build knowledge with discoveries and broadening experiences. For it is in this phase that the child needs a greater number of possible experiences, because the movement works, the body language the culture of the child through activities, games and games. It is a discipline that also works the social, cognitive, affective and motor in this stage of development. She begins to understand the world and to perceive the people around her, discovering new perceptions of her body. Considered important in the life of individuals, Physical Education presents professional aspects and recognition that has as object of study the development of the physical fitness of the man bringing exercises of corporal activities that allow him to reach the maximum yield of his physical capacity.

Keyword; Children. Health. Physical activity.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho iremos falar sobre a importância da educação física na educação infantil, que depende principalmente das brincadeiras e jogos atribuídos às crianças, e para o bem estar de sua saúde tendo um destaque primordial na educação infantil. Cada vez mais é necessário imergir na estratégia de melhorar e valorizar o relacionamento com as crianças, cativando e oferecendo, estimular os interesses da criança o prazer de forma prazerosa.

Com o brincar através da educação física, nós vemos a importância que é para a educação infantil como um desenvolvimento motor cognitivo e sócio afetivo, estes são importantes para convivência na sociedade.

Com as brincadeiras, as crianças estimulam a imaginação e aprendem a respeitar as regras, estes estímulos podem fazer as crianças se desenvolver de uma forma mais acelerada, no desenvolvimento das brincadeiras com os jogos, nós podemos aprimorar a capacidade física como saltar, correr, arremessar, pular, subir. O movimento precisa ser trabalhado de maneira como na educação física do mesmo jeito na educação infantil para que as crianças possam conhecer a si mesmo, testar os seus limites, modificar os seus gestos, assim criar novos movimentos.

As primeiras aprendizagens ocorrem por meio dos movimentos corporais, havendo assim a necessidade de que as crianças adquiram hábitos de praticar exercícios, que tenham incentivos para isso. Assim ao desenvolver a qual a importância da educação física na educação infantil as crianças irá praticar exercício para o bem estar de sua saúde cognitiva, social, psicomotoras, e valores.

Pela participação individual e coletiva dos mesmos há a contribuição do bem estar comum com o conhecimento específico da disciplina, as crianças se desenvolvem e se envolvem com capacidade, habilidade e afeto com os outros deixando de pensar apenas em si e aprendendo a dividir as tarefas, assim encontra solução para as derrotas como desenvolver a consciência corporal o estilo de vida saudável com maiores possibilidades de êxito em sua trajetória e desenvolve a saúde física e mental.

SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

De acordo com o coletivo de autores (1992) a Educação Física é uma prática pedagógica que tematiza formas de atividades corporais em uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal. Educação Física é Educação pelo movimento, é esporte de rendimento, é Educação do movimento e sobre o movimento. A mesma surge de necessidades sociais concretas que, identificadas dão origem a diferentes entendimentos.

Na escola, os exercícios físicos surgiram na Europa no final do séc. XVIII e início do séc. XIX que se constitui da construção de uma nova sociedade, a capitalista. Autores tiveram o mérito de aliar ao desenvolvimento da Educação Física na escola a garantia de um espaço de respeito perante os demais componentes curriculares. A Educação Física na escola começou a ser vista como saúde, porém era entendida como atividade exclusiva prática.

“As aulas de Educação Física nas escolas eram ministradas por instrutores físicos do exército, que traziam para essas instituições os rígidos métodos militares da disciplina e da hierarquia” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 35).

Segundo a (Base Nacional Comum Curricular) BNCC (2017), nos anos 1980 a pré-escola era independente e preparatória para a escolarização que se iniciava no ensino fundamental. Na Constituição de 1988 a creche e pré-escola torna-se dever do estado e posteriormente passa a fazer parte da Educação Básica. Porém, passa a ser obrigatória para criança de 4 a 5 anos com a Emenda Constitucional nº59/2009.

Segundo o CONFEF (2009), o objetivo da Educação Física nos anos iniciais é o desenvolvimento motor, objetivo esse que só o profissional de Educação Física tem a capacidade de alcançar. A Educação Física deve fazer parte do plano pedagógico, da aquisição, da leitura e da escrita. Deve trabalhar com o apoio de todas as áreas da escola. Ainda temos a LDB que é uma lei que rege o sistema de ensino. No capítulo 2 parágrafo 3º diz o seguinte: “A Educação Física, integrada a proposta pedagógica da escola, é componente obrigatório na Educação Básica, [...]” (BRASIL, 1996). Ou seja, essa disciplina está inserida na Educação Infantil que faz parte da Educação Básica.

Segundo Chaves-Gamboa, (2009) foram abordados no grupo temático da escola em uma pesquisa, os problemas que se referem na sua maioria à prática pedagógica, outros abordam discussões sobre os fundamentos, as teorias e a avaliação do aluno. A pedagogia

é a teoria e método que constrói os discursos, as explicações sobre a prática social sobre a ação dos homens na sociedade, onde se dá sua educação. Na educação infantil, um dos maiores problemas é como planejar o trabalho educativo com as crianças em geral, essa preocupação pode ser pelo fato de que a educação infantil ganha estatuto de direito como etapa inicial da educação básica. (OSTETTO, 2000, p.175).

De acordo com Cória-Sabini e Lucena, as atividades lúdicas têm várias direções como o sociológico que analisa as brincadeiras em um processo de socialização infantil, interação, participação, desempenho e os níveis de aceitação. O psicológico onde são analisados de acordo com o significado das ações, das expectativas e do esforço. E no antropológico onde se acompanha a trajetória dos jogos.

O grupo escolar vê como problema o desempenho de professores no desenvolvimento corporal dos alunos, colocando que poderia ser feito novos sistemas de avaliação e métodos nas aulas de Educação Física. Por esse motivo, todo educador deve ter definido seu projeto político-pedagógico desenvolvendo uma reflexão do aluno sobre conhecimentos e sua capacidade intelectual. “O planejamento por área de desenvolvimento revela uma preocupação com os aspectos que englobam o desenvolvimento infantil. Sendo mais comum a indicação dos aspectos físico-motor, afetivo, social e cognitivo” (OSTETTO, 2000, p. 185).

As crianças já vêm para a escola com o conhecimento sobre movimento, com experiências vividas dentro do grupo social. Elas chegam à escola determinadas pela experiência que vivenciaram, ou seja, se não puderam brincar, conviver com outras crianças, suas competências serão restritas, se caso contrário seu conhecimento será mais amplo.

Entretanto, observa-se o desenvolvimento da criança no caráter dos seus jogos, que evoluem desde aqueles onde as regras encontram-se ocultas numa situação imaginária (como por exemplo, quando crianças jogam de papai e mamãe, elas agem de acordo com as regras de comportamento de um pai e de uma mãe), até os jogos onde as regras são cada vez mais claras e precisas, e a situação imaginária é oculta. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 44).

Segundo o Coletivo de autores (1992) a questão do espaço e a organização do tempo nas aulas de Educação Física são ministradas exclusivamente em locais livres: quadras, campo, terrenos, e, na ausência destes, em praças e clubes situados nas imediações das escolas.

Entretanto, a escola é um espaço diferenciado, onde atribuíram novos sentidos, e novas aprendizagens. Cabe à escola trabalhar com experiências que a criança não teria

fora dela. De acordo com Neira (2007) a função social da escola passa a ser de transmissão de habilidades e competências ao aluno para que ele possa se inserir no mundo de trabalho tendo uma avaliação da qualidade da educação. “Sendo assim, as instituições de ensino devem ter seus resultados avaliados, o que torna necessário o desenvolvimento de mecanismo e políticas para aferi-los” (NEIRA, 2007, p. 35).

Nessa idade os alunos precisam se movimentar, e ainda estão se adaptando ao período mais longo de concentração em atividades, e a aula de Educação Física, muitas vezes, é quando eles têm essa oportunidade.

Entretanto, é preciso que o aluno entenda que o homem não nasceu pulando, saltando, arremessando, balançando, etc. Todas essas atividades corporais foram construídas em determinadas épocas históricas, como resposta a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.26)

Se o professor de Educação Física for o mesmo que dá aula de outra matéria, ele tem a possibilidade de programar atividades em momentos diferenciados com sentido lúdico buscando instigar a criatividade tanto no mundo do trabalho como no lazer.

Entretanto, a maneira de brincar e jogar sofre uma profunda modificação no que diz respeito à questão da sociabilidade. Ocorre uma ampliação da capacidade de brincar: além dos jogos de caráter simbólico, nos quais as fantasias e interesses pessoais prevalecem, as crianças começam a praticar jogos coletivos com regras, nos quais têm de se ajustar às restrições de movimentos e interesses pessoais. (BRASIL, 2000, p.60)

De acordo com Ferreira (2010) o ensino de atividades tem que ser claro, para não confundir o aluno. O profissional tem que ter paciência de ensinar quantas vezes for necessário. Tem que procurar atividades em que todos os alunos participem, pois geralmente aquele que fica esperando, acaba perdendo a motivação.

O objetivo do professor é fazer com que a criança receba desde a primeira infância, atendimento em sua formação, continuando a educação familiar. Deve contribuir na formação do caráter, desenvolver o espírito cooperativo, fortalecer as relações humanas, desenvolver as características físicas, psíquicas e motoras.

De acordo com Neira (2007) ensinar é transmitir algo e não se trata de uma atividade vazia, sem intenção ou neutra e sim com princípios, hábitos, valores, ofícios, atividades, gestos, brincadeiras, etc. Ensinar é um ato político, mas na prática pedagógica a preocupação se dá em como ensinar, a didática deve proporcionar o interesse do aluno para a aprendizagem.

“Em várias escolas do Brasil a Educação Física ainda busca compreender o seu real papel na formação do aluno” (CAMPOS, 2011, p. 24). A Educação Física tem como objetivo o desenvolvimento do movimento que está relacionado com o contexto humano e social do aluno que é localizada regionalmente e deve ser analisado, respeitado e trabalhado na escola.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) apresenta a criança como um ser único que possui identidade e subjetividade própria. A criança tem desejos, sentimentos, curiosidades, hipóteses, o que a torna protagonista de cada ação. A criança não nasce sabendo brincar, ela vai construindo esse entendimento como forma de linguagem. O brinquedo traz a possibilidade de a criança conhecer o mundo e estabelecer relações no universo da fantasia.

Os alunos devem vivenciar os movimentos de modo que construa um repertório amplo, o contexto da aula de Educação Física deve poder contemplar as diferentes competências de todos os alunos.

“Nas aulas de Educação Física as crianças estão muito expostas: nos jogos, brincadeiras, desafios corporais, entre outros”. (BRASIL, 2000 p. 62)

De acordo com Campos (2011) na escola deve haver uma “transformação didática” quanto a prática dos esportes, pois a função da escola não é preparar um campeão. Ele também ressalta sobre o ensino da teoria da Educação Física na Educação Básica, onde a carga horária deveria ser maior, os alunos fazerem anotações com aplicações de provas e discussão de textos relacionados a área, pois para os alunos a aula é recreação, jogo esportes, lutas e outros.

Entretanto, outro fator que contribui maciçamente para o desgaste da Educação Física Escolar é o despreparo e o desinteresse, em alguns poucos casos, daquele professor que leva a turma para quadra para ministrar uma aula e não se preocupa em ler essas discussões e dar um retorno para que evoluam. (CAMPOS, 2011, p.33).

Na educação infantil é importante disponibilizar o maior número de experiências possíveis, apresentando um novo mundo. A educação física consegue isso de uma forma prazerosa, com jogos, brincadeiras e esportes. O professor de educação física precisa entender o movimento de cada criança, a partir de brincadeiras e jogos como: correr, saltar, pular arremessar, entre outros.

Uns dos principais objetivos da atividade física na educação infantil são:

- O domínio do controle corporal;
- Diferenciar cada parte do corpo;
- Noção de espaço e tempo;
- Flexibilidade e velocidade;
- Cooperar em atividades de grupo.

A Educação Infantil é o início da escolarização de uma criança, fase em que a imaginação e a fantasia são ferramentas fundamentais no processo de ensino, em que o profissional de Educação Física deve disponibilizar ao aluno o maior número de possibilidades.

Ao não praticar atividades físicas desde a infância, a criança pode atrasar ou até prejudicar o seu desenvolvimento físico, mental e motor. O qual faria com que as demais atividades se tornassem mais simples.

A prática de exercícios físicos traz muitos benefícios à saúde, ficar sem prática-lá pode causar vários tipos de doenças como o sedentarismo, doenças ligadas ao sistema cardiovascular: obesidade, colesterol alto, diabetes, hipertensão arterial, entre outros.

Além disso, durante a prática a criança aprende a seguir regras, evita o isolamento social e o surgimento de diversos problemas de saúde como estresse infantil e coluna.

4. METODOLOGIA

Este trabalho foi produzido através de pesquisas bibliográficas que contempla o uso de materiais já trabalhados por outros pesquisadores, ou seja, secundários, materiais esses encontrados na biblioteca da instituição. Sobre o conceito de pesquisa bibliográfica tem-se que essa constitui um tipo de estudo que se utiliza de:

[...] fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (MARCONI, LAKATOS, 2009, p.185).

O tipo de análise utilizado para a construção deste projeto foi de pesquisa qualitativa, analisando-se as diferentes opiniões dos autores sobre o tema e enfatizando-se a importância da Educação Física na Educação Infantil. A pesquisa qualitativa é a mais completa em relação a execução de estudos essencialmente teóricos e trabalha a interpretação do pesquisador em relação ao material pesquisado. Podendo recorrer aos Referenciais Curriculares Nacionais de Educação Infantil, as sugestões que eles nos trazem para trabalhar nesta primeira etapa. Com análise de teóricos que relatam sobre a importância do exercício físico na infância, e por fim, buscamos teóricos que nos relatam como é o trabalho da educação física na educação infantil e por que ela é tão importante nesta idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a educação física tem um papel importante na Educação Infantil, sendo através das brincadeiras que a criança explora/descobre seu corpo, interage e desenvolve o cognitivo e motor, o ensino infantil é um lugar de experiências, é na educação infantil ou nos primeiros anos de vida que a criança adquire conhecimentos para serem usados em toda sua existência. Pereira (2011) articula que é na educação infantil que ocorre o desenvolvimento da formação integral da criança, devendo então proporcionar diferentes experiências, respeitando a individualidade de cada uma. Falar sobre Educação Física na Educação Infantil é difícil, principalmente quando há a ausência do profissional dessa área no ensino.

A Educação Física é importante para atuar junto com as outras disciplinas e ajudar a melhorar o desenvolvimento escolar do aluno. Quando não há presença de um Educador Física na disciplina, como acontece em algumas escolas na Educação Infantil, a mesma perde seu propósito. Geralmente, quando a aula de Educação Física é ministrada por pedagogos ou professores de outras disciplinas, é vista como momento livre de brincar. Esses educadores não têm a preparação ou o conhecimento que o professor de Educação Física para trabalhar o corpo. Nas escolas Estaduais de Mato Grosso, não há a presença de um professor de Educação Física nas séries iniciais, ficando a responsabilidade desse trabalho para os pedagogos que acabam deixando as aulas de Educação Física como momento de recreação.

No processo de desenvolvimento das pesquisas bibliográficas que foram realizadas neste trabalho de conclusão de curso, sobre a importância das aulas de Educação na Educação Infantil, podemos constatar que ainda há muitos debates sobre o assunto. A Educação Física na Educação Infantil de 0 a 6 anos vem sofrendo diversas discussões nessa área de conhecimento desde a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/96 (BRASIL 1996). De acordo com a LDB (Art.26, §3º): “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”. Apesar de a disciplina ser componente obrigatório, a desvalorização da mesma e do profissional ainda é grande por parte da maioria das escolas de Educação básica. Um grande exemplo é a falta do professor de Educação Física na Educação Infantil nas escolas estaduais. É fato que as crianças menores de 6 anos precisam praticar atividade física de forma lúdica mas também seguir um objetivo e não fazer apenas pelo brincar.

REFERÊNCIAS

CHAVES, GAMBOA, Márcia; GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa na Educação Física: Epistemologia, Escola e Formação Profissional**. Ed.UFAL: Maceió, 2009

BRASIL, **Parâmetros curriculares educacional: educação física**/ Secretaria de Educação Fundamental. -2 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FERREIRA, Vanja **Educação Física: recreação, jogos e desportos**. 3º ed. Rio de Janeiro: sprint, 2010.

BRASIL, **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação fundamental. - Brasília: MEC/SEF,1998.

Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas EDUVALE/Jaciara-MT -
ISSN 1806-6283
COLETIVO DE AUTORES, **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São
Paulo:editora Cortez, 1992

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Encontros e encantamentos na educação infantil**. 3º
ed.Campinas - SP: Papirus, 2000.

CAMPOS, Luiz Antônio Silva. **Didática da Educação Física**. Várzea Paulista - SP:
Fontoura, 2011.

NEIRA, Marcos Garcia. **Ensino de Educação Física**. São Paulo - SP: Thomson Learning,
2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia
científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Julia. Daniele. **O Brincar Como Elemento Motivador da Aprendizagem na
Educação Infantil**. 2011. 128 f., il. Monografia (Licenciatura em Pedagogia)-
Universidade de Brasília, Brasília, 2011

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília:
MEC/Undime/Consed. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>.
Acesso em: 07 nov. 2018.

CÓRIA-SABINI, Maria; LUCENA, Regina. **Jogos e Brincadeiras na Educação Infantil**.
3º ed. Papirus.

.

UMA ANÁLISE DO SURGIMENTO DAS REDES DE COMPUTADORES

Renato Arnaut Amadio⁵³

Júlio César Gavilan⁵⁴

Maico Luis Rheinheimer⁵⁵

Emanoel José do Santos⁵⁶

Resumo

Diante do mundo globalizado, da tecnologia avançada que se expande a cada dia, do novo profissional que esta sendo exigido no mercado de trabalho e da importância de cada ser humano estar informado sobre estes aspectos é que surgiu o desejo de realizar o referido trabalho de pesquisa voltado à tecnologia das redes sem fio, enfatizando bem as redes Wi-Fi. É uma pesquisa de caráter bibliográfico e estudo de caso, pois nos permite através de leituras compreendermos como se processa estas tecnologias. Hoje em dia as coisas mudaram, tem-se observado que as empresas também procuram se atualizar para atuar no mercado de trabalho que também tem exigido profissionais que entendam e que façam uso eficiente e eficaz das tecnologias. Por outro lado há necessidade de profissionais que atuem e entendam a tecnologia Wi-Fi atendendo as demandas do mercado de trabalho no tocante ao uso das redes sem fio, dentro de grandes, médias e pequenas empresas.

Palavra Chave: Rede, Wi-Fi, Comunicação

Introdução

⁵³ Formado em Ciências da Computação e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

⁵⁴ Formado em Física e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

⁵⁵ Formado em Ciências da Computação e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

⁵⁶ Formado em Ciências da Computação e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

As redes sem fio vêm crescendo significativamente nos últimos anos e ganhando o mercado, e está cada vez mais presente na vida das pessoas, diante de toda evolução que vem acontecendo no campo da informática, surge a preocupação em relação a segurança dos dados trafegados nas redes começou a surgir devido a necessidade de manter os arquivos armazenados. Com um custo menor que o da rede cabeada e a sua agilidade na instalação e configuração dos equipamentos. E com isso alguns aspectos como segurança não são muito verificados durante o processo de instalação e configuração, tornando as redes sem fio cada vez mais vulnerável, sendo algo frequente de ataques por pessoas mal intencionadas, que muitas vezes destroem e roubam informações de outras pessoas que também fazem uso da tecnologia Wi-Fi. .

Diante da facilidade de se instalar um rede segura, é que surgiu a necessidade de realizar a presente pesquisa buscando entender como funcionam as redes sem fio e qual sua importância no mercado atual.

O SURGIMENTO DAS REDES DE COMPUTADORES

A *ARPAnet*, segundo o dicionário de informática (SAWAYA, 2007, p. 30), significa: “ (*AdvancedResearchProjectsAgency Network*) – Rede de Agência para Projetos de Pesquisa Avançada.” É uma rede que surge na década de 50, conforme nos diz TANENBAUM (2011)

A história começa no final da década de 1950. No auge da guerra fria, o Departamento de Defesa Dos Estados Unidos, queria uma rede de controle e comando capaz de sobreviver a uma guerra nuclear. Nessa época todas as comunicações militares passavam pela rede de telefonia pública, considerada vulnerável. (...) A vulnerabilidade do sistema era o fato de que a destruição de algumas centrais interurbanas importantes poderia fragmentar o sistema em muitas ilhas isoladas.

Segundo TANENBAUM (2011) passaram-se muitos anos e a necessidade de um comando melhor e mais eficaz, pois Departamento de Defesa não tinha um departamento de defesa melhor. Havia outros sistemas e aos poucos foi se evoluindo e Roberts construiu a rede que mais tarde ficou conhecida como *ARPANET*. Ultimamente no mundo inteiro, a tecnologia *Wi-Fi* tem se expandido de forma muito rápida e eficiente. Vivemos a era da tecnologia, a qual tem proporcionado grandes avanços na vida humana e tem favorecido o trabalho das pessoas.

Os primeiros relatos sobre a conexão de computadores aconteceu através de uma matéria que foi apresentada através de revista como “guia de redes” – INFO EXAME (2002, Edição 198-A), a qual aponta ter sido uma experiência realizada por dois cientistas americanos, sendo eles, Lawrence Roberts e Thomas Merril, que dizem ter feito o experimento com uma linha de telefone de baixa velocidade, fazendo a interligação em dois centros de pesquisas nos Estados Unidos, obtendo assim, resultados positivos. Partindo desse experimento criou-se hoje o que chamamos de *INTERNET*.

De acordo com Tanenbaum (2011), atualmente a *INTERNET*, é um dos meios mais rápidos de se adquirir informações e se conectar com o mundo sem precisar se locomover de sua casa. Tem-se observado que a cada dia cresce mais ainda as redes em todo o mundo, facilitando ainda mais a vida do homem, melhorando também a comunicação.

Um Breve Histórico Da Tecnologia WI-FI

Desde que surgiram os primeiros computadores, os aparelhos só poderiam funcionar ligados por cabos e fios de energia elétrica, que limitava o espaço no ambiente de trabalho. Esse tipo de conexão era uma forma simples e muito popular. Além de serem uma conexão comum, as empresas que possuíam grandes escritórios, com vários computadores eram obrigadas conectar todos em cabos, o que muitas vezes traziam desconforto na organização do espaço, precisando furar paredes, instalar tomadas e assim por diante. Esse problema foi solucionado assim que surgiu o *WI-FI*. Tudo se

transforma em relação à tecnologia e informatização. O uso deste tipo de rede está se tornando cada vez mais comum, não só nos ambientes domésticos e corporativos, mas também em locais públicos (bares, lanchonetes, aeroportos, livrarias, etc.) e em instalações acadêmicas, segundo Alecrim(2008).

O sistema de rede sem *Wi-Fi*, já está presente na maioria dos locais públicos, facilitando de certa forma a vida das pessoas.

O Surgimento Da 1ª Geração Wireless

As redes sem fio nada mais é do que tecnologias que viabilizam com praticidade e eficiência a conexão de computadores, através de um sistema sem fio que permite interconectar dispositivos em uma rede sem fio, podendo variar sua velocidade e confiabilidade, com comodidade e tranquilidade. Segundo, Jardim, (2007). Quando falamos em interligar qualquer equipamento, nada mais queremos do que fazer que ele se comunique para que a partir daí possam executar determinada tarefa após essa comunicação. Segundo afirma:

Nesse sentido, as redes de comunicação sem fio estão sendo cada vez mais utilizadas em virtude de sua mobilidade e pelo fato de, em determinados ambientes, a rede cabeada não ser a opção mais adequada. Além de promover mobilidade, as redes sem fio imperam em locais onde os cabos não alcançam e com uma estabilidade notável. (OLIVEIRA, 2012, p.3)

O *WIRELESS* surgiu para atender a demanda diante da necessidade de executar tarefas voltadas a comunicação que podem facilitar o trabalho de pesquisa.

O significado da palavra *WIRELESS* em português é: “sem fio”. A rede sem fio surgiu na década de 60, com intenção de transferir informações de um computador para outro, que até ai era feito por meio de armazenamento externo de dados e transportados através de cartões furados.

Redes wireless: Conceitos de *Wireless*

A palavra *wireless* é de origem inglesa e quer dizer sem fio, sem conexão a nenhuma rede de energia elétrica, computadores que funcionam sem necessitar de cabos conectados diretamente na energia elétrica, como diz:

Se traduzirmos ao pé da letra o nome *wireless* descobriremos que ele significa sem fio. Portanto, conexões *wireless* são todas as conexões que ocorrem sem o uso de fios. As conexões que se estabelecem entre o seu controle remoto e sua TV, entre o seu celular e as torres das operadoras e entre o rádio da polícia e a central de operações, também são conexões *wireless*. (KIOSKEA, 2013).

Entende-se que a *wireless* vai além dos computadores, abrangendo outros aparelhos de comunicação, desde o celular até o controle remoto que utilizamos para conectar a TV. Conclui-se com isso que todo o aparelho que não necessita de fio para realizar uma comunicação podemos chamar de sistema *wireless* de rede. Sawaya (1999, p. 513), traz a seguinte definição para a palavra *wireless*: sem fio. Característica de dispositivo que não necessita de fio de transmissão elétrica para ser operado.

Terminologia *Wireless* e *Wi-Fi*

O *Wi-Fi* é um conjunto de especificações para redes locais sem fio, baseada no padrão IEEE 802.11. O nome *Wi-Fi* é tido como uma abreviatura do termo inglês *wireless fidelity*, embora a *Wi-Fi* alliance, entidade responsável principalmente pelo licenciamento de produtos baseados na tecnologia, nunca tenha afirmado qualquer conclusão. (ALECRIM, 2008)

Wireless está próximo das características da *Wi-Fi*, sendo as duas redes que atendem as mesmas demandas em prol da informatização e das

Wi-fi – é uma marca licenciada pela wi-fi Alliance, uma união entre fabricantes de hardware inicialmente lideradas por (3com, Nokia e Lucent) hoje com inúmeros fabricantes ao redor do mundo. O termo wi-fi designa aparelhos que obedecem ao padrão IEEE 802.11 (A, B e G). Este define entre outras coisas: as normas de interoperabilidade entre equipamentos q, frequência de operação, protocolos de segurança como (Wep, WPA, WPA2) entre outros aspectos técnicos dos equipamentos. (KIOSKEA, 2013)

TIPOS DE TRANSMISSÃO DE REDES SEM FIO

A transmissão em redes sem fio pode ser subdividida em três grandes grupos: infravermelho, laser e radiofrequência. Forouzan (2003) e Carriço, (1998).

Diante da diversidade de rede sem fio, hoje se pode definir um conjunto de limitações de cada uma delas em função das aplicações utilizadas. (TANENBAUM, 2011, p.70)

Rádio Frequência

Quando se fala em ondas de rádio frequência, apontamos para a capacidade que essas ondas possuem de adentrar com muita facilidade em prédios e locais fechados, mas é comum utilizá-las em qualquer ambiente tanto fechado como nos ambientes abertos. (TANENBAUM, 2011, p.70)

Transmissões em Infravermelho

As ondas de transmissão infravermelhas são bem utilizadas em ambientes fechados, pois sua capacidade de direcionalidade é limitada. São ondas que não atravessam objetos sólidos dando maior segurança nos

ambientes, porque não permite a interferência em outros sistemas e nem tem interferência de ondas de rádio frequência ou ondas eletromagnéticas, como nos diz:

As ondas de infravermelho não guiado são extensamente utilizadas na comunicação de curto alcance. Todos os dispositivos de controle remoto utilizados nos aparelhos de televisão, videocassetes e equipamentos estereofônicos empregam a comunicação por infravermelho. Eles são relativamente direcionais, econômicos e fáceis de montar, mas tem uma desvantagem importante: não atravessam objetos sólidos. Em geral, quando nos deslocamos do rádio de nos da longa em direção a luz visível, as ondas assumem um comportamento cada vez mais parecido com o da luz, perdendo pouco a pouco as características de ondas de rádio. (TANENBAUM, 2011, p. 70):

Segundo, Tanenbaum (2011, p. 70), aponta para um aspecto muito importante em relação a esse tipo de ondas: a capacidade de seu alcance. Por outro lado nos apresenta a sua utilidade em todos os tipos de aparelhos, inclusive nos controles remotos. Outro aspecto muito relevante é que essas ondas não são flexíveis. Elas não conseguem ultrapassar os objetos sólidos. Exemplifica essa questão dizendo que se nos colocarmos entre a televisão e o controle remoto, o mesmo não vai funcionar, pois não consegue ultrapassar, ou seja, o corpo impedirá que as ondas façam a conexão.

Transmissões em Laser

Segundo, Rufino (2011) esse tipo de transmissão também percorre um espaço curto, abrangendo em torno de dois quilômetros apenas e sua função se dá quando as outras formas são inviáveis. O ser humano não consegue ver as ondas a laser, pois são invisíveis ao olho humano. Caso a comunicação seja muito grande ou o seja utilizado em ambiente externo esse tipo de onda poderá sofrer interferência. Devido a transmissão a laser ser realizada em linha reta, possui a vantagem de ser mais segura e mais acessível no preço, (mais

barata). A tecnologia tem aprimorado de forma a garantir agilidade aos usuários. Em relação às transmissões feitas a laser.

A sinalização óptica coerente que utiliza raios laser e unidirecional; assim cada prédio precisa de seus próprios raios laser e do seu próprio fotodetector. Esse esquema oferece uma largura de banda muito alta a um custo bastante baixo. Ele é também relativamente fácil de ser instalado e não precisa de

uma licença da FCC3. (...) Uma das desvantagens dos feixes de raio laser é o fato de que eles não podem atravessar chuva ou neblina espessa, mas normalmente funcionam bem em dias ensolarados. (TONIN, 1997. p. 37)

Segundo Tonin (1997) essa forma de conexão tem apenas uma direção. O que faz com que cada prédio tenha seus próprios laser e também o fotodetector, que são os principais componentes da conexão a laser.

Frequências

É necessário aqui, explicitar os tipos de frequências utilizadas nas conexões de redes sem fio. As frequências são muito utilizadas nas estações de rádios e televisão, bem como no uso militar, assim como nos afirma, Rufino (2005).

As frequências são divididas em faixas para permitir a transmissão em paralelos de sinais diferentes em cada uma das faixas, podemos perceber seu funcionamento visto que há muito tempo faz parte do nosso dia a dia como os canais de rádio e televisão. (RUFINO, 2005, p. 20)

Segundo Rufino (2005) essas ondas de rádios foram criadas há algum

tempo, mas agora está sendo propagada de forma mais eficiente e acessível a todos facilitando assim o mundo da informação com precisão na tecnologia e na busca do que se deseja.

Convém aqui salientar sobre as frequências 2,4 GHZ e a frequência 5 GHZ.

Essa frequência é muito utilizada por equipamentos e serviços, por isso ela está sujeita a muita interferência, pois é utilizada por aparelhos de telefones sem fios, fornos de micro-ondas, bluetooth e pelos padrões 802.11b e 802. 11g. (...) Quanto à frequência 5GHZ é utilizada para redes wireless por não ser uma frequência com muita utilização em outras tecnologias, portanto está menos sujeita a interferência, mas em compensação o alcance do sinal é menor que em 2,4 GHZ, o que pode gerar problemas em ambientes amplos. (MARTINS, 2005. P. 12):

Subentende que quanto maior for o consumo de frequência maior são os índices de interferência. Outro aspecto que chama a atenção é que o sinal também sofre alteração dependendo da utilização de frequência.

Aplicações Das Redes Sem Fio

Essas redes são aplicadas de duas formas distintas, sendo elas: *INDOOR* E *OUTDOOR* que se diferenciam devidos às formas de ambientes a serem utilizados, se for ambiente fechado deve-se utilizar o sistema indoor, que é mais apropriado e de melhor funcionamento, dentro dos ambientes de trabalho, como nos diz Jardim (2007):

O aparelho indoor é utilizado principalmente em ambientes fechados ou em soluções que não exijam muita potencia de sinal e é encontrado facilmente no mercado. O alcance do sinal gerado por um AP indoor obedece a uma área representada por um

círculo de (360 graus). O sinal alcançado é de aproximadamente 100 m para ambientes abertos e de 15 para ambientes fechados. (Ambientes com obstáculos: paredes, divisórias, vidros, plantas, eletrodomésticos, etc...). (JARDIM, 2007, p.66)

Conforme Jardim, (2007), esse sistema é mais barato e apresenta melhores condições de uso em ambientes fechados. No caso, podemos citar como exemplo de ambiente a ser utilizados, os hospitais, sabendo que são locais onde os médicos utilizam equipamentos com acesso ao *wi-fi*. Já em relação ao *Acess Point outdoor* Jardim, (2007, p. 67) Afirma que:

O AP outdoor é indicado principalmente para ambientes abertos ou para soluções em que é exigida uma maior potencia de sinal. Esse tipo de AP não é encontrado facilmente no mercado, além de possuir um valor bem superior aos APs indoors. (JARDIM, 2007, p.67)

Fica claro então, que tanto a aplicação indoor como outdoor tem aceitação no mercado. O que os diferencia é a forma de ambiente e a acessibilidade onde os mesmos são colocados e principalmente os valores que são muito diferentes.

Redes Locais Sem Fio

Com a procura das redes sem fio, o progresso das mesmas tem sido visíveis, pois qualquer residência hoje conta com uma rede de computador. Em todos ambientes há necessidade de instalar um computador, colocar internet e ampliar o sistema de pesquisa e de trabalho. Com essas redes facilitou muito o processo de conexão para todos. Tanenbaum, (2011, p. 12) afirma que:

As LANs sem fio são muito populares atualmente, especialmente nas residências, prédios de escritórios mais antigos e outros lugares onde a instalação de cabos é muito trabalhosa. Nesses sistemas, cada computador tem um rádio modem e

uma antena que ele usa para se comunicar com outros computadores. Quase sempre cada computador fala com um dispositivo no teto. Esse dispositivo, chamado ponto de acesso (AP access point) roteador sem fio ou estação base, repassa os pacotes entre os computadores sem fio e também entre eles a internet. (...)

De acordo com Tanenbaum (2011) redes locais sem fio usam radio frequência devido ao grande poder de penetração que elas têm. Essa modalidade é simples e acessível aos usuários. O que facilita também o processo de ocupação destas redes são os equipamentos que chamamos de acessórios, como o modem e os roteadores.

Tecnologias das Redes Sem Fio

Apesar de existir diversas tecnologias que se envolvem nas redes sem fio, há que se pensar que cada uma delas tem suas particularidades e especialidades, seus limites, seus pontos positivos e suas desvantagens. Dentre tantas tecnologias veremos algumas que são bem utilizadas nos sistemas de redes sem fio, conforme Jardim (2007).

Sistema Narrowband

De acordo com Silva (1998), esse sistema é simples e de certa forma bem estreito, pois possibilita aos rádios passar as informações obtendo o sinal mais estreito possível, tornando apenas suficiente para transmitir as informações necessárias.

Segundo Silva (1998), “Os sistemas *Narrowband* (banda estreita) operam em uma frequência de rádio, mantendo o sinal de rádio o mais estreito possível o suficiente para passar as informações.”

Spread Spectrum

Segundo Rufino (2007) cada modalidade é criada para ser aproveitado de forma diferente uma da outra, o *spread spectrum* foi desenvolvido para o uso militar. É uma tecnologia que consegue distribuir o sinal de forma uniforme através de toda a faixa de frequência. Por ser melhor e mais adequado seu consumo de banda também é maior, pois garante maior integridade ao tráfego das informações e não apresentar nenhum tipo de ruídos e interferências como as demais:

Intervalo, dispersão, intervalo de tempo, em qualquer lado de um instante ideal de modulação ou restituição de um sinal de portadora modulada, em que são produzidos os instantes reais significativos da modulação ou restituição. (SAWAYA, 2007, p. 442)

Segundo Rufino (2007) é um sinal que precisaria ser retransmitido no caso se fizer necessário o uso da frequência. Como é uma tecnologia mais avançada o sinal pode ser detectado com mais facilidade que as outras. Esse spread podemos encontrarmos dois tipos: o DSSS (DirectSequence spread spectrum) e o FHSS (FrequencyHopping Spread Spectrum).

DSSS (DirectSequence spread spectrum) utilizado no padrão IEEE 802.11 b, o DSSS usa uma técnica denominada Code Chips, que consiste em separar cada bit de dados em 11 subbits, que são enviados de forma redundante por um mesmo canal em diferentes frequências, e a banda 2,4 GHz é dividida em três canais. (RUFINO, 2007, p.5)

Segundo Rufino (2011) essa característica torna esse sistema mais susceptível aos ataques diretos em frequências fixas e a ruídos que ocupam certa parte da banda utilizada.

FSSS (Frequency Hopping Spread Spectrum). Nesse modelo, a banda 2,4 GHz é dividida em 75 canais, e a informação é enviada utilizando todos esses

canais em uma sequência pseudoaleatória, em que a frequência de transmissão dentro da faixa vai sendo alterada em saltos. Essa frequência segue um padrão conhecido pelo transmissor e pelo receptor, que, uma vez sincronizados, estabelece um canal lógico. O sinal é recebido por quem conhece a frequência de saltos e aparece como ruídos para os outros possíveis receptores. Com essa técnica, limita-se a velocidade de transmissão de transmissão a 2Mbps , já que todo o espectro é utilizado e as mudanças de canais constantes causam grande retardo na transmissão do sinal. (RUFINO, 2011, p.21).

Conforme Rufino (2011) esse tipo de transmissão utiliza-se de uma falsa fonte aleatória em sua transmissão de sinal. Isso acontece devido à alteração que se desenvolve dentro da faixa que conforme sofre as alterações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRIÇO, J. As redes de computadores. ISBN: 972-674-250-1 Universidade Aberta. 1998.

FOUROZAN, B. Comunicação de dados e redes de computadores. Editora Artmed, 3ª ed. ISBN, - São Paulo- S.P. 2006.

FLEISCHMAN, Gleen e Adam Engst. Kit do iniciante em redes sem fio: O guia sobre redes wi-fi para Windows e Macintosh. 2ª ed. São Paulo. PearsonMackronBooks, 2005.

INFO Exame Revista Guia de Redes, Ed.198 Abril de 2002.

JARDIM, Fernando de Moraes - Treinamento Avançado em Redes Wireless/ São Paulo, Digerati Books, 2007.

KUROSE, James F. Redes de Computadores e a Internet: Uma abordagem top-down, 5º ed. – São Paulo: Addison Wesley, 2010.

LYRA, Maurício Rocha – Segurança e Auditoria em Sistema de Informação, Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna LTDA., 2008.

MARTINS, Jorge Gustavo – 8º semestre, Análise de Vulnerabilidades e ataques a redes sem fio 802.11 Jaguariúna. – São Paulo, 2005.

MENDES, Douglas Rocha – Redes de computadores: teoria e prática. – São Paulo, Novatec/ editora, 2007.

OLIVEIRA, Josiane Lima de. **Processo de modelagem de qualidade serviços em redes sem fio**, Santarém – Pará, 2003. – Universidade do Paracampus.

RUFINO, Nelson Murilo de Oliveira – **Segurança em Redes sem fio: Aprenda a proteger suas informações nas redes wi-fi e bluetooth** / São Paulo, 3ª edição. Novatec Editora, 2011.

RUFINO, Nelson Murilo de Oliveira **Segurança em redes sem fio: Aprenda a proteger suas informações em ambientes wi-fi e bluetooth**. São Paulo,. Editora Novatec, 2005.

SAWAYA, Márcia Regina – **Dicionário de Informática e internet**, São Paulo – Nobel, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim, - **Metodologia do Trabalho Científico**. – 22ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Adailton J. S. As **Tecnologias de Redes Wireless**. Disponível

<http://www.rnp.br/newsgen/9805/wireless.html>, acessado em 15/08/13.

Introdução ao Wi-Fi. Disponível em: <<http://pt.kioskea.net/contents/790-introducao-ao-wi-fi-802-11-ou-wifi>>. Acesso em 12/08/13.

ALECRIM, Emerson. **O que é Wi-Fi?**. 19 mar 2008. Disponível em:

<<http://www.infowester.com/wifi>>. Acesso em 05 abr. 2013.

PINHEIRO, Mauricio Santos. **Vulnerabilidades em Redes Wireless**, 29 nov. 2004. Disponível em:<http://www.projetoderedes.com.br/artigos/artigo_vulnerabilidades_em_redes_wireless.php>. Acesso em 20 ago. 2013.

Tanenbaum, Andrew S. **Redes de computadores/** Andrew S. Tanenbaum e David Wetherall; tradução Daniel Vieira; revisão técnica Isaias Lima, - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

TONIN, Neilor, **Apostila de Telecomunicações e redes 1**. Universidade Regional Integrada – Campus de Erechim. Disponível em:

<<http://www.jcsmodabrasil.xpg.com.br/Apostila%20de%20Telecomunica%C3%A7%C3%B5es%20e%20Redes.pdf>>. Acesso em 07 jul. 2013.

TSUTSUMI, Marina. **Novo padrão de rede**. 13 set. 2013. Disponível em:

<<http://www.teletime.com.br/Imprimir.aspx?ID=354440>>. Acesso em 15 set. 2013.

CONFIGURAÇÕES E SEGURANÇAS DAS REDES SEM FIO

Renato Arnaut Amadio⁵⁷

Júlio César Gavilan⁵⁸

Maico Luis Rheinheimer⁵⁹

Emanoel José do Santos⁶⁰

RESUMO

Este artigo tem como finalidade analisar as formas de configurações e os sistemas de seguranças das Redes sem Fio. Porque de acordo com Rufino (2011), as redes ponto a ponto trata-se de um meio simples de manter contato direto com outros equipamentos, normalmente para transferência de arquivos ou sincronismo de informações. As vantagens são claras, já que prescinde completamente de qualquer outro ativo e de elemento de infraestrutura, bastando dois dispositivos com interface *bluetooth*. Da mesma forma que não exige equipamentos adicionais, também não permite adicionar segurança ao processo, o que torna essa modalidade de rede totalmente dependente dos mecanismos de segurança (caso existam) nativos dos próprios dispositivos envolvidos.

Palavra Chave: Redes, Seguranças, internet

Introdução

O *Wireless Distribution System* é uma das distribuições mais úteis á tecnologia *Wi-Fi*, pois permite criar uma rede completamente sem fio bem maior do que seria possível com um único ponto de acesso. Ele cria uma “nuvem” de cobertura aos pontos de acesso à capacidade de passar dados entre eles por meio de uma rede sem fio. (FLEISCHMAN, 2005, p.228)

⁵⁷ Formado em Ciências da Computação e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

⁵⁸ Formado em Física e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

⁵⁹ Formado em Ciências da Computação e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

⁶⁰ Formado em Ciências da Computação e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

Ad-Hoc Mode – Independent Basic Service Set (IBSS)

Essa forma de configuração é definida como sendo;

Compostas por estações independentes, sendo criadas de maneira espontânea, por estes dispositivos. Esse tipo de rede se caracteriza pela topologia altamente variável, existência por um período de tempo determinado e baixa abrangência. (PINHEIRO, 2004)

Para Pinheiro (2004) Estas são redes que se comunicam sem que haja uma topologia definida, possuindo nós móveis e que tem a comunicação através de canais de rádio. Não exige *Acess Point*, para que a comunicação entre os canais de trabalho sejam estabelecidas diretamente e de uma rede física para efetuar sua conexão entre as estações.

Infrastructure Mode – Basic Service Set (BSS)

A *Infrastructure Mode* é uma rede que se configura *AcessPoint*, que tem a capacidade de suportar um ou mais clientes sem fio.

Uma rede BSS consiste de um simples *access point*, que suporta um ou mais clientes sem fio. Nessa rede, todas as estações comunicam-se entre si através de um AP. Esse tipo de rede tem o inconveniente de consumir o dobro de banda. Mas um de seus grandes benefícios é o armazenamento dos dados enquanto as estações estão em modo de economia de energia (*Power Save*). A rede possui pontos de acesso (APs) fixos que conectam a rede sem fio a rede convencional e estabelecem a comunicação entre os diversos clientes da rede. (CABIANCA, 2012, p. 120)

Segundo Cabianca (2012), essa rede é criada de forma bem simplificada, e tem a capacidade de sustentar clientes com a conexão sem fio.

Para isso acontecer essas redes se comunicam entre si através de um acess

point. Outro aspecto importante em relação a esse tipo de rede é o consumo da banda que se multiplica, dobrando assim o consumo.

Arquitetura Para Redes Sem Fio

Para se definir uma arquitetura para as redes sem fio, deve-se tomar como base a divisão da área coberta pela rede em células. Essas células são denominadas de BSA, que significa, (*Basic Service Área*).

O que vai definir o tamanho da BSA são as características encontradas em relação ao alcance do sinal dos transmissores e receptores que são utilizados nessas estações. Conforme há necessidade de aumentar os sinais de transmissão é necessário que multiplique os BSAs, que vai permitir uma cobertura maior na transmissão.

Padrão 802.11b

Sabendo que cada rede possui suas características próprias, as redes sem fio possuem uma própria. Dentre as características podemos apresentar aqui a questão da configuração dos padrões. São diversos tipos de configurações, conforme nos mostra que: **Padrão 802.11b** – “O primeiro sub padrão a ser definido permite 11mbps de velocidade de transmissão máxima, porém pode se comunicar a velocidades mais baixas, como 5,5,2 ou mesmo 1mbps. Opera na frequência de 2,4 GHz e usa somente DSSS.” (...) (RUFINO, 2011, p.27).

Padrão 802.11a

“Definido após os padrões 802.11 e 802.11b e tentando resolver os problemas existentes nestes, o 802.11a tem como principal característica o significativo aumento da velocidade para um máximo de 54mbps”... (RUFINO, 2011, p28).

Utiliza a faixa de frequência de 5 Ghz, fazendo com que sofra menos interferência externa em relação aos padrões 802.11b e 802.11g, por se tratar de uma faixa de frequência pouco utilizada por muitos outros dispositivos, sendo considerada também uma desvantagem , devido a incompatibilidade com os padrões 802.11b e 802.11g. (JARDIM 2007)

Padrão 802.11g

Recentemente, o IEEE publicou o padrão 802.11g que teve como objetivo combinar o melhor dos padrões 802.11a e 802.11b, transmitindo dados a 54 Mbps e utilizando a frequência 2,4 GHz. Essa frequência é liberada sem necessidade de pedir autorização a Anatel para ser utilizada. O padrão 802.11g é totalmente compatível com o padrão 802.11b, ou seja, pontos de acesso 802.11g podem transmitir dados de placas de rede padrão 802.11b. (MENDES, 2007, p.320)

Padrão 802.11i

"Homologado em junho de 2004, esse padrão diz respeito a mecanismo de autenticação e privacidade e pode ser implementado em vários de seus aspectos aos protocolos existentes. O principal protocolo de rede definido nesse padrão é o Robust Security Network (RSN), que permite meios de comunicação mais seguros que os difundidos atualmente." (RUFINO, 2011, p.29)

Padrão 802.11n

Também conhecido como *World Wide Spectrum Efficiency*, esse padrão tem como foco principal o aumento de velocidade (cerca de 100 ao padrão de 500 Mbps).

A especificação de segurança é baseada no padrão de encriptação (AES) que suporta chaves de criptografia de 128, 192 e 256 bits. Esse padrão

tem como objetivo resolver o problema de segurança existente nas redes sem fio, conhecido por WEP (*WiredEquivalentPrivaci*), utiliza técnicas simples de

criptografia, não garantindo privacidade na transmissão de dados nesse meio.
(MENDES, 2007, p. 320)

Padrão 802.1x

“Mesmo não sendo projetados para redes sem fio, (até por ser definido antes destes padrões), o 802.1x tem características que são complementares a essas redes, pois permite autenticação com base em métodos já consolidados como Remote Authentication Dial – in User Service (RADIUS), de forma escalável e expansível. Dessa maneira, é possível promover um único padrão de autenticação, independente da tecnologia” (RUFINO, 2011, p.30)

Padrão 802.11e

O padrão 802.11 e foi desenvolvido com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço (Qos) em ligações telefônicas, transmissão de vídeo de alta resolução e outras aplicações multimídia. Com esse padrão, será possível que certos tipos de tráfegos em redes sem fio sejam prioritários em relação a outros. Uma rede sem fio poderá garantir que ligações em telefones IP e conteúdo multimídia sejam devidamente acessados tanto em redes sem fio como em redes cabeadas. (MENDES, 2007, p. 320)

Padrão 802.11AC

O novo padrão de redes *Wi-Fi* definido pela IEEE (associação de padronização de energia eletrônica) é pauta do mercado, mas de forma ainda discreta. A substituição do atual padrão 802.11n, para o novo 802.11ac, mais conhecido como AC, caminha timidamente e muitas empresas ainda não estão se arriscando nesse caminho. A *Apple* foi uma das primeiras a introduzir o padrão em sua linha de notebooks e roteadores *Wi-Fi*, mas não incluiu o

padrão no novo *iphone*. A nova tecnologia é capaz de transferir dados em uma

velocidade de 1,3 gbps, na teoria, enquanto o padrão atual N consegue chegar a 450 mbps. Os aparelhos com o novo padrão irão operar somente na frequência de 5 GHz, que possui mais canais disponíveis, diferente dos aparelhos 801.11n, que operam tanto na frequência de 2,4 GHz, quanto na de 5 GHz. (TSUTSUMI, 2013).

Topologias Das Redes Sem Fio

Assim como cada uma das redes tem seu tipo de padrão, deve-se levar também em consideração a topologia das redes sem fio. Segundo Jardim (2007) a topologia das redes sem fio é composta por:

1. Independent Basic Service Set (IBSS) consiste em pelo menos duas estações, em que não há ponto de acesso que conecte a rede a um sistema de distribuição. Essa rede também é conhecida como rede sem fio ad-hoc ;
2. Basic Service Set (BSS) consiste em um simples acesso point (AP) que suporta um ou mais clientes sem fio. Essa rede é também conhecida como Infrastructure Wireless Network. (...);
3. Extended Service Set (ESS) é constituída por dois ou mais APs conectados na mesma rede cabeada que pertencem ao mesmo segmento lógico (SUBNET), separado por um roteador.
4. Distribution Systems (DS), os APs de múltiplos BSSs são interconectados por meio de DS. Isso provê mobilidade, pois as estações podem mover-se de um BSS para outro BSS. Os APs podem ser interconectados por meio da rede cabeada ou não. O DS é componente lógico usado para interconectar as BSSs. O DS prevê serviços que permitem o roaming entre as estações e os BSSs. (JARDIM, 2007, p.42)

Segundo Jardim (2007) esses tipos de topologias permitem aos usuários diferentes formas de uso, seja utilizando-se de cabeamento ou não. Permite também fornecer serviço para duas pessoas ou mais.

Seguranças, Pilares da Segurança

A segurança se relaciona com a necessidade de proteção contra o acesso e manipulação, seja de forma intencional ou não das informações confidenciais por elementos não autorizados, tanto do computador como dos

Segundo Elos (2005) segurança é o tema que mais se discute em relação às redes sem fio. Por esse motivo, os fabricantes e os órgãos internacionais tem se dedicado para disponibilizar essa garantia que o consumidor precisa ter.

A política de segurança é o conjunto de diretrizes, normas e procedimentos que devem ser seguidos e visa conscientizar e orientar os funcionários, cliente, parceiros e fornecedores para o uso seguro do ambiente informatizado, com informações sobre como gerenciar, distribuir e proteger seus principais ativos. (ELOS, 2005. p. 3)

As redes sem fio devem ser bem estruturadas, e propiciar segurança aos seus usuários. O que se espera destas redes sem fio é a garantia de segurança. Para isso, temos uma política com todos os requisitos necessários que possam atender as necessidades de quem utiliza determinadas tecnologias. (ELOS 2005)

Tipos de segurança física e lógica

Segundo Rufino (2011) tendo em vista que a tecnologia veio atender grandes necessidades do homem há que se pensar em ter além da facilidade, agilidade, comodidade, na segurança que se precisa ter para que possa trabalhar de forma tranquila e transparente. Abaixo, alguns mecanismos de segurança tais como:

1. Endereçamento MAC, para o bom funcionamento de uma rede – padrão ethernet ou wi-fi deve ter um número único, definido pelo fabricante e controlado pelo InstituteOfElectricalEngineers(IEEE).(...)
2. WiredEquivalentPrivacy, diferentemente das redes cabeadas, em que o acesso às informações requer comunicação física ou remota a um componente da rede, em redes sem fio basta receber o sinal, ou seja, a captura da informação pode ser feita de forma completamente passiva. (...)
3. Wi-fiProtectedAccess, (...) várias mudanças e avanços foram incorporados a esse protocolo porem a maior parte exige a inclusão de outros elementos a infraestrutura e deve trabalhar em combinação com outros protocolos, como 802.1x. No WPA diferentemente do WEP, não está disponível suporte para conexões ad-hoc. (...)
4. Wi-

fiossProtectedAccess 2, ... Esse padrão é considerado o mais seguro atualmente e deve ser utilizado sempre que possível, a despeito de uma teórica perda de performance em equipamentos mais simples. (RUFINO, 2011, p. 33 a 39).

Esses tipos de segurança física e lógica, atendem as necessidades de cada forma de rede que o consumidor possui, sabendo que cada uma tem peculiaridades que só elas mesmas podem oferecer. (RUFINO 2011)

RISCOS, AMEAÇAS E TECNICAS DE ATAQUE/ TÉCNICAS DE SEGURANÇA.

Ameaças e Ataques

As ameaças e riscos é a probabilidade que se tem de sofrer violações nos sistema de segurança das redes. (algumas das principais ameaças as redes de computadores: a) Destruição de informação ou de outros recursos; b) Interrupção de serviços; c) Modificação da informação; d) Revelação de informação; e) Roubo, remoção ou perda de informação ou de outros recursos). Ultimamente tem se observado que há diversos tipos de ameaças em relação às redes sem fio, conforme nos diz Kurose (2010, p. 41) :

A internet se tornou essencial para muitas instituições hoje, incluindo empresa e grandes e pequenas, universidades e órgãos do governo. Muitas pessoas também contam com a internet para suas atividades profissionais, sociais e pessoais. Mas atrás de toda essa utilidade e entusiasmo, existe o lado negro, um lado no quais vilões tenta causar problemas em nosso cotidiano danificando nossos computadores conectados a internet, violando nossa privacidade e tornando inoperante o serviço da internet dos quais dependemos.

Subentende-se que a grande necessidade de segurança seja justamente esses vilões que acabam destruindo o trabalho de outros. Nessa visão, os usuários de internet, precisam mesmo de segurança, uma vez que estes vilões acabam por colocar em risco o trabalho de empresas, universidades e até de particulares.

As redes sem fio, há também os riscos que se corre ao utilizarmos tais tecnologias.

Convém aqui ressaltar que há vários tipos de ameaças, que se intitula da seguinte forma:

1. Os vilões podem colocar "malware" em seu hospedeiro através da internet; 2. Os vilões podem atacar servidores e infraestrutura de redes; 3. Os vilões podem analisar pacotes; 4. Os vilões podem se passar por alguém de sua confiança; 5. Os vilões podem alterar ou excluir mensagens. (KUROSE, 2010, p.42 a 44)

Entende-se que nesses tipos de vilões os usuários podem sofrer danos caso não haja segurança nas redes sem fio. É importante observar que cada um deles tem características distintas um do outro.

Ataques do tipo "Homem no meio".

Ataques que se interpõe entre dois lados de uma conexão não são novidades em segurança de redes, porém, diferentemente das redes cabeadas. Onde um atacante precisa estar fisicamente ou remotamente em um ponto que permita redirecionar a conexão, em redes sem fio há mais de um elemento em que a interceptação pode ser feita (o concentrador) e um local adicional para promover esse redirecionamento (estar mais próximo possível do concentrador). (RUFINO, 2011, p. 116).

Problemas de Segurança Física

É preciso que se cuide também da segurança física das redes. Muitos administradores se preocupam muito com a segurança lógica e esquecem que parte física também merece cuidados especiais. Vejamos o que nos diz:

Se a segurança física é um importante componente de risco quando se trata de redes cabeadas, em redes sem fio esse aspecto é ainda mais relevante, visto que a área de abrangência física aumenta substancialmente. O anteriormente estabelecido e controlado acesso via portaria e/ou recepção, e ainda a necessidade de obter um ponto de rede cabeada, ou acesso a um computador da rede alvo agora devem ser pensados em termos de dezenas ou centenas de metros ao redor do ambiente da empresa. (...) (RUFINO, 2011, p.41)

Observamos o quanto é importante que o usuário das redes sem fio, busque também a segurança em seu trabalho, na sua empresa e em tudo o que se refere à tecnologia das redes sem fio. Nas redes sem fio o cuidado e atenção em relação a elas, é um pouco maior que nas redes cabeadas.

Envio e Recepção de Sinal

Em relação ao envio e recepção de sinal, é uma característica mais perceptível, dependendo da forma em que os computadores estão dispostos, como nos diz:

Diferentemente das redes cabeadas, o posicionamento dos componentes pode ser determinante na qualidade da rede e na sua segurança. Essa característica é fácil de ser percebida quando se sabe que o sinal (a menos que se utilizem antenas direcionais ou setoriais) é enviado em várias direções, portanto um concentrador colocado em uma parede enviará sinal tanto para dentro do ambiente, quanto fora deste o que pode não ser o desejado pelo administrador. É regra geral que quanto mais ao centro estiver o concentrador melhor será o aproveitamento, pelas estações, do sinal irradiado por ele. (RUFINO, 2011, p. 46).

É necessário que os componentes estejam posicionados, de forma mais eficiente e voltados à estação para que haja assim, um aproveitamento satisfatório pelo administrador. (RUFINO 2011).

Negações de Serviço

De acordo com Rufino (2011), “a negação de serviço trata-se de um ataque que não necessita de acesso ou invasão a rede alvo, mas pode acarretar sérios transtornos dependendo da criticidade do ambiente envolvido.”

Segundo Rufino (2011) os administradores se preocupam com a forma de proteger, para que não aconteça acesso não permitido, ao ambiente, obedecendo a privacidade do usuário. É preciso atentar também para ataques

dessa categoria, mesmo que acredite ser um processo desnecessário devido seus equipamentos serem de alto porte.

Mapeamento do Ambiente

Para que o usuário possa usufruir dos serviços sem que haja danos em seu trabalho e equipamentos é preciso verificar como deve ser feito o mapeamento.

Uma das primeiras ações realizadas pelos atacantes é, geralmente, promover um mapeamento do ambiente. Esse procedimento possibilita obter o maior número de informação sobre uma determinada rede, permitindo conhecer detalhes que lhe permitam lançar ataques de forma mais precisa e com menos riscos de ser identificados. Tal ação pode ter maior ou menor grau de êxito, dependendo dos mecanismos de proteção existentes na rede alvo. (RUFINO, 2011, p. 48)

É bom que os usuários estejam sempre atentos a esse tipo de ataque para que não sofra danos ao utilizar as redes sem fio. É preciso se atualizar para poder sempre usufruir de uma rede sem obter nenhum tipo de desconfiância. (RUFINO 2011)

Criptografias das Redes Sem Fio

Em relação à criptografia das redes *wi-fi*, afirma Rufino (2011, p.164)

Independentemente do que a infraestrutura de rede sem fio local prover, o usuário em algum momento (em transito, convenções, etc) poderá encontrar-se em um ambiente completamente aberto e sujeito aos mais variados tipos de ataque. Nessa situação há dois pontos principais a ser protegidos: o acesso ao equipamento do usuário e o conteúdo das informações que ele trafegar. Nesse momento o uso de criptografia poderá auxiliar a resolver o segundo problema,

porem se o atacante conseguir acessar o equipamento do usuário, grande parte da segurança obtida com a criptografia poderá perder-se, já que em geral, as senhas de uso dos sistemas criptográficos ficam armazenadas em meio magnéticos, (discos rígidos, dispositivos de memória, etc) ou podem ser capturados pelo monitoramento das teclas digitais e/ou do mouse.

Desta forma o usuário deve se proteger, buscando alternativas eficientes. Por outro lado, é importante que todo usuário tenha conhecimento prático e de certa forma teórico sobre como agir diante dos ataques e ameaças. As senhas se tornaram um mecanismo de grande defesa aos usuários das redes sem fio ou mesmo das redes cabeadas.

Wirede Equivalent Privacy (WEP)

A *WEP (WiredEquivalentPrivacy)* oferece algumas vantagens na utilização deste tipo. Também existem WPA E WPA2, que também asseguramos consumidores usuários no que refere ao uso de tais tecnologias.

Para obter uma comunicação entre redes sem fio, basta ter um meio de recepção, ou seja, uma recepção passiva, diferente de uma rede cabeada, que precisa de uma conexão física entre os dois componentes de rede para se obter uma comunicação. Por essa razão, o protocolo 802.11 oferece uma opção de cifragem de dados, onde o protocolo WEP, é sugerido como a solução para os problemas que está totalmente presente nos produtos que estão dentro dos padrões definidos pela IEEE para redes sem fio. (RUFINO, 2005, p. 71)

WPA (*Wi-fi Protected ACESS*)

Mesmo o WPA tendo características de segurança superiores as da WEP, ainda assim apresenta algumas vulnerabilidades já reportadas e que devem ser reconhecidas para que seu impacto possa ser minimizado. (RUFINO, 2011, p.71)

O protocolo WPA, também conhecido como WEP2 ou TKIP, foi criado para corrigir os problemas de segurança do WEP, e programou-se nesse novo modelo de protocolo, a autenticação e a cifragem do trabalho que estava sendo desenvolvido em outros padrões baseados no 802.11. O WAP atua em duas áreas distintas: a primeira é a substituição total do WEP, ou seja, sua cifragem visa a integridade e a privacidade das informações que trafegam na rede, a segunda área de atuação foca na autenticação do usuário utilizando uma troca de chaves dinâmica, que não era feita anteriormente pelo WEP. (Rufino,2011)

WPA2 (Wi-fi Protected Access2)

Com a homologação do padrão 802.11i, o protocolo CCMP juntou-se aos já conhecidos WEP e TKIP, só que opostamente a estes usa o algoritmo AES para cifrar os dados na forma de blocos (de 128 bits) e não mais byte a byte, o que contribui para aumentar a segurança da informação trafegada. Esse padrão é considerado o mais seguro atualmente e deve ser utilizado sempre que possível, a despeito de uma teórica perda (baixa) de desempenho em equipamentos mais simples. (RUFINO, 2011, p.39)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRIÇO, J. As redes de computadores. ISBN: 972-674-250-1 Universidade Aberta. 1998.

FOUROZAN, B. Comunicação de dados e redes de computadores. Editora Artmed, 3ª ed. ISBN, - São Paulo- S.P. 2006.

FLEISCHMAN, Gleen e Adam Engst. Kit do iniciante em redes sem fio: O guia sobre redes wi-fi para Windows e Macintosh. 2ª ed. São Paulo. PearsonMackronBooks, 2005.

INFO Exame Revista Guia de Redes, Ed.198 Abril de 2002.

JARDIM, Fernando de Moraes - Treinamento Avançado em Redes Wireless/ São Paulo, Digerati Books, 2007.

KUROSE, James F. **Redes de Computadores e a Internet: Uma abordagem top-down**, 5ª ed. – São Paulo: Addison Wesley, 2010.

LYRA, Maurício Rocha – **Segurança e Auditoria em Sistema de Informação**,
Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna LTDA., 2008.

MARTINS, Jorge Gustavo – 8º semestre, **Análise de Vulnerabilidades e ataques a redes sem fio** 802.11 Jaguariúna. – São Paulo, 2005.

MENDES, Douglas Rocha – **Redes de computadores: teoria e prática**. – São Paulo, Novatec/ editora, 2007.

OLIVEIRA, Josiane Lima de. **Processo de modelagem de qualidade serviços em redes sem fio**, Santarém – Pará, 2003. – Universidade do Paracampus.

RUFINO, Nelson Murilo de Oliveira – **Segurança em Redes sem fio: Aprenda a proteger suas informações nas redes wi-fi e bluetooth** / São Paulo, 3ª edição. Novatec Editora, 2011.

RUFINO, Nelson Murilo de Oliveira **Segurança em redes sem fio: Aprenda a proteger suas informações em ambientes wi-fi e bluetooth**. São Paulo,. Editora Novatec, 2005.

SAWAYA, Márcia Regina – **Dicionário de Informática e internet**, São Paulo – Nobel, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim, - **Metodologia do Trabalho Científico**. – 22ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Adailton J. S. As **Tecnologias de Redes Wireless**. Disponível
<http://www.rnp.br/newsgen/9805/wireless.html>, acessado em 15/08/13.

Introdução ao Wi-Fi. Disponível em: <<http://pt.kioskea.net/contents/790-introducao-ao-wi-fi-802-11-ou-wifi>>. Acesso em 12/08/13.

ALECRIM, Emerson. **O que é Wi-Fi?**. 19 mar 2008. Disponível em:
<<http://www.infowester.com/wifi>>. Acesso em 05 abr. 2013.

PINHEIRO, Mauricio Santos. **Vulnerabilidades em Redes Wireless**, 29 nov. 2004. Disponível em:<http://www.projetoederedes.com.br/artigos/artigo_vulnerabilidades_em_redes_wireless.php>. Acesso em 20 ago. 2013.

Tanenbaum, Andrew S. **Redes de computadores**/ Andrew S. Tanenbaum e David Wetherall; tradução Daniel Vieira; revisão técnica Isaias Lima, - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

TONIN, Neilor, Apostila de Telecomunicações e redes 1. Universidade Regional Integrada – Campus de Erechim. Disponível em:

<<http://www.jcsmodabrasil.xpg.com.br/Apostila%20de%20Telecomunica%C3%A7%C3%B5es%20e%20Redes.pdf>>. Acesso em 07 jul. 2013.

TSUTSUMI, Marina. Novo padrão de rede. 13 set. 2013. Disponível em:

<<http://www.teletime.com.br/Imprimir.aspx?ID=354440>>. Acesso em 15 set. 2013.